



Instituto Superior  
de Ciências Sociais e Políticas  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

# Redes Transnacionais de Pressão Organizadas: O caso do movimento *Madres de Plaza de Mayo*

**Pedro Miguel Sequeira Duarte Jerónimo**

**Orientadora:** Professora Doutora Maria João Militão Ferreira

Dissertação para obtenção de grau de Mestre  
em Relações Internacionais, especialização em Relações Diplomáticas e  
Cooperação

Lisboa  
2014

VALORIZAMOS PESSOAS



Instituto Superior  
de Ciências Sociais e Políticas  
UNIVERSIDADE DE LISBOA



U LISBOA

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

# **Redes Transnacionais de Pressão Organizadas: O caso do movimento *Madres de Plaza de Mayo***

**Pedro Miguel Sequeira Duarte Jerónimo**

Licenciado em Relações Internacionais

**Orientadora:** Professora Doutora Maria João Militão Ferreira

Dissertação para obtenção de grau de Mestre  
em Relações Internacionais, especialização em Relações Diplomáticas e Cooperação

Lisboa  
2014

VALORIZAMOS PESSOAS

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

## Agradecimentos

Este trabalho não teria sido possível sem a colaboração da Professora Maria João Militão Ferreira, a quem agradeço pela orientação, paciência e disponibilidade para rever o conteúdo deste estudo.

Também não teria sido possível sem a ajuda, o incentivo e acima de tudo o amor da Carla. Por ter permitido que este estudo não ficasse só no papel, que através do seu interesse me tenha dado o espaço para partilhá-lo. Por ter partilhado a sua experiência e me ter ajudado a desbloquear quando tudo parecia mais difícil, por me ter assegurado e lembrado permanentemente a importância e a mais-valia deste trabalho e do meu trabalho.

Agradeço também aos Professores do I.S.C.S.P. por se terem disponibilizado para colaborar neste estudo por meio de entrevistas: Professor Doutor Sousa Lara, Professor Doutor Marcos Ferreira, Professor Doutor José A. Maltez, Professor Doutor Victor Marques dos Santos e a Professora Doutora Isabel David.

Agradeço ao meu pai, Augusto, e à minha mãe, Otília, sem o esforço e paciência dos quais não teria sido possível realizar este estudo.

Por último, gostava de agradecer ainda ao Adriano por uma conversa daquelas que desbloqueia o trabalho, à minha avó Glória pelo exemplo e incentivo que sempre me transmitiu e à minha tia Celeste por ter permitido o acesso a bibliografia que de outra forma não teria sido possível.

**NOME: Pedro Miguel Sequeira Duarte Jerónimo**

**MESTRADO EM: Relações Internacionais**

**ORIENTADOR: Professora Doutora Maria João Militão Ferreira**

**DATA: 30 de setembro de 2014**

**TÍTULO DA TESE: Redes Transnacionais de Pressão Organizadas: O caso do movimento *Madres de Plaza de Mayo***

**RESUMO**

A presente dissertação teve como objetivo discutir o caso do movimento *Madres de Plaza de Mayo* à luz das teorias das Forças Transnacionais de Pressão Organizadas e dos Movimentos Sociais Coordenados. O movimento *Madres de Plaza de Mayo* surgiu na Argentina, em 1977, formado por um grupo de mulheres que buscavam os seus filhos, raptados e detidos sem registo pelas forças armadas argentinas no âmbito da guerra contra a subversão, que ficaram conhecidos como os *desaparecidos* (Bouvard, 1994). Neste âmbito, o movimento desenvolveu uma rede de contatos com expressão transnacional, com ativistas, políticos, membros de governos, chefes de estado, entre outros, com o objetivo de pressionar os militares argentinos a libertarem e a divulgarem informação sobre os seus filhos (Bosco, 2001).

Partindo das estratégias políticas das redes transnacionais de pressão, apresentadas por Keck e Sikkink (1998), foi descrita e discutida a utilização das estratégias de política de informação, política simbólica, política de influência e política de responsabilização na ação do movimento *Madres de Plaza de Mayo* e a eficácia da sua utilização na transformação das práticas discursivas internacionais: através da introdução da questão na agenda política dos estados, da transformação do discurso e procedimentos dos estados e organizações internacionais ou da mudança do próprio comportamento dos referidos atores.

**Palavras Chave: *Madres de Plaza de Mayo*; Redes Transnacionais de Pressão; *Desaparecidos*; Junta Militar; Argentina; América Latina.**

**“Transnational Advocacy Networks: *Madres de Plaza de Mayo*’s movement case study”**

**ABSTRACT**

This case study wants to discuss the movement Madres de Plaza de Mayo according to the theories of transnational social movements. This movement appeared in Argentina, during the spring of 1977, and was formed by a group of middle-aged women looking for their children. Their children had been kidnapped, tortured and detained without legal register by the armed forces, during the war on subversion. They were called the disappeared (Bouvard, 1994). During their pursuit for information about their children, these women developed a transnational network of contacts with activists, politicians, members of governments and heads of state around the world that applied pressure over the military junta (Bosco, 2001).

The goal of this study is to describe and debate the political strategies of transnational advocacy networks, theory developed by Keck e Sikkink (1998), like information politics, symbolic politics, leverage politics and accountability politics, when applied by the movement Madres de Plaza de Mayo and discuss the way in which those strategies have influence over the international political debate: issue creation and agenda setting, transforming the discourse and procedures of actors or influence their behavior (Keck e Sikkink, 1998).

**Keywords: Mothers of Plaza de Mayo; Transnational Advocacy Networks; Disappeared; Military Junta; Argentina; Latin America.**

## Lista de siglas

**C.O.N.A.D.E.P.** - *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas*

**E.S.M.A.** - *Escuela Superior Mecánica de la Armada*

**F.E.D.E.F.A.M.** - *Federación Latinoamericana de Asociaciones de Familiares de Detenidos-Desaparecidos*

**G.A.M.** - *Grupo de Apoyo Mutuo*

**I.A.C.H.R. / C.I.D.H.** - *Inter-American Comission on Human Rights / Comissão Interamericana de Direitos Humanos*

**I.S.C.S.P.** - *Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas*

**O.A.S. / O.E.A.** - *Organization of American States / Organização de Estados Americanos*

**O.H.C.H.R.** - *Office of the High Commissioner for Human Rights*

**O.N.U.** - *Organização das Nações Unidas*

**S.A.A.M.** - *Steun aan Argentijse Moeders – Grupo de Apoio às Mães Argentinas*

## Índice

Agradecimentos .....	iii
Resumo .....	iv
Abstract .....	v
Lista de siglas .....	vi
Índice .....	vii
<b>Capítulo 1 – Introdução .....</b>	<b>1</b>
1.1 - Enquadramento Metodológico .....	2
1.2 - Enquadramento Teórico .....	5
<b>Capítulo 2 – Origens e Evolução do Movimento <i>Madres de Plaza de Mayo</i> .....</b>	<b>17</b>
2.1 – Organização e expansão territorial .....	18
2.2 – Expansão ideológica .....	23
2.3 – Ocupação dos espaços públicos como espaços de ação política .....	27
2.4 – O papel dos símbolos de contestação coletiva .....	31
2.5 – Os <i>desaparecidos</i> na Argentina .....	34
<b>Capítulo 3 – As Formas de Ação do Movimento <i>Madres de Plaza de Mayo</i> .....</b>	<b>37</b>
3.1 – Política de informação .....	37
3.2 – Política simbólica .....	39
3.3 – Política de influência .....	42
3.4 – Política de responsabilização .....	45
3.5 – A transferência de carga emocional para a questão dos <i>desaparecidos</i> : os <i>desaparecidos</i> no contexto sul-americano .....	47
3.6 – As relações de causalidade entre os <i>desaparecidos</i> e o regime ditatorial argentino (1976 - 1983) .....	50
<b>Capítulo 4 – Conclusões: A Eficácia do Movimento <i>Madres de Plaza de Mayo</i>, enquanto Rede Transnacional de Pressão Organizada .....</b>	<b>54</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>59</b>

<b>Anexo 1</b> – Guião de entrevistas a realizar junto dos docentes das áreas de Relações Internacionais e Ciência Política do I.S.C.S.P. ....	64
<b>Anexo 2</b> – Guião de entrevistas a realizar junto das organizações integrantes do movimento <i>Madres de Plaza de Mayo: Asociación Madres de Plaza de Mayo</i> e <i>Asociación Madres de Plaza de Mayo – Línea Fundadora</i> .....	65
<b>Anexo 3</b> – Entrevistas presenciais realizadas junto dos docentes do I.S.C.S.P. ....	66



## Capítulo 1 - Introdução

Esta dissertação pretende estudar o caso do movimento argentino *Madres de Plaza de Mayo* à luz das abordagens teóricas relativas às forças transnacionais de pressão organizadas.

A oportunidade do estudo justifica-se pela importância crescente que os atores da sociedade civil transnacional têm vindo a assumir no contexto das Relações Internacionais (Keck e Sikkink, 1998; Della Porta e Diani, 2006; Tarrow, 1998; 2005).

Num contexto internacional cada vez mais globalizado, o ator estado vem perdendo gradualmente a capacidade de controlar ações e efeitos das organizações e movimentos da sociedade civil, quando produzidas por atores cada vez mais conscientes da sua capacidade de influenciar e responsabilizar os decisores políticos perante a opinião pública global (Keck e Sikkink, 1998; Della Porta e Diani, 2006). Entre estes atores destacam-se as redes transnacionais de pressão organizadas, que através da mobilização de indivíduos com interesses e valores comuns, procuram influenciar, transformar e responsabilizar os restantes atores da sociedade civil transnacional pelas problemáticas que pretendem ver superadas (Keck e Sikkink, 1998).

Neste enquadramento, o presente estudo pretende explorar de que forma o movimento *Madres de Plaza de Mayo* contribuiu para redefinir as práticas discursivas e não discursivas das relações internacionais, nomeadamente, através da construção de plataformas de comunicação mediática e da construção de redes transnacionais de solidariedade (Keck e Sikkink, 1998), contribuindo, assim, para o enriquecimento da literatura académica em Relações Internacionais sobre o tema da agência global das forças transnacionais de pressão organizadas (Keck e Sikkink, 1998; Della Porta e Diani, 2006; Tarrow, 1998; 2005).

### *Organização do trabalho*

O trabalho está organizado em quatro capítulos. No primeiro capítulo apresenta-se a teoria relativa às redes transnacionais de pressão organizadas (Keck e Sikkink, 1998). No segundo capítulo descrevem-se as origens e a evolução do movimento

*Madres de Plaza de Mayo* evidenciando, designadamente, a organização do movimento e sua expansão territorial e ideológica, a utilização de símbolos e a ocupação de espaços públicos como forma de contestação política e os esforços do movimento em prol da questão dos *desaparecidos* não só na Argentina, mas igualmente, no contexto mais vasto da América Latina. O terceiro capítulo aprofunda as formas de ação do movimento, nomeadamente ao nível do uso estratégico da informação, da mobilização da política simbólica e da política de influência, da responsabilização dos decisores políticos e da transferência de carga emocional e de visibilidade para a questão dos *desaparecidos* (sobre as formas de ação das forças de pressão transnacionais ver Keck e Sikkink, 1998).

O quarto e último capítulo apresenta as conclusões deste trabalho, com a identificação e discussão das razões que explicam a eficácia do movimento enquanto força transnacional de pressão organizada.

## 1.1 - Enquadramento Metodológico

Neste estudo pretende analisar-se, à luz da teoria de Keck e Sikkink (1998), sobre redes transnacionais de pressão organizadas, a criação, desenvolvimento e atuação do movimento das *Madres de Plaza de Mayo* e a sua eficácia na transformação das práticas discursivas internacionais.

Neste sentido, este estudo tem como perguntas de partida:

1. Quais as estratégias, discursivas e não discursivas, utilizadas pelo movimento *Madres de Plaza de Mayo* na estruturação da sua ação política?
2. Qual a eficácia de tais estratégias na prossecução da agenda de contestação do movimento?
3. Qual a influência do movimento, enquanto movimento de mães de *desaparecidos*, na disseminação de práticas e estratégias similares na América Latina e no restante sistema internacional?

Com base na revisão da literatura procurou-se identificar, analisar e discutir os três aspetos fundamentais, de acordo com os objetivos e perguntas de partida deste estudo. Em primeiro lugar, os tipos de estratégias utilizadas pelo movimento *Madres de Plaza de Mayo* analisando de que forma se enquadram no conjunto de estratégias

identificadas por Margaret Keck e Kathryn Sikkink (1998). Em segundo lugar, a eficácia das estratégias do movimento *Madres de Plaza de Mayo*, procurando descrever e discutir de que forma a construção do discurso em torno dos *desaparecidos* permitiu ao movimento *Madres de Plaza de Mayo* alcançar os seus objetivos, total ou parcialmente, influenciando, ao mesmo tempo, as práticas do estado argentino (sobre esta temática ver Bouvard, 1994; Keck e Sikkink, 1998; Bosco, 2001; 2006; 2007; Sikkink, 2008). Por último, procurou-se identificar o papel das estratégias de atuação das *Madres de Plaza de Mayo* na disseminação e transformação das práticas discursivas utilizadas por movimentos de mães de *desaparecidos* que surgiram na América Latina, em períodos similares ou posteriores (sobre esta temática ver Bouvard, 1994; Keck e Sikkink, 1998; Bosco, 2001; 2006; 2007; Sikkink, 2008).

Neste sentido, o movimento *Madres de Plaza de Mayo* é estudado partindo de uma técnica de investigação qualitativa: o estudo de caso. Segundo Moreira (2007, 49) a abordagem qualitativa parte do pressuposto de que “o mundo social é um mundo construído com significados e símbolos, o que implica a procura dessa construção e dos seus significados.” Lara (2011, 153) refere que a abordagem qualitativa permite precisamente “valorizar os aspetos significativos e simbólicos dos fenómenos” o que está de acordo com os objetivos deste estudo. Neste sentido, o estudo de caso é “uma estratégia de pesquisa, através da qual se procura examinar um fenómeno contemporâneo, no contexto da vida real, em que a fronteira entre o fenómeno e o contexto não são evidentes” (Yin, 1981, 59). Para Abercrombie (citado por Flyvbjerg, 2006), é um exame detalhado de um único exemplo de um conjunto de fenómenos. O estudo de caso permite “desvendar correlações entre dois fenómenos ou a sua inexistência.” (Lara, 2009, 161) e contribuem para falsificar proposições teóricas e estimular a produção de futura investigação (Flyvbjerg, 2006).

Inicialmente foram consultadas as principais fontes bibliográficas de referência, nomeadamente, artigos científicos e monografias relativas aos movimentos sociais coordenados e das forças transnacionais de pressão organizadas. Foi também consultada bibliografia específica sobre o movimento *Madres de Plaza de Mayo* e sobre o tema dos desaparecimentos forçados na América Latina. Foram utilizadas as bases de dados disponíveis no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, em particular, a *JSTOR* e a *EBSCO*. Para complementar a informação recolhida, foi utilizado o material de acesso livre do *Google Académico*, uma vez que permite consultar bibliografia de

difícil acesso por outros meios. As principais palavras-chave utilizadas foram: *Madres de Plaza de Mayo*; *Desaparecidos*; *Transnational Advocacy Networks*; *Mothers of Disappeared*.

A seleção das fontes bibliográficas utilizadas teve por base os autores considerados como de referência sobre o tema e a relação de cada publicação com os objetivos específicos deste trabalho. Também foram utilizadas outras fontes bibliográficas consideradas relevantes, num contexto de novas tecnologias de informação e comunicação, cuja importância para o objeto de estudo foi descrita no enquadramento, nomeadamente, páginas web. Foi utilizada a informação disponível nas páginas web do movimento *Madres de Plaza de Mayo* ([www.madres.org](http://www.madres.org); [madresfundadoras.blogspot.ar](http://madresfundadoras.blogspot.ar)) e de outras organizações e projetos relativos ao tema dos desaparecimentos forçados, nomeadamente a F.E.D.E.F.A.M. - *Federación Latinoamericana de Asociaciones de Familiares de Detenidos-Desaparecidos* e o *Proyecto Desaparecidos* ([www.desaparecidos.org](http://www.desaparecidos.org)). Foi também utilizada a informação das páginas do Alto-Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos ([www.ohchr.org](http://www.ohchr.org)) e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos ([www.oas.org/en/iachr](http://www.oas.org/en/iachr)).

A recolha de dados foi complementada pela realização de entrevistas semiestruturadas. Segundo Moreira (2007, 206) as entrevistas semiestruturadas caracterizam-se “pelo emprego de uma lista de perguntas ordenadas e redigidas por igual para todos os entrevistados, mas de resposta livre e aberta”. Este tipo de entrevista adequa-se aos objetivos na medida em que permite respostas flexíveis, tendo em conta a forma como os entrevistados enquadram e compreendem os assuntos e acontecimentos relacionados (Bryman, 2012, 469).

Foram realizados dois guiões de entrevista diferentes. O primeiro (vide Anexo 1) pretendia conhecer a visão do corpo docente do Instituto Superior de Ciência Sociais e Política (I.S.C.S.P.) sobre o papel das forças transnacionais de pressão organizadas para a complexificação das relações internacionais e a sua capacidade de produzir mudança efetiva. Neste sentido, foram realizadas entrevistas a cinco Professores do I.S.C.S.P., docentes das áreas das Relações Internacionais e da Ciência Política.

O segundo guião (vide Anexo 2) tinha como objetivo conhecer a forma como o movimento *Madres de Plaza de Mayo* via o desenvolvimento da sua rede de contatos transnacionais e era dirigido os membros do movimento. Foram recolhidos os contatos

das organizações que compõem o movimento através dos seus sítios na Internet e foram enviados vários *e-mails* para a *Asociación Madres de Plaza de Mayo* e para a *Asociación Madres de Plaza de Mayo – Línea Fundadora*. No entanto, não foi possível obter respostas.

## 1.2– Enquadramento Teórico

### *Redes transnacionais de pressão organizadas*

As redes transnacionais de pressão organizadas pretendem promover a redefinição dos termos do debate internacional (Keck e Sikkink, 1998). Pretendem, igualmente, transferir visibilidade para os princípios e valores que defendem, partindo da gestão do enquadramento de um tema e modificar a perceção do público-alvo sobre o mesmo (Della Porta e Diani, 2006). Para este efeito desenvolvem práticas discursivas próprias, procurando introduzir uma nova abordagem política do tema e desenvolvendo ações que visem a transformação das práticas internacionais (Della Porta e Diani, 2006).

Entre as forças transnacionais de pressão organizadas, importa destacar neste trabalho, as forças de pressão, organizadas em rede, através de solidariedades estabelecidas entre organizações de pequena dimensão ou de dimensão nacional, utilizando preferencialmente formas não institucionais de atuação, tanto a nível nacional como transnacional (Dorsey, 1993; Santos e Ferreira, 2012). Estas redes foram denominadas por Margaret Keck e Kathryn Sikkink, na sua obra *Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics* (Keck e Sikkink, 1998), como redes transnacionais de pressão organizadas – “transnational advocacy networks” (Keck e Sikkink, 1998). As autoras definem as redes transnacionais de pressão como redes globais de ação cívica caracterizadas pela centralidade que a defesa de valores e causas assume na economia política da sua mobilização doméstica e internacional (Keck e Sikkink, 1998). São redes globais que mobilizam e reenquadram ideias e valores, inserem-nos nos debates políticos, pressionam para a transformação e desenvolvimento de novos padrões de comportamento, tanto a nível internacional, como doméstico (Keck e Sikkink, 1998).

São também estruturas comunicativas, isto é, plataformas em torno das quais se reúnem indivíduos e organizações, numa troca de informação e serviços, de forma voluntária, recíproca e horizontal, visando a transformação de padrões de comportamento internacionais, relativos a determinada causa (Keck e Sikkink, 1998).

As redes constroem enquadramentos discursivos ou *frames*, “esquemas interpretativos que permitem localizar, perceber, identificar e rotular eventos” em determinado contexto (Della Porta, 2006, 74) que visam, em último caso, a substituição de padrões de comportamento reiterados, anteriormente internalizados em determinada sociedade, por novos padrões de comportamento (Keck e Sikkink, 1998). Pretendem uma transformação do que, determinado grupo, considera como práticas moralmente aceitáveis, forçando uma readaptação dos comportamentos dos atores integrantes do mesmo grupo, e consequentemente, uma transformação do ambiente relacional, em que os atores internacionais desenvolvem as suas atividades (Keck e Sikkink, 1998; Della Porta e Diani, 2006). Neste sentido, referem também que a tentativa de produzir uma mudança normativa, encontra sempre resistência por parte dos atores, porque implica colocar em causa práticas assumidas como rotineiras e naturais no seio do grupo (Keck e Sikkink, 1998).

Tendo beneficiado das transformações ocorridas ao nível cultural e tecnológico, isto é, de uma maior facilidade global no acesso às tecnologias de informação, comunicação e transportes, a ação das redes transnacionais de pressão tem permitido o desenvolvimento e multiplicação de canais de contacto entre a sociedade civil e os atores relevantes a nível internacional (Keck e Sikkink, 1998). Tem permitido, igualmente, o acesso dos atores domésticos a recursos internacionais (Keck e Sikkink, 1998), como os grupos de trabalho de organizações internacionais ou os tribunais internacionais, entre outros.

As redes transnacionais de pressão são constituídas pelos principais atores, que promovem internacionalmente uma questão, unidos pelos valores partilhados, pelo mesmo discurso e por densas trocas de informação e recursos (Keck e Sikkink, 1998). A sua presença e relevância são mais notadas quando a questão em causa possui um elevado conteúdo valorativo (Keck e Sikkink, 1998), como por exemplo a violação de direitos humanos.

Entre os membros das redes transnacionais de pressão poderemos encontrar organizações não-governamentais (O.N.G.), movimentos sociais, fundações, órgãos de

comunicação social, igrejas, sindicatos, departamentos de organizações intergovernamentais, assim como membros dos parlamentos ou departamentos governamentais, entre outros (Keck e Sikkink, 1998).

Neste contexto, Keck e Sikkink (1998) referem que o surgimento das redes transnacionais de pressão ocorre perante a necessidade dos movimentos de ativistas em resolverem determinada questão, num contexto em que os canais de contacto com os decisores políticos nacionais estão bloqueados ou não produzem resultados, tornando necessário exercer pressão através de aliados externos (Keck e Sikkink, 1998). O aparecimento das redes transnacionais de pressão ocorre, também, perante a percepção dos ativistas em relação às potencialidades do desenvolvimento de um movimento em rede, para obter resultados mais satisfatórios (Keck e Sikkink, 1998). Também, a participação em fóruns internacionais ou outras formas de contacto internacional, permite a criação de contextos favoráveis ao desenvolvimento de redes transnacionais de pressão organizadas (Keck e Sikkink, 1998).

#### *As estratégias políticas das redes transnacionais de pressão organizadas*

Keck e Sikkink (1998) identificam quatro estratégias políticas aplicadas pelas redes transnacionais de pressão organizadas nos seus esforços de persuasão perante a opinião pública e os decisores políticos: a política de informação, a política simbólica, a política de influência e a política de responsabilização.

As diferentes estratégias utilizadas pelas redes transnacionais de pressão estão englobadas numa ação que visa adequar o enquadramento de determinada causa, a um público politicamente recetivo (Keck e Sikkink, 1998).

Os ativistas em rede desenvolvem novas formas de introduzir um assunto na agenda pública, enquadrando-as, não só de forma inovadora, mas também apresentando causas anteriormente defendidas, de forma nova e diferente, por vezes, até apelando a novos atores, contribuindo para que estes transformem a percepção sobre as suas identidades e interesses (Keck e Sikkink, 1998). Fazem-no atribuindo significado a determinados acontecimentos, organizando a experiência e guiando a ação, coletiva e individual, aumentando, assim, a capacidade da rede produzir mudança (Keck e Sikkink, 1998).

## *Política de informação*

Segundo Keck e Sikkink (1998), a informação é o principal recurso de uma rede. Através da sua estratégia de informação, as redes pretendem obter e mobilizar informação relevante e credível, direcionando-a para onde poderá ter mais impacto, isto é, uma audiência mais recetiva à mensagem da rede (Keck e Sikkink, 1998).

As trocas de informação, entre os membros de uma rede transnacional de pressão, são usualmente, de cariz informal, através das novas tecnologias e comunicação, nomeadamente, a internet, o *e-mail* e as redes sociais digitais (Keck e Sikkink, 1998). Desta forma, os diversos membros de uma rede possuem acesso a informação disponibilizada pelos seus parceiros, a que não poderiam aceder pelos meios habituais de divulgação da informação, quer devido ao filtro da informação que estes meios levam a efeito, quer por advir de factos com origem local, através de indivíduos ou organizações não-governamentais de base local (Keck e Sikkink, 1998).

Esta troca de informação entre os membros da rede permite a união dos mesmos em torno da causa e poderá aumentar a capacidade da rede para produzir resultados (Keck e Sikkink, 1998). No entanto, as redes deverão trabalhar a informação obtida, de maneira, a torná-la compreensível e útil para os ativistas e para o público, que poderão encontrar-se distantes, tanto geográfica como socialmente (Keck e Sikkink, 1998). Segundo Keck e Sikkink (1998), este tipo de fontes de informação informais recolhidos pelos atores não-governamentais reunidos em rede, correspondem normalmente a factos e a testemunhos. Os testemunhos são relatos ou histórias de pessoas afetadas diretamente pelo problema em causa, recolhidos localmente pelos membros locais da rede transnacional de pressão, ou também, através de expatriados, dos meios de comunicação social, entre outros (Keck e Sikkink, 1998). Estes testemunhos vão sendo sujeitos a modificações, isto é, vão sendo enquadrados de forma a obterem visibilidade junto da audiência alvo (Keck e Sikkink, 1998).

Neste processo, não raras vezes, a autoria inicial do testemunho perde-se nas adaptações, traduções e transformações, a que o mesmo é sujeito, de forma a poder ser utilizado em determinada campanha por parte de uma rede transnacional de pressão (Keck e Sikkink, 1998). O outro tipo de informação recolhida pelas redes são os factos (Keck e Sikkink, 1998). As redes transnacionais de pressão procuram dar visibilidade a



determinados acontecimentos, reportando a sua ocorrência, mas também, investigando os mesmos (Keck e Sikkink, 1998). A recolha dos dados diretamente das fontes no terreno permite às redes o acesso a informação credível, que posteriormente poderá tornar-se útil no processo de credibilização da mensagem (Keck e Sikkink, 1998).

Para Keck e Sikkink (1998), partindo dos factos do terreno e dos testemunhos, as redes transnacionais de pressão enquadram os assuntos relativos à causa, de forma a torná-la facilmente compreensível, por vezes, em termos de certo e errado, para que as pessoas se sintam impulsionadas a agir em seu favor. Com este enquadramento pretendem demonstrar a insustentabilidade da atual situação, apontando responsáveis e propondo soluções (Keck e Sikkink, 1998).

Para que as campanhas e ações das redes consigam obter resultados, a informação detida pelas redes deve ser credível e dramática, ou seja, deve estar bem documentada e ao mesmo tempo deve ser atual e, de alguma forma, mobilizar a audiência, procurando gerar propensão para agir e participar nas campanhas (Keck e Sikkink, 1998).

Segundo Keck e Sikkink (1998), a utilização em conjunto da informação técnica e do testemunho dramático permite ao público perceber como é real e efetiva a necessidade de ação. As redes transnacionais de pressão têm permitido a legitimação do testemunho como fonte de informação credível, dado que para as redes, a informação técnica especializada, por si só não consegue mobilizar os apoiantes, sendo necessário para tal, recorrer aos casos individuais e às histórias reais (Keck e Sikkink, 1998).

A informação é central na formação das redes transnacionais de pressão, dado que os seus membros dependem da sua capacidade para reunir e enquadrar informação relevante, de forma a tornarem-se atores legítimos (Keck e Sikkink, 1998). A estrutura informal em rede, entre diversos grupos de base local, baseada na troca de informação, permite o acesso aos recursos necessários para o seu trabalho, alarga a sua legitimidade e ajuda a mobilizar informação em torno de determinados alvos (Keck e Sikkink, 1998).

Por último, importa referir que para mobilizar as pessoas em torno da sua causa, as redes transnacionais de pressão têm como principal veículo de comunicação os *media* devendo, por isso, enquadrar o seu discurso, nos termos, e de forma atrativa para conseguir a atenção da comunicação social, e assim chegar ao público pretendido (Keck e Sikkink, 1998). Neste sentido, assumem, mais uma vez, profunda relevância a

credibilidade da informação, gerida pela rede transnacional de pressão, e o dramatismo com que promove a sua causa (Keck e Sikkink, 1998).

### *Política simbólica*

Apesar de referirem quatro estratégias políticas, através das quais as redes transnacionais de pressão produzem mudança, podemos perceber a partir dos argumentos de Keck e Sikkink (1998), que a informação, não só possui um papel central na ação estratégica das redes, como é a partir desta que as restantes estratégias políticas são colocadas em prática (Keck e Sikkink, 1998).

A política simbólica corresponde ao processo de enquadrar, identificar e explicar de forma credível os acontecimentos, associando-os à causa que defendem atribuindo-lhes uma carga simbólica e emocional (Keck e Sikkink, 1998). Isoladamente ou em associação com outros acontecimentos semelhantes ou simultâneos poderá tornar-se móbil da ação individual e coletiva (Keck e Sikkink, 1998). A interpretação simbólica dos acontecimentos é parte integrante do processo de persuasão, levado a cabo pelas redes transnacionais de pressão, e visa a consciencialização do público-alvo e da opinião pública (Keck e Sikkink, 1998).

### *Política de influência*

O objetivo de uma rede transnacional de pressão é produzir uma alteração da prática e do discurso, no âmbito internacional. Como tal, necessita de colocar pressão e persuadir atores mais poderosos (Keck e Sikkink, 1998).

A ação em rede e a diversidade dos seus membros permite que grupos ou organizações de base locais, sem acesso ao debate público internacional, possam influenciar estados e organizações internacionais ou empresas transnacionais (Keck e Sikkink, 1998). Neste sentido, é necessário reunir em rede atores com influência política, mediática ou com prestígio, que defendam os mesmos valores e princípios, ou que vejam na rede, um meio de defender os seus interesses específicos (Keck e Sikkink, 1998). Segundo Charli Carpenter (2010), para que uma causa se torne transnacional, é fundamental o papel de um *gate-keeper*, um ator global com fortes ligações à rede e

com capacidade para influenciar a agenda da causa, no seio da rede. Normalmente, este *gate-keeper* tem ligações às organizações internacionais e possui a capacidade de atribuir credibilidade, valor e recursos à causa, permitindo que esta se torne transnacional ou bloqueando o mesmo processo (Carpenter, 2010).

Segundo Keck e Sikkink (1998), as redes podem exercer dois tipos de influência: influência material e moral.

A influência material é exercida quando os membros das redes enquadram o tema, ligando a sua causa com questões relacionadas com dinheiro (investimento direto estrangeiro, ajuda económica e militar, entre outros) ou com bens materiais, podendo também ser ligados a apoios diplomáticos, votos em organizações internacionais, entre outros (Keck e Sikkink, 1998).

De forma a tornar-se um ator legítimo, perante os estados ou organizações internacionais relativamente à causa, as redes necessitam de mobilizar os seus membros mais influentes, ao mesmo tempo que utilizam a informação e o simbolismo dos eventos de forma estratégica e imediata e ligam a causa aos interesses do ator alvo, ou seja, a algo de que estes não queiram abdicar ou que possua custos demasiado elevados, no caso de não modificar comportamentos ou a sua posição (Keck e Sikkink, 1998).

Keck e Sikkink (1998) referem, no entanto, que a credibilidade da rede e as suas capacidades de continuamente mobilizar os seus membros e influenciar a opinião pública, através dos média e das novas tecnologias da informação e comunicação, são fundamentais para o sucesso da pressão.

A influência moral corresponde, ao que Keck e Sikkink (1998) designam de “mobilização da vergonha”, ou seja, as redes procuram colocar o comportamento dos estados ou restantes atores internacionais, sob avaliação, escrutínio da opinião pública internacional. Ao apresentar um ator como não atuando conforme as normas internacionais, ou de acordo com o que se propuseram realizar anteriormente, as redes transnacionais de pressão pretendem prejudicar a sua credibilidade, ao ponto de provocar uma mudança dos comportamento ou das políticas do mesmo (Keck e Sikkink, 1998).

### *Política de responsabilização*

Por último, Keck e Sikkink (1998) referem a política de responsabilização. Os estados ao assumirem publicamente a mudança de posição ou de discurso, não raras vezes, pretendem, apenas, diminuir a pressão das redes transnacionais de pressão e da opinião pública, sobre determinadas políticas (Keck e Sikkink, 1998). Neste caso, as redes usam as posições ou discursos dos estados, tirando partido da sua capacidade para reunir informação credível, para expor a distância entre o discurso e a prática real, colocando a sua reputação em causa (Keck e Sikkink, 1998).

Podemos assim concluir que todas as estratégias estão condicionadas pela capacidade do enquadramento discursivo da rede ressoar no público-alvo, na opinião pública, levantando a questão dos efeitos e da eficácia das redes (Keck e Sikkink, 1998).

#### *As forças transnacionais de pressão organizadas e a sua eficácia*

As forças transnacionais de pressão contribuem para a complexificação dos relacionamentos internacionais...

(...) porque são atores com uma natureza diversificada entre si, muito diferente da natureza dos restantes atores, possuem uma diferença de conceitos e perspectivas sobre o mundo, diferença de objetivos e uma diferença de formas de atuação. Possuem formas de atuação muito próprias, para as quais, os atores clássicos não estão preparados, em termos de instrumentos para responder e gerir (Santos, entrevista realizada em dezembro 2013).

Num contexto de mudança transformacional caracterizado pelo já referido desenvolvimento e disseminação do acesso às tecnologias de informação, comunicação e transportes, pela transformação acelerada do sistema internacional, e consequentemente, pela transformação das perceções sobre as identidades próprias e comuns (Santos, 2007), geram-se “efeitos de alteração irreversível na estrutura sistémica, através das alterações de natureza dos componentes, das interações, conexões e fluxos relacionais, das lógicas que os determinam e das dinâmicas que os caracterizam” (Santos, 2007, 160-161). As forças transnacionais de pressão organizadas têm introduzido novos desafios aos restantes atores do sistema internacional, tirando partido da criação de novos espaços, onde procuram colocar as suas causas na agenda global e influenciar as decisões políticas (Keck e Sikkink, 1998).

Neste sentido, diversos fatores influenciam a eficácia das forças transnacionais de pressão organizadas (Keck e Sikkink, 1998). É fundamental a capacidade dos seus

membros na elaboração de enquadramentos discursivos que gerem ressonância, isto é, que gerem uma resposta por parte dos atores alvo, entre os quais os ativistas políticos, os estados, as organizações intergovernamentais (Olesen, 2005). Esta ressonância permite às forças transnacionais de pressão organizadas alargarem a exposição dos seus argumentos e reunirem possíveis aliados junto de partes terceiras (Olesen, 2005).

Segundo Keck e Sikkink (1998), determinadas causas são mais suscetíveis de gerar ressonância na opinião pública e nos atores envolvidos. As forças transnacionais de pressão organizadas conseguem ser mais eficazes quando defendem causas relacionadas com a violência sobre indivíduos vulneráveis e os responsáveis possam ser identificados facilmente ou quando defendem causas relativas a direitos não reconhecidos ou violados (Keck e Sikkink, 1998). Numa entrevista conduzida no âmbito desta dissertação, Lara (entrevista realizada em novembro de 2013) refere que é “fundamental a causa possuir potencialidades estéticas (...) de forma a se poder tornar viral”.

Segundo Keck e Sikkink (1998), apesar do potencial de difusão de determinadas causas, o papel dos atores, tanto os que difundem o enquadramento, assim como os visados pelo mesmo, são fundamentais para o sucesso de uma campanha. As forças transnacionais de pressão organizadas mais eficazes são densas, isto é, possuem um grande número e variedade de atores, com uma forte ligação entre si, assim como uma forte identificação com a causa, alimentada pelos constantes fluxos de informação confiável e transacionada entre os membros da rede (Keck e Sikkink, 1998). É fundamental a existência, no seio da rede, de ativistas nacionais dos países alvos de campanhas, tal como, de atores capazes de obter influência institucional (Keck e Sikkink, 1998).

Os atores alvo devem estar vulneráveis a incentivos materiais, a sanções de atores externos ou a pressões relativas à discrepância entre os compromissos assumidos e a prática (Keck e Sikkink, 1998). Ao nível dos estados, aqueles que procuram fazer parte de uma comunidade normativa de estados ou que pretendem aumentar o seu prestígio internacional, ou seja, modificarem a sua imagem externa de forma a obter uma maior capacidade negocial de defesa dos seus interesses, encontram-se mais vulneráveis às pressões das forças transnacionais de pressão organizadas (Keck e Sikkink, 1998).

De acordo com a literatura, é possível identificar cinco formas a partir das quais as forças transnacionais de pressão organizadas conseguem influenciar as práticas discursivas internacionais a saber, interferência na definição das agendas do debate internacional, transformação do discurso dos atores, transformação dos procedimentos institucionais, mudança nas políticas e influência no comportamento dos estados (Keck e Sikkink, 1998; Della Porta e Diani, 2006).

Em primeiro lugar, as forças transnacionais de pressão podem interferir na definição da agenda, introduzindo novas questões no debate público internacional (Keck e Sikkink, 1998; Della Porta e Diani, 2006), direcionando a atenção mediática para estas questões que até aí ainda não tinham sido alvo de debate (Keck e Sikkink, 1998) e estabelecendo os limites ideacionais no seio dos quais essas questões são avaliadas e debatidas (Dorsey, 1993).

Em segundo lugar, o sucesso na introdução de uma questão no debate permite às forças transnacionais de pressão organizadas influenciar a transformação do discurso dos atores do sistema internacional (Keck e Sikkink, 1998). Perante a transformação do discurso, as forças transnacionais de pressão organizadas poderão persuadir os estados e as organizações internacionais no sentido de produzir legislação relevante para a causa (Della Porta e Diani, 2006), apoiar declarações internacionais, modificar as suas posições políticas assumidas publicamente e de assumir posições mais comprometidas, como acordos vinculativos ou convenções internacionais (Keck e Sikkink, 1998; Della Porta e Diani, 2006). Segundo Della Porta e Diani (2006), as forças transnacionais de pressão organizadas procuram sensibilizar os atores da arena política e pública, de forma a contribuírem para alcançar os objetivos da causa. Não visam apenas mudanças de discurso ou posição, mas também a adesão dos responsáveis pela implementação das políticas públicas (Della Porta e Diani, 2006).

Em terceiro lugar, este tipo de pressão pode gerar uma transformação dos procedimentos institucionais dos atores do sistema (Keck e Sikkink, 1998). Como referem Della Porta e Diani (2006), as forças transnacionais de pressão influenciam o funcionamento do sistema político interagindo com a administração pública e apresentando-se como representantes dos interesses dos que não possuem acesso ao processo de tomada de decisão (Della Porta e Diani, 2006). Aumentam as possibilidades de acesso ao sistema político, tanto através de canais informais de contato, como aproveitando a abertura de determinadas instituições à colaboração com atores não-

institucionais (Della Porta e Diani, 2006). Promovem e colaboram na criação de novos espaços de desenvolvimento de políticas públicas, como, por exemplo, as comissões de inquérito de carácter consultivo e independente (Della Porta e Diani, 2006). Através destes órgãos consultivos são promovidas as relações entre os membros das forças transnacionais de pressão organizadas e os membros dos diferentes gabinetes dos órgãos de tomada de decisão (Della Porta e Diani, 2006). Neste sentido, diversas organizações intergovernamentais vêem as forças transnacionais de pressão organizadas como potenciais aliados, desenvolvendo negociações, através de canais discretos e informais, e permitindo a sua participação na implementação das políticas (Della Porta e Diani, 2006). As mudanças nos procedimentos podem aumentar a oportunidade das redes transnacionais de pressão organizadas virem a desenvolver contactos regulares com outros atores-chave para determinada questão, criando o espaço para o desenvolvimento de relações entre as redes e os atores-alvo (Keck e Sikkink, 1998).

Em quarto lugar, as forças transnacionais de pressão podem influenciar as mudanças ao nível das políticas dos atores, tais como estados, organizações intergovernamentais ou atores privados (Keck e Sikkink, 1998). Estas mudanças podem levar outros atores a tomarem decisões semelhantes (Keck e Sikkink, 1998). Além disso perante a adoção de determinada política por parte de um conjunto de estados, os restantes estados podem ver-se obrigados a adotar a mesma política, de forma a manter a conformidade com os padrões internacionais de comportamento, devido à confiança que gerará nos restantes atores (Keck e Sikkink, 1998).

Em quinto lugar, Keck e Sikkink (1998) consideram que as forças transnacionais de pressão são eficazes, quando pela sua ação, conseguem influenciar o comportamento dos estados, ou sejam quando, como mencionado anteriormente, conseguem estabelecer a agenda do debate, a mudança do discurso, a transformação procedimental e a mudança de política. No entanto, poucas são as forças transnacionais de pressão organizadas que conseguem levar a pressão até ao fim e efetivamente influenciar o comportamento dos atores do sistema (Keck e Sikkink, 1998). Contudo, mesmo quando não conseguem influenciar a resolução do problema, as forças transnacionais de pressão permitem enfraquecer as estruturas discursivas que sustentam o problema, criando espaço para que novos atores possam continuar a tentar resolver a questão (Keck e Sikkink, 1998).

Uma limitação importante das forças transnacionais de pressão passa pela dificuldade em influenciar mudanças de longo prazo, porque o ciclo de protesto estimula reformas imediatas e pouco profundas (Della Porta e Diani, 2006).

Além disso, a capacidade das forças transnacionais de pressão para influenciar as práticas discursivas internacionais torna-se mais limitada quando interferem com áreas e questões que afetam diretamente os interesses dos estados e das suas elites (Olesen, 2005). Segundo Marcos Ferreira (entrevista realizada em dezembro 2013), “os estados têm uma tendência para reagir contra, para resistir a esse tipo de pressões”. Os estados possuem poucos incentivos para cooperar com as forças transnacionais de pressão, porque a maioria das campanhas desafiam as noções tradicionais de soberania, tornando previsível que os estados procurem bloquear esta atividade (Keck e Sikkink, 1998).



## Capítulo 2 - Origens e Evolução do Movimento *Madres de Plaza de Mayo*.

### *Introdução*

As *Madres de Plaza de Mayo* surgiram na Argentina, durante a segunda metade da década de 1970, em plena ditadura militar (Navarro, 1989).

Em Março de 1976, um golpe de estado perpetrado pelos militares depôs o governo da Presidente Isabel Perón (Navarro, 1989). Isabel Perón era viúva de Juan Domingo Perón, a quem sucedeu após a sua morte como Presidente da Argentina (Navarro, 1989). O seu governo ficou marcado:

(...) pelo caos económico e político, com a inflação a disparar para os 335 por cento em 1975, pela ineficiência governamental e pela corrupção, conflitos entre a presidência e os seus profundamente divididos apoiantes peronistas, e pela escalada de violência originada pela ação de grupos guerrilheiros e as suas políticas para os combater (Navarro, 1989, 241).

De acordo com Navarro (1989), o clima de violência instalada no país obrigou Isabel Perón a declarar o estado de emergência com o objetivo de erradicar a subversão, e entre as diversas medidas que visavam conter a ação das guerrilhas, o governo argentino terá promovido a formação de organizações para-policiais, que terão estado na origem dos primeiros desaparecimentos, como a *Triple A*.

A Junta Militar, que assume o poder em 1976, é composta pelos comandantes superiores dos três ramos das forças armadas: do Exército – General Jorge Videla; da Marinha – Almirante Emilio Massera; e da Força Aérea – Brigadeiro Orlando Agosti (Navarro, 1989). O novo poder político-militar manteve o “estado de emergência, proibiu qualquer atividade política, destituiu representantes eleitos, encerrou o Congresso, as legislaturas provinciais e os conselhos municipais” (Navarro, 1989, 242). A mesma autora refere ainda que a Junta Militar interveio também nos “sindicatos e organizações de trabalhadores, nas universidades, e outras instituições públicas, e estabeleceu uma rígida censura de todos os órgãos de comunicação social” (Navarro, 1989, 242).

Poucos dias após subir ao poder, a Junta Militar emitiu um documento no qual considerava necessário, antes do país retornar a um sistema político representativo, que a Argentina fosse sujeita ao *Proceso de Reorganización Nacional* (Navarro, 1989). O *Proceso* visava promover:

“(...) crescimento económico, erradicar a subversão e recuperar os valores de uma gestão integrada do estado, enfatizando o sentido de moralidade, força e eficiência, indispensável à reconstituição da nação” (Navarro, 1989, 243).

Neste sentido, os grupos clandestinos criados durante o governo de Perón foram assimilados pelas forças armadas, dando origem a uma campanha clandestina que visava eliminar a subversão (Navarro, 1989). A principal estratégia desta campanha passava pelo rapto de pessoas, consideradas subversivas. Segundo Navarro (1989), o espectro de pessoas consideradas subversiva poderia ir desde:

“(...) membros das guerrilhas, marxistas, liberais, católicos e judeus reformistas, assim como, todos aqueles suspeitos, de ativamente, remotamente, acidentalmente, por vontade própria ou contra vontade, de ajudarem ou protegerem terroristas” (Navarro, 1989, 244).

Posteriormente eram colocadas em centros clandestinos de detenção, onde eram sujeitos a diversas formas de tortura, sem qualquer tipo de julgamento, e impossibilitados de contactarem com o exterior (Navarro, 1989). Ficaram conhecidos como os *desaparecidos* – termo inicialmente utilizado na Guatemala, para classificar o desaparecimento de pessoas sem deixarem rasto (Foss e Domenici, 2001).

## 2.1 - Organização e expansão territorial

O cariz clandestino dos desaparecimentos forçados, a ausência de informação por parte das famílias sobre os seus familiares desaparecidos (Bouvard, 1994; Navarro, 1989) e o papel das mulheres, enquanto mães, no seio das famílias argentinas (Bouvard, 1994) foram fatores que conduziram à formação do movimento das *Madres de Plaza de Mayo*.

A maioria das mulheres que formaram inicialmente o movimento não possuía formação académica universitária, eram donas de casa, cuja única função passava por cuidar dos filhos e dos maridos (Bouvard, 1994). Navarro refere que “algumas tinham emprego, mas todas se consideravam primariamente como donas de casa” (Navarro, 1989, 249).

A ausência de informação sobre o paradeiro dos filhos levou-as, individualmente, a procurarem primeiro junto das autoridades policiais, hospitais, departamentos governamentais, forças armadas, igrejas, e em todos os locais onde pensassem que poderiam obter informações sobre os filhos desaparecidos (Bouvard,

1994). A sua busca individual conduziu-as aos mesmos locais, onde se encontravam regularmente e trocavam informações sobre a melhor forma de prosseguirem a sua busca (Navarro, 1989; Bouvard, 1994).

Nos encontros regulares entre as mães dos *desaparecidos* nas salas de espera dos departamentos governamentais emerge a personagem de Azucena Villaflor de Vicente, em casa da qual se reúnem, inicialmente, as mães de *desaparecidos* (Bouvard, 1994). Encontravam-se aos fins-de-semana, por vezes em igrejas, para escrever cartas, e partilhar as suas ideias e sofrimento (Bouvard, 1994).

As primeiras estratégias definidas em grupo passavam por escrever cartas endereçadas, tanto à Amnistia Internacional, como à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização de Estados Americanos, procurando encontrar-se com cidadãos estrangeiros de visita ao país que pudessem defender a sua causa no exterior (Bouvard, 1994).

Num dos encontros regulares, Azucena de Vicente terá proposto que se dirigissem à *Plaza de Mayo*, onde se encontra a sede do governo argentino, a *Casa Rosada*, com o fim de solicitar uma audiência ao Presidente Videla para questioná-lo sobre o paradeiro dos seus filhos (Navarro, 1989; Bouvard, 1994).

A 30 de Abril de 1977, as mães dos *desaparecidos* reúnem-se, pela primeira vez, na *Plaza de Mayo* (Navarro, 1989; Bouvard, 1994). De acordo com Bouvard (1994), as 14 mulheres que se reuniram pela primeira vez na *Plaza de Mayo*, escolheram aquele dia que todas tinham disponível. um sábado. No entanto, a escolha revelou-se pouco acertada, dado que poucas pessoas circulavam pela *Plaza de Mayo* naquele dia (Navarro, 1989; Bouvard, 1994). Na semana seguinte, escolheram sexta-feira para se encontrarem na *Plaza de Mayo*, inicialmente de manhã, tendo posteriormente alterado os encontros para a tarde (Navarro, 1989; Bouvard, 1994). A quinta-feira, às três horas e meia da tarde, ficou estabelecido como o dia definitivo para o encontro das *Madres de Plaza de Mayo*, porque algumas *Madres* consideravam a sexta-feira um dia de “azar” (Navarro, 1989; Bouvard, 1994).

Nos encontros na *Plaza de Mayo*, as *Madres* procuravam recrutar outras mães de *desaparecidos*, de entre aquelas que foram conhecendo nos diversos departamentos governamentais e das forças armadas procurando seus filhos (Bouvard, 1994). Após dois meses de presença na *Plaza de Mayo*, conseguiram ser recebidas pelo Presidente Videla, que terá alegado a inexistência de pessoas detidas clandestinamente, sem

julgamento (Bouvard, 1994). Por esta altura, contavam com cerca de sessenta *Madres* nos seus encontros (Bouvard, 1994).

No princípio, a idade e o papel de mães em busca dos filhos, permitiu que se fossem reunindo, em cada vez maior número, sem serem incomodadas (Navarro, 1989; Bouvard, 1994). No entanto, o encontro com Videla, centrou as atenções do governo sobre as *Madres* (Navarro, 1989; Bouvard, 1994). A repressão policial sobre os seus encontros foi aumentando gradualmente de intensidade (Bouvard, 1994). Primeiro, e porque o estado de sítio não permitia reuniões públicas, nas quais participassem um grande número de pessoas, as forças policiais proibiram-nas de estarem paradas naquele local, exigindo-lhes que circulassem (Navarro, 1989; Bouvard, 1994). Nesse exato momento, começaram a caminhar em torno da praça (Navarro, 1989; Bouvard, 1994). A partir desse dia, decidiram caminhar silenciosamente durante meia hora em torno do obelisco central da *Plaza de Mayo*, todas as quintas-feiras às três horas e meia da tarde (Navarro, 1989; Bouvard, 1994).

Após os primeiros encontros na *Plaza de Mayo* decidiram dividir-se em grupos espalhados pela cidade de Buenos Aires, os quais tinham uma *Madre* responsável por manter o contato com os restantes membros do grupo, mantendo assim um regular fluxo de comunicação entre todas as *Madres* da zona de Buenos Aires (Bosco, 2001).

Em junho de 1977, já tinham reunido há volta de uma centena de *Madres* (Navarro, 1989). Através da participação em redes locais de contacto, laços familiares e de amizade, afinidades políticas ou no trabalho, estas mulheres que desconheciam o paradeiro dos seus filhos, foram tomando conhecimento da existência de mulheres em situações semelhantes, algumas das quais tinham começado a reunir-se na *Plaza de Mayo* (Bosco, 2006).

Outras mulheres, das zonas mais interiores do país, deslocavam-se a Buenos Aires, com o objetivo de recolherem informação sobre os seus filhos, que não encontravam nas suas cidades (Bosco, 2006). Assim, muitas outras mulheres começaram a acorrer à *Plaza de Mayo*, não só para exigir informações sobre os seus filhos, mas para conhecerem mulheres em situações semelhantes, que partilhavam o mesmo sofrimento, e com quem poderiam partilhar as suas histórias e recolher informações sobre a melhor forma de continuar a sua busca (Bosco, 2006). Apesar dos reduzidos encontros destas mulheres com as *Madres* na *Plaza de Mayo*, os laços emocionais desenvolvidos pela partilha de um sofrimento comum, a partilha das

histórias individuais e o apoio encontrado, permitiram o germinar de um sentimento de pertença a uma rede alargada de mães de *desaparecidos* – as *Madres de Plaza de Mayo* (Bosco, 2006).

Neste período, surgem por toda a Argentina, diversos grupos de mães de *desaparecidos*, cada qual com os próprios métodos de demonstração pública e contestação, acusando as autoridades argentinas pelos desaparecimentos dos seus filhos e autodenominando-se *Madres de Plaza de Mayo* (Bosco, 2006).

O movimento das *Madres de Plaza de Mayo*, ao estabilizar a sua organização de cariz informal com uma divisão de tarefas equilibrada (como por exemplo a divisão das várias *Madres* por diversas frentes, tais como: o preenchimento de formulários; deslocações aos tribunais; aos serviços da administração pública ou às forças armadas) (Bouvard, 1994), permitiu que as *Madres* dessem atenção à expansão territorial do movimento, fora da área de Buenos Aires, recrutando novos membros por todo o país, apoiando a formação de grupos de *Madres* em todas as cidades onde tal fosse possível (Bosco, 2001).

Todas estas mulheres eram confrontadas com um problema comum, o desaparecimento dos filhos, mas também, com a incompreensão por parte da sociedade argentina ou mesmo daqueles que eram mais próximos, como os familiares e os vizinhos (Bouvard, 1994; Bosco, 2006). Ao mesmo tempo, na *Plaza de Mayo*, encontravam outras mulheres que compreendiam o seu sofrimento, que passavam pela mesma situação, que possuíam as mesmas dúvidas e medos e que, acima de tudo, procuravam alguém com quem partilhar as suas histórias (Bouvard, 1994; Bosco, 2006). Na *Plaza de Mayo* criaram laços afetivos entre elas que iriam fortalecer e sustentar a sua ação no futuro (Bosco, 2006). Mesmo para as *Madres* que chegavam de outras regiões do país, o pouco tempo em que participaram nas atividades do movimento foi suficiente para criar e fortalecer esses laços afetivos, para entrarem em contato com outras *Madres* da mesma região e para levarem consigo a vontade de, mesmo à distância, continuarem a participar das marchas na *Plaza de Mayo* (Bosco, 2006). Estes laços emocionais permitiram a formação de uma nova rede de ativismo, em que os seus membros se encontravam espalhados por um território alargado (Bosco, 2006). Ao mesmo tempo, a sua integração permitiu sustentar a rede nos momentos em que a ação dos seus membros era livre e desorganizada, devido à inexistência de uma coordenação entre os diferentes grupos que se foram formando ao longo do tempo (Bosco, 2006).

Segundo Bosco (2006), o papel dos laços afetivos desenvolvidos entre as *Madres* foi fundamental, no crescimento e influência que o movimento acabaria por ter na luta pela defesa dos direitos humanos, tanto no contexto argentino, como no da América Latina.

Em Agosto de 1979, as *Madres de Plaza de Mayo* registaram a *Asociación Madres de Plaza de Mayo* (Bouvard, 1994). Naquele momento, as *Madres* já tinham desenvolvido uma vasta rede de cooperação e comunicação com as restantes *Madres*, por todo o país (Bouvard, 1994).

As *Madres de Plaza de Mayo*, com a formação da sua organização formal, procuraram centralizar a rede que se tinha vindo a formar nos primeiros anos do movimento, de forma a obter maior coordenação e visibilidade e a desenvolver uma interação mais eficaz (Bosco, 2006).

Em 1986, diversas *Madres de Plaza de Mayo* entram em conflito com a liderança de Hebe de Bonafini, principalmente, como resultado da postura da direção da organização relativamente às investigações sobre os *desaparecidos*, às compensações financeiras aos familiares das vítimas e a uma postura de não colaboração com o novo governo democraticamente eleito (Bouvard, 1994). Neste sentido, decidem deixar a organização e fundam a *Asociación Madres de Plaza de Mayo – Línea Fundadora* (Bouvard, 1994). O grupo de dissidentes era composto por catorze mulheres que, na sua maioria, fizeram parte da formação inicial do movimento (Bosco, 2001). A nova organização pretendia recuperar o espírito e o modelo da formação inicial das *Madres de Plaza de Mayo* (Bouvard, 1994; Bosco, 2006). A cisão conduziu, também, a uma divisão dos grupos locais de *Madres de Plaza de Mayo*, tanto pela *Asociación Madres de Plaza de Mayo*, como pelo movimento *Madres – Línea Fundadora* (Bosco, 2001).

A rede formada à volta das *Madres de Plaza de Mayo* é ainda constituída por grupos de apoio, formados por pessoas que quiseram ajudar as *Madres* desde o início do movimento (Bosco, 2007). Estes grupos de apoio baseiam o seu apoio no sentimento de amor que sentem pelas mães de *desaparecidos* (Bosco, 2007). A sua colaboração é predominantemente logística, ou seja, apoiam as *Madres* na preparação das marchas semanais e, particularmente, na marcha anual - a Marcha da Resistência – dão apoio jurídico e psicológico, e realizam reportagens sobre as ações de campanha das *Madres* (Bosco, 2007; Bouvard, 1994). O seu objetivo explícito é o de manter o legado das

*Madres* vivo, mesmo após o desaparecimento de todas as integrantes do movimento (Bosco, 2007).

## 2.2 – *Expansão ideológica*

A formação inicial do movimento das *Madres de Plaza de Mayo*, como referido anteriormente, incluía na sua maioria mulheres de meia-idade, donas-de-casa, sem interesse pela política, cujos filhos tinham desaparecido de forma violenta e sem explicação (Bouvard, 1994). Foram estas mulheres que ocuparam a *Plaza de Mayo* para questionar a Junta Militar: “Onde estão os nossos filhos?” (Bouvard, 1994, 70). Inicialmente, as motivações das *Madres* centravam-se na busca dos seus filhos (Bouvard, 1994; Navarro, 1989; Bosco, 2006). Apresentavam *habeas corpus* nos tribunais, enviavam cartas para organizações de defesa de direitos humanos, procuravam contactar agentes políticos estrangeiros, apresentavam requerimentos junto das forças armadas e dos organismos públicos e apresentavam-se todas as semanas na *Plaza de Mayo*, com o objetivo de questionar a Junta Militar sobre os filhos desaparecidos, pedir autorização para os visitar e exigir um julgamento justo de acordo com a lei (Bouvard, 1994).

Em 1983, as forças armadas entregam o poder a um novo governo democraticamente eleito e são iniciadas as investigações sobre os desaparecimentos forçados (Bouvard, 1994). Neste sentido, é reafirmado pelo discurso oficial a teoria dos dois males (C.O.N.A.D.E.P., 1984). De um lado, guerrilhas de extrema-esquerda que provocam o caos no país e do outro as forças armadas chamadas a conter a subversão armada, que no entanto, foram além da sua legitimidade e aplicaram um terrorismo de estado que não visou unicamente os militantes das guerrilhas, mas toda a população argentina (C.O.N.A.D.E.P., 1984). As *Madres* rejeitavam a tentativa de fazer prevalecer a ideia de que os *desaparecidos* eram subversivos (Bouvard, 1994). Rejeitavam que estivessem envolvidos em ações terroristas (Bouvard, 1994).

Com o fim do regime, as *Madres* deixam de procurar seus filhos, “o seu papel não é fazer o luto pelos seus filhos (Bouvard, 1994),” mas fazer com que os assassinos sejam julgados pelos seus crimes (Bouvard, 1994). Neste sentido, introduzem nas suas marchas, o slogan *Aparición con Vida* (Bombal, 1992; Bouvard, 1994). Para as *Madres*, os seus filhos não estão mortos, porque, se estão, os seus assassinos deveriam estar presos (Bouvard, 1994). Como não estão presos, os seus filhos não estão mortos. Ao

aceitarem os restos mortais dos seus filhos e permitirem que os responsáveis possam seguir impunes, estão a permitir que milhares de outros jovens possam morrer (Bouvard, 1994). Neste sentido, adicionam um novo *slogan* *Juicio y castigo a los culpables*, porque se estão mortos, alguém os assassinou e alguém deu a ordem (D'Alessandro, 1998).

O novo contexto político na Argentina exige ao movimento das *Madres de Plaza de Mayo* uma transformação no discurso e nos motivos pelos quais pretendiam manter a sua ação coletiva (Bouvard, 1994). Segundo Bouvard (1994), porque as *Madres* não possuíam uma consciência política prévia, a sua interpretação dos acontecimentos adveio unicamente da sua própria experiência e da sua ação de contestação. Neste sentido, as *Madres* aceitam que os seus filhos estavam envolvidos na contestação ao regime, mas que, apesar de possuírem afiliações e ideologias diversas, o seu ativismo visava produzir uma transformação social no país (Bouvard, 1994). Chegam à conclusão que os seus filhos são raptados devido às suas preocupações sociais, pelas suas atividades junto das camadas mais pobres da sociedade argentina (Bouvard, 1994).

A natureza da ação coletiva do movimento das *Madres de Plaza de Mayo* sofre uma transformação perante a ameaça da desagregação do grupo, no período relativo às investigações oficiais sobre os desaparecimentos (Bouvard, 1994). Apesar de nem todas as mães de *desaparecidos* se terem juntado ao movimento, a ação do movimento exige o aparecimento não só dos seus filhos, mas de todos os *desaparecidos* (Bouvard, 1994). Nas palavras de Esther Balestrina de Creaga, “não podemos lutar só por um filho, temos de continuar a lutar por todos os filhos, por todos os *desaparecidos*” (Bouvard, 1994, 180). Mesmo perante a proposta da Junta Militar de libertar alguns dos filhos desaparecidos, as *Madres de Plaza de Mayo* rejeitam a proposta, porque não bastava que um só filho fosse libertado, todos os *desaparecidos* deveriam aparecer com vida (Bouvard, 1994):

“O filho de cada uma, é filho de todas, não só dos que estão desaparecidos, mas todos aqueles que estão a lutar pelos seus direitos, neste momento”(Bouvard, 1994, 181).

Este processo transformativo da experiência das *Madres de Plaza de Mayo* ficou conhecido como a socialização da maternidade (Bouvard, 1994). A maternidade é utilizada neste contexto com objetivos políticos, mas acima de tudo como o móbil de uma forma de ação política baseada na sua condição de mães (Burchianti, 2004). Ser mãe de um *desaparecido* transforma o papel de mãe, a partir deste momento tornam-se



ativistas como os filhos (Burchianti, 2004). A experiência individual de cada mãe com os seus filhos funde-se com a estratégia política utilizada (Burchianti, 2004). Ao mesmo tempo, é o seu ativismo que as ajuda a lidar com o sofrimento e com a revolta (Burchianti, 2004). As *Madres* atribuíram um novo significado ao papel de mães, um significado político, de protesto, contra o estado que lhes tirou os filhos (Bouvard, 1994).

O processo de socialização da maternidade conduziu à substituição das referências individuais aos seus filhos, seja nos cartazes, nas fotografias dos filhos que utilizavam nas marchas semanais, nos lenços brancos que usavam em volta da cabeça, pela frase *Aparición con Vida* (Bouvard, 1994).

A socialização da maternidade não é aceite por todas as *Madres* (Bouvard, 1994; Bosco, 2004; 2006). As *Madres* que acabariam por fundar a *Asociación Madres de Plaza de Mayo – Línea Fundadora* rejeitaram o desvio dos objetivos iniciais do movimento e pretendiam manter uma busca individual e personalizada de cada filho desaparecido (Bosco, 2004). As *Madres* da *Línea Fundadora* apoiam todos os esforços realizados para encontrar os vestígios dos seus filhos, pela verdade sobre o que sucedeu a cada um e pela obtenção de justiça sobre os desaparecimentos forçados (Bosco, 2004).

Segundo Bouvard (1994), à medida que as *Madres* tomavam conhecimento sobre o destino dos seus filhos, foram percebendo que eram as suas preocupações sociais que estavam na origem do seu desaparecimento. Neste sentido, a transformação do discurso das *Madres de Plaza de Mayo* passou pela adoção das mesmas preocupações sociais dos seus filhos (Bouvard, 1994). Passam a centrar o seu discurso e a sua ação de contestação nos problemas socioeconómicos do país e na defesa das camadas mais baixas da população (Bouvard, 1994). Ao darem à luz filhos que trabalharam e defenderam valores, para além dos seus interesses e objetivos pessoais, as *Madres de Plaza de Mayo* deixaram de ser mães convencionais, porque o seu ativismo advém do seu papel de mães, dos valores com que educaram os seus filhos e do ativismo dos mesmos, que os conduziu ao desaparecimento (Bouvard, 1994). Consideram-se, assim, “*paridas pelos seus filhos*” (Bouvard, 1994, 178). Segundo Burchianti (2004), neste processo de transformação as *Madres de Plaza de Mayo* adquirem uma consciência política. Nasce de novo, através do contato com as ideias e com a maneira de ver o mundo dos seus filhos, adotando-as (Burchianti, 2004).

A tomada de consciência, no caso particular, dos membros da *Asociación Madres de Plaza de Mayo* sobre as ideias e os valores dos seus filhos conduziu à conclusão de que o combate contra as desigualdades e a resolução dos problemas sociais só poderia ser eficaz partindo de uma solução coletiva (Bouvard, 1994):

“Colocam-se do lado de todos os “filhos” da nação, de todas as vítimas, contra os detentores do poder, de forma a alcançar a criação de uma comunidade justa” (Bouvard, 1994, 181).

A partir deste momento, assumem-se como “*permanentemente grávidas*”, porque dão vida aos seus filhos desaparecidos, na pessoa de outros jovens que pretendem transformar a sociedade (Bouvard, 1994). Estão a gerar múltiplos nascimentos, de novos “filhos” que vão continuar a revolução iniciada pelos filhos desaparecidos (Bouvard, 1994).

A transformação discursiva e ideológica da *Asociación Madres de Plaza de Mayo* conduziu ao estabelecimento de uma organização política permanente que visa combater o enquadramento político-institucional responsável pelo perpetuar das injustiças socioeconómicas na América Latina (Malomoud, 2010).

Na atualidade, as linhas orientadoras da *Asociación Madres de Plaza de Mayo* ([www.madres.org](http://www.madres.org), 2013) passam por:

- reivindicar a luta revolucionária dos trinta mil *desaparecidos*, porque os *desaparecidos* não estão mortos. Vivem na luta e no compromisso revolucionário de outros jovens;
- reclamar a condenação de todos os genocidas;
- rejeitar qualquer tipo de compensação financeira pelos seus filhos desaparecidos, assim como, todas as homenagens póstumas, porque isso significaria enterrar os mortos;
- não aceitar cargos políticos;
- defender a luta de todos os povos latino-americanos contra o imperialismo ocidental;
- defender o socialismo e a luta contra o capitalismo.

Segundo Malomoud (2010), a opção pelo socialismo e a rejeição do sistema capitalista, advém de uma articulação, estabelecida pelas *Madres*, entre o capitalismo e os abusos da ditadura militar (Malomoud, 2010). Para as *Madres*, o sistema capitalista e o imperialismo ocidental são os responsáveis pelo seu sofrimento (Malomoud, 2010).

Neste sentido, apoiam os movimentos internacionais contra a opressão ocidental, e vêem a unidade global como a única forma para alcançar uma independência latino-americana relativamente ao imperialismo ocidental (Malomoud, 2010).

As *Madres da Línea Fundadora* mantêm-se, e ao contrário do que acontece com a *Asociación Madres de Plaza de Mayo*, como um movimento que procura descobrir a verdade sobre os seus filhos, recordá-los, homenageá-los e comunicar às novas gerações os atos das forças armadas, para que não voltem a acontecer (Bosco, 2004). A preocupação atual do movimento de *Madres - Línea Fundadora* passa pela defesa dos direitos humanos, tanto na Argentina, como no resto do mundo, através de uma participação ativa nas organizações de direitos humanos do sistema das Nações Unidas (Vásquez, 2012). O movimento *Madres da Línea Fundadora* assumiu um papel de destaque na campanha de implementação de uma convenção internacional sobre os desaparecimentos forçados (Sikkink, 2008; Vásquez, 2012; O.H.C.H.R., 2012).

### 2.3 - Ocupação dos espaços públicos como espaços de ação política

Ao longo da história argentina, a *Plaza de Mayo* assumiu desde sempre um papel importante nos eventos políticos mais marcantes (Sosa, 2010). Segundo Ponzio (2009)

“a *Plaza de Mayo* sempre foi um cenário de poder (...), por ser um lugar no qual o povo iria reclamar suas aflições e necessidades, e porque as datas comemorativas do calendário pátrio sempre foram festejadas em seu espaço, com os sucessivos governos se apresentando e exibindo seu poder nestas festividades” (Ponzio, 2009, 1)

Desde cedo que a *Plaza de Mayo* reflete a situação política argentina, através da contestação ao governo, levantamentos militares, entre outros (Ponzio, 2009). Já no século XX, a *Plaza de Mayo* assume-se como berço do *Peronismo*, quando em outubro de 1945 se reúnem na *Plaza de Mayo* centenas de milhares de pessoas oriundas, maioritariamente, das classes mais baixas e do interior, para exigir a libertação e o retorno ao poder do Presidente Juan Perón (Ponzio, 2009; Sosa, 2010). Segundo Sosa,

“a partir do peronismo, a praça passou a ter um significado político que nunca voltou a perder, as pessoas passaram a ir lá para contestar os presidentes (...). Mas ficou tão cristalizado na memória coletiva, o uso desse espaço, enquanto espaço de reivindicação política, que perdurou até hoje” (Sosa, 2010, 8).

Neste sentido, as *Madres*, ao escolherem a *Plaza de Mayo* para se reunirem, utilizam o seu significado simbólico, reenquadrando-a enquanto local de protesto pelos *desaparecidos* (Sosa, 2010; Bosco, 2001).

A guerra à subversão constitui parte do discurso do *Proceso de Reorganización Nacional*, da Junta Militar (Navarro, 1989; Bouvard, 1994). No entanto, o rapto sistemático de pessoas, a sua detenção, sem registo, nem julgamento e a tortura a que eram sujeitos em campos de concentração são desconhecidas da opinião pública argentina (Bouvard, 1994; C.O.N.A.D.E.P., 1984). Neste sentido, as marchas semanais das *Madres*, num dos locais públicos mais movimentados da capital argentina permitiu-lhes tornar visível a sua causa (Bosco, 2001). Ao ocuparem a *Plaza de Mayo*, as *Madres* comunicaram à opinião pública argentina, que os seus filhos tinham sido raptados e detidos clandestinamente pelos militares no poder e que esta era uma prática reiterada desde o início do regime (Bouvard, 1994; Bosco, 2004). Segundo Sosa (2010), a escolha da *Plaza de Mayo* deve-se ao seu papel de lugar de confronto político presente na memória coletiva argentina, e por ser um espaço público, onde estaria garantido o livre acesso a todos.

Foss e Domenici (2001) referem que a marcha das *madres*, violando as leis que proibiam as manifestações públicas, tornou-se num claro desafio à autoridade do governo. E Navarro (1989) afirma que, desde o golpe militar de 1976, o caminhar em torno da *Plaza de Mayo* tornou-se num ato político, de desafio ao poder instalado, que nenhum outro movimento de direitos humanos ou organização política teve a coragem de realizar.

A *Plaza de Mayo* torna-se o centro de toda a atividade pública do movimento (Bouvard, 1994; Foss e Domenici, 2001). Através das suas marchas na *Plaza de Mayo* chamam a atenção da opinião pública internacional, aquando da realização do Campeonato Mundial de Futebol de 1978 na Argentina (Bouvard, 1994). Como é referido por Bouvard (1994), enquanto as televisões argentinas transmitiam a cerimónia de abertura do torneio desportivo, as cadeias de televisão europeias realizavam uma reportagem com as *Madres de Plaza de Mayo*.

Ao mesmo tempo, convidavam visitantes estrangeiros para participar com elas nas marchas semanais, uma vez que poderiam ajudá-las a divulgar a sua causa no exterior e fazer pressão sobre a Junta Militar (Bouvard, 1994). Segundo Bosco (2001) a

ocupação do espaço da *Plaza de Mayo* permitiu-lhes atrair a atenção internacional por todo o mundo.

A *Plaza de Mayo* assume a função de fortalecer os laços entre os membros do movimento, por toda a Argentina (Bosco, 2001). Torna-se um lugar sacralizado pelo movimento, sendo atribuída, estrategicamente, a este local uma identidade alternativa, que visa mobilizar quem se encontra de fora (Bosco, 2001).

Neste sentido, uma das estratégias desenvolvidas por diferentes grupos de *Madres*, por toda a Argentina, foi a ocupação das praças centrais das cidades onde viviam (Bouvard, 1994; Bosco, 2001). Todas as semanas, no mesmo dia, à mesma hora, os grupos de *Madres* existentes por todo o país, reuniam-se na praça principal da sua cidade e reproduziam as demonstrações simbólicas que o grupo de *Madres* de Buenos Aires realizava ao mesmo tempo (Bouvard, 1994; Bosco, 2001). A utilização das praças, tanto nas cidades da Argentina, como no exterior, permitiu também o fortalecimento dos laços, ainda que a rede das *Madres* se encontrasse espalhada pelo território, sem comunicação rápida e regular (Bosco, 2001). Para as *Madres*, estar na *Plaza de Mayo*, sabendo que outras mulheres nas mesmas circunstâncias estavam a fazer o mesmo noutras praças da Argentina, ajudava a estreitar os laços emocionais entre elas e a consolidar o sentimento de identificação com o movimento (Bosco, 2001).

Bosco (2001) refere que as praças, assim como, outros locais públicos são os locais onde estas mulheres conseguem expressar, de forma individual e em grupo, as suas emoções para com os seus filhos, para com as outras *Madres* ou para com a Junta Militar.

Com a recriação da *Plaza de Mayo* noutras praças de cidades argentinas, as *Madres* foram construindo um sentimento de pertença ao local, e de proximidade não geográfica, de cariz simbólico (Bosco, 2001). Desta forma, enquadraram o significado de cada praça, como se fosse a *Plaza de Mayo*, onde se encontravam todas ao mesmo tempo, no mesmo local (Bosco, 2001).

Mesmo após a difusão internacional do movimento, sendo convidadas para se deslocarem a outros países, para darem o seu testemunho, pela defesa dos direitos humanos, as *Madres* que estavam no estrangeiro procuravam um praça na cidade onde se encontravam, acertavam os relógios para o fuso horário argentino e às 15 horas e 30 minutos iniciavam a sua marcha em redor do local escolhido (Bosco, 2001). Desta

forma, tornavam-se presentes na *Plaza de Mayo*, com as suas companheiras (Bosco, 2001; Bouvard, 1994).

O processo de evolução ideológica das *Madres de Plaza de Mayo* interfere, também, no enquadramento que as *Madres* constroem em torno do significado simbólico da *Plaza de Mayo* (Bosco, 2001). A *Plaza de Mayo* passa a ser enquadrada pelas *Madres*, como o local onde estão os *desaparecidos*, onde estes contestam a própria política da Junta Militar e, também onde contestam as políticas imperialistas e o capitalismo ocidental (Bouvard, 1994; Bosco, 2001). As *Madres* não sabem onde estão os seus filhos, se estão vivos ou mortos, mas acima de tudo, não possuem nem um corpo, nem uma sepultura, isto é, não possuem um lugar para “territorializar” a sua morte (Sosa, 2010, 7). Neste sentido, as *Madres* tornam a *Plaza de Mayo* no local onde podem expressar o seu luto, onde podem dar vida aos filhos desaparecidos, através da sua presença e dos rituais simbólicos que desenvolvem na praça (Bouvard, 1994; Bosco, 2001; Sosa, 2010).

As *Madres de Plaza de Mayo* apropriam-se do local e enquadram-no de forma a acolher nesse mesmo local, os seus “filhos”, bem como todos aqueles que pretendem fazer ouvir a sua voz (Bouvard, 1994).

Segundo Bosco (2001),

“a identificação com determinados locais e a sua utilização simbólica pode contribuir para a construção de laços estratégicos no seio de uma rede. Os ativistas podem utilizar imagens simbólicas dos lugares para emparelhar os interesses e as identidades coletivas de outros grupos, e assim mobilizar quem se encontra fora do movimento” (Bosco, 2001, 322).

No mesmo sentido, quando necessitam de mobilizar o apoio de outros grupos, reenquadram a *Plaza de Mayo* como local dos principais eventos de contestação popular ao poder político e devolvem a sua *Plaza de Mayo* ao povo argentino (Bosco, 2001).

Hoje em dia, a presença na *Plaza de Mayo* perdeu a sua motivação inicial de procurar os *desaparecidos*, mas prende-se com questões de solidariedade coletiva, de sobrevivência do movimento e memória sobre os crimes cometidos (Bosco, 2006). O movimento *Madres de Plaza de Mayo – Línea Fundadora* procura manter visíveis os *desaparecidos* na paisagem política argentina, também através de exposições de fotografias dos *desaparecidos*, acompanhadas dos testemunho escrito das suas mães, localizadas nas praças e noutros locais públicos, ou através da recuperação e transformação de centros clandestinos de detenção, como a Escola Mecânica da Armada

(E.S.M.A.), em museus e espaços de memória onde é apresentada a narrativa histórica sobre os crimes das forças armadas (Bosco, 2004).

#### 2.4 – O papel dos símbolos de contestação coletiva

As forças transnacionais de pressão desenvolvem rituais simbólicos que visam tornar visível o seu protesto e ao mesmo tempo promover a identificação dos seus membros com o movimento (Della Porta e Diani, 2006). Estes rituais são formas de comunicar a sua perspetiva sobre o problema associado à sua causa, comunicar a visão própria do movimento e a sua própria experiência de vida, em oposição à visão de determinado ator ou atores alvo da contestação coletiva, dramatizando a questão (Della Porta e Diani, 2006). Segundo os mesmos autores, os rituais simbólicos contribuem para reforçar a identidade e o sentimento coletivo de pertença entre os membros do movimento (Della Porta e Diani, 2006).

Neste sentido, o movimento das *Madres de Plaza de Mayo* desenvolveu um conjunto de rituais simbólicos, particularmente na *Plaza de Mayo*, mas também em outras praças por toda a Argentina (Bouvard, 1994; Bosco, 2001; Foss e Domenici, 2001). Os rituais simbólicos das *Madres* passavam, principalmente, por circular em torno da *Plaza de Mayo*, cada uma com um lenço branco na cabeça e levando consigo fotografias dos seus filhos desaparecidos (Navarro, 1989; Bouvard, 1994; Foss e Domenici, 2001).

No período inicial do movimento, a estratégia mobilizadora realizada pelas primeiras *Madres de Plaza de Mayo*, permitiu que mais mães de *desaparecidos* se juntassem ao grupo (Bouvard, 1994). O crescimento do movimento tornou as reuniões na *Plaza de Mayo* cada vez mais visíveis e incómodas ao poder político-militar (Navarro, 1989; Bouvard, 1994). Perante esta aglomeração de mulheres na *Plaza de Mayo*, as forças policiais receberam ordens para as obrigar a dispersar (Bouvard, 1994). Foi-lhes exigido que circulassem (Navarro, 1989; Bouvard, 1994). Em resposta à ordem das autoridades, as *Madres de Plaza de Mayo* iniciam uma marcha circular em torno da pirâmide central da *Plaza de Mayo*, no sentido anti-horário, num desafio à autoridade estabelecida da Junta Militar, violando as leis de restrição de manifestações públicas (Bouvard, 1994; Foss e Domenici, 2001).

Através das suas marchas, as *Madres de Plaza de Mayo* enquadram a *Plaza de Mayo* como um local onde se sente a presença dos que não podem lá estar fisicamente: os *desaparecidos* (Foss e Domenici, 2001). Ao mesmo tempo, as marchas circulares não são sem sentido, ao marcharem em círculos, as *Madres* consideram que caminham em direção a um objetivo, a sua procura por respostas não acabará enquanto não recuperarem os seus filhos vivos (Bouvard, 1994; Foss e Domenici, 2001).

A marcha em círculos também é enquadrada como uma resposta às acusações da Junta Militar (Foss e Domenici, 2001). São denominadas de “*las locas*” pela Junta Militar, e neste sentido, as *Madres* consideram o andar em círculos como uma expressão de loucura (Foss e Domenici, 2001). As *Madres* referiam que se sentiam “a caminhar como *zombies* (Foss e Domenici, 2001, 248)”, paralisadas pela angústia e atormentadas pelas memórias dos filhos e pela perspectiva do que lhes estaria a suceder (Foss e Domenici, 2001). O desaparecimento criou nestas mulheres um círculo interminável de medo, dúvida, luto e esperança (Foss e Domenici, 2001).

Outro dos elementos simbólicos do movimento das *Madres de Plaza de Mayo* foi o lenço ou fralda brancos, que cada uma das mulheres usava na cabeça (Bouvard, 1994; Foss e Domenici, 2001). O lenço branco ficou conhecido como o elemento mais identificativo do movimento das *Madres de Plaza de Mayo* (Bouvard, 1994; Navarro, 1989; Foss e Domenici, 2001). No entanto, a sua adoção por parte do movimento ocorreu de forma improvisada, como resposta a uma dificuldade de organização da mobilização das *Madres*, aquando de uma peregrinação mariana a Luján (Bouvard, 1994). Com o aproximar da procissão da comunidade católica de Buenos Aires a Luján, em setembro de 1977, as *Madres* consideraram que esta poderia ser uma oportunidade para divulgar e disseminar o alcance da sua causa (Bouvard, 1994). Como forma de se identificarem mutuamente, pensaram utilizar um lenço branco na cabeça (Bouvard, 1994). Nem todas tinham lenço branco, por isso, decidiram substituir o lenço por uma fralda de pano branca dos seus filhos (Bouvard, 1994; Foss e Domenici, 2001). A utilização da fralda como se fosse um lenço para a cabeça, permitia que se reconhecessem entre si, e permitia também que a restante multidão reparasse na sua presença (Bouvard, 1994; Foss e Domenici, 2001). Perante a curiosidade das pessoas que se aproximavam delas, aproveitavam para contar as suas histórias, dando testemunho de uma realidade ainda desconhecida (Bouvard, 1994; Foss e Domenici, 2001).



O lenço branco associado às marchas na *Plaza de Mayo* trouxe à tona de água, o que a Junta Militar pretendia esconder, isto é, que os militares raptavam e torturavam pessoas, que na sua maioria não desenvolviam qualquer atividade subversiva (C.O.N.A.D.E.P., 1984; Foss e Domenici, 2001).

Segundo Foss e Domenici (2001), a fralda representa a relação emocional e física, entre as mães e os seus filhos. Num outro nível, consideram que a fralda representa a materialização de uma geração de jovens argentinos, a quem não foi permitido viver, os *desaparecidos*, dos quais já não existe qualquer forma material, nem pessoas, nem corpos, nem sepulturas (Foss e Domenici, 2001).

Foss e Domenici (2001) também estabelecem uma analogia, entre a utilização das fraldas como roupa interior para bebés, com o discurso da Junta Militar sobre os *desaparecidos*. A fralda passa a ser usada como traje para proteção da cabeça, ou seja, é virada ao contrário pelo movimento das *Madres*, assim como o discurso antissubversão da Junta Militar (Foss e Domenici, 2001). Os *desaparecidos* são enquadrados como crianças, o futuro do país, que foram feitos “desaparecer” porque o regime militar pretendia exercer controlo rígido sobre os cidadãos (Foss e Domenici, 2001).

Enquanto marcham à volta da *Plaza de Mayo*, as *Madres* introduzem fotos dos seus filhos desaparecidos no ritual simbólico da marcha semanal (Bouvard, 1994; Bombal, 1992; Foss e Domenici, 2001). Segundo Foss e Domenici (2001), as fotografias tornam reais as pessoas que foram raptadas, e ao mesmo tempo, confirmam a existência dos desaparecimentos forçados. A utilização das fotografias dos *desaparecidos* permitiu que estes estivessem presentes na *Plaza de Mayo*, ao ponto de confrontarem as autoridades, e ao mesmo tempo, contribuiu para a criação de laços emocionais entre os *desaparecidos* e quem assistia de fora às marchas, como se estes tivessem voltado à vida (Foss e Domenici, 2001).

A manifestação da presença dos *desaparecidos* na *Plaza de Mayo*, através dos rituais simbólicos desenvolvidos pelas *Madres de Plaza de Mayo*, segundo Foss e Domenici (2001, 251), “assombram” as ruas de Buenos Aires, tornam real a experiência pela qual passaram os filhos das *Madres*, como se fossem os próprios *desaparecidos* a manifestar-se contra o seu destino. Esta presença dos *desaparecidos* na *Plaza de Mayo* permite, às *Madres*, “confrontarem continuamente os argumentos da Junta Militar sobre as desapareições forçadas” (Foss e Domenici, 2001, 251).

Após a ditadura militar, o movimento de *Madres - Línea Fundadora* manteve as fotos nas suas marchas, já não como sinal de contestação, mas como forma de manter a memória dos *desaparecidos* viva (Bosco, 2004).

## 2.5 – Os “desaparecidos” na Argentina

No período entre 1976 e 1983, desapareceram milhares de argentinos por razões políticas ou ideológicas (Bouvard, 1994; Navarro, 1989; C.O.N.A.D.E.P., 1984). Segundo a Declaração sobre a Proteção de Pessoas relativamente aos Desaparecimentos Forçados, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1993, um desaparecido é uma pessoa que é...

“presa, detida ou raptada contra a sua vontade ou privada da sua liberdade, pela ação de funcionários ou membros da estrutura organizacional de um estado, ou por grupos organizados que atuam com consentimento ou apoio de um governo, recusando revelar o seu destino ou localização, ou recusando o reconhecimento da privação da liberdade, colocando a vítima fora do alcance da proteção conferida pela lei” (Resolução 47/133).

Neste sentido, as organizações de direitos humanos na Argentina estimam que as forças armadas procederam ao desaparecimento forçado de 30.000 pessoas, sob a acusação de estarem relacionadas com a subversão que assolava o país naqueles anos (Bouvard, 1994). Os 30.000 *desaparecidos* é um número simbólico que representa todos aqueles casos de desaparecimento forçado não denunciados diante dos membros da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (C.O.N.A.D.E.P.) (Bouvard, 1994).

A *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* foi criada, em 1983, através da iniciativa do novo Presidente Raúl Alfonsín (Navarro, 1989; Bouvard, 1994). A Comissão possuía poderes consultivos e tinha como função reunir testemunhos e provas dos desaparecimentos forçados realizados pelas forças armadas argentinas (Bouvard, 1994).

A Comissão apresentou o seu relatório final em 1984, denominado *Nunca Más*, onde refere ter recebido cerca nove mil denúncias de casos de pessoas raptadas e *desaparecidas*, tendo ainda comprovado a existência de muitos casos de desaparecimentos não denunciados (C.O.N.A.D.E.P., 1984).

Esta comissão recupera a ideia dos dois males, “*un terror que provenía tanto desde la extrema derecha como de la extrema izquierda*” (C.O.N.A.D.E.P., 1984, sem

paginação). Segundo a Comissão, os delitos dos terroristas, tiveram como resposta das forças armadas um terrorismo infinitamente pior que o combatido, porque tinham do seu lado um estado absoluto, que sequestrou, torturou e assassinou milhares de seres humanos (C.O.N.A.D.E.P., 1984).

Os desaparecimentos forçados são iniciados antes do golpe de estado realizado pelas forças armadas argentinas (C.O.N.A.D.E.P., 1984). Segundo dados da Comissão, a maior ocorrência de desaparecimentos forçados foi durante o período entre 1975 e 1978, através da ação, primeiro das milícias clandestinas de extrema-direita e depois pela ação das forças armadas (C.O.N.A.D.E.P., 1984).

O relatório *Nunca Más* permite, também, conhecer a metodologia repressiva levado a cabo pelos militares, durante o *Proceso* (C.O.N.A.D.E.P., 1984; Bouvard, 1994). Os *desaparecidos* eram raptados, preferencialmente, em dias próximos do fim-de-semana, ao fim da noite, por forma a criar um intervalo de tempo, que impediria os familiares de atuarem imediatamente (C.O.N.A.D.E.P., 1984). Os raptos eram realizados por *patotas*, pequenos grupos de cinco ou seis elementos (C.O.N.A.D.E.P., 1984). Em determinados casos, as ações poderiam ser realizadas por vários *patotas*, que utilizavam um arsenal militar desproporcional ao perigo colocado pelas vítimas e deslocavam-se em veículos sem identificação, usualmente *Ford Falcons* (C.O.N.A.D.E.P., 1984). Também poderiam entrar em casa da vítima e esperar que esta retornasse, sendo que se a vítima se fizesse acompanhar de mais pessoas, estas também seriam raptadas (C.O.N.A.D.E.P., 1984). Todas estas ações só eram colocadas em prática no momento em que recebessem autorização do comando da polícia local (C.O.N.A.D.E.P., 1984).

A partir do momento em que eram raptados, os *desaparecidos* eram conduzidos para um dos cerca de 340 centros de detenção clandestinos existentes na Argentina, nos quais seriam sujeitos a práticas violentas de interrogatório e a tortura física e psicológica (C.O.N.A.D.E.P., 1984).

A tortura física aplicada nestes centros de detenção durava o tempo de estadia do detido no centro e mantinha-se mesmo após o fim dos interrogatórios a que eram sujeitos (C.O.N.A.D.E.P., 1984). Os detidos eram, inicialmente, encapuçados e agredidos e depois vendados com vendas de pano sujas e excessivamente apertadas, que visavam provocar lesões oculares (C.O.N.A.D.E.P., 1984). Eram sujeitos a choques elétricos, em diversos locais do corpo, tais como as gengivas, mamilos, genitais,

abdómen e submetidos a outros tipos de tortura e violência física menos comuns (C.O.N.A.D.E.P., 1984).

O destino dos detidos nos centros clandestinos foi de alguma forma comum, dado que a maioria encontrou a morte, sem chegarem a ser libertados (C.O.N.A.D.E.P., 1984). Entre os métodos utilizados pelos militares, eram usuais o fuzilamento em massa ou os “voos da morte”, este último consistia em adormecer o detido e posteriormente lançá-lo ao mar, a partir de um avião (C.O.N.A.D.E.P., 1984; Bouvard, 1994). Nos centros clandestinos de detenção, os detidos, depois de mortos, eram lançados em poços, existentes nas instalações, onde seriam incinerados, para que não restassem vestígios dos seus corpos (C.O.N.A.D.E.P., 1984).

Entre as vítimas dos desaparecimentos forçados, encontravam-se guerrilheiros ligados aos *Montoneros* e ao *Exército Revolucionário Popular* (ERP), mas também, os seus familiares, amigos, colegas de estudo e de trabalho, bem como militantes de partidos políticos, religiosos e laicos envolvidos na resolução dos problemas dos mais pobres (C.O.N.A.D.E.P., 1984). Muitos dos jovens desaparecidos davam catequese às crianças dos bairros mais pobres (Bouvard, 1994). Incluem-se ainda na lista ativistas estudantis, sindicalistas, dirigentes associativos, representantes locais, e pessoas sem qualquer atividade política ou de cariz social (C.O.N.A.D.E.P., 1984). Por último, também, um considerável número de estrangeiros se tornou *desaparecido*, desde italianos, franceses, suecos, espanhóis (C.O.N.A.D.E.P., 1984; Bouvard, 1994).

Segundo a Comissão, 28% dos *desaparecidos* eram mulheres (C.O.N.A.D.E.P., 1984). De entre estas, encontrava-se um elevado número de mulheres grávidas que tiveram os seus filhos durante a detenção (C.O.N.A.D.E.P., 1984). Os bebés eram retirados às suas mães e adotados pelas famílias dos militares que não conseguiam ter filhos (C.O.N.A.D.E.P., 1984; Bouvard, 1994). A busca por estas crianças levou a que diversas *Madres de Plaza de Mayo* optassem por deixar o movimento das *Madres* e formassem a associação *Abuelas de Plaza de Mayo*, que visa recuperar os filhos dos *desaparecidos* nascidos em cativeiro (Bouvard, 1994).

## Capítulo 3 – As Formas de Ação do Movimento *Madres de Plaza de Mayo*

### *Introdução*

Neste capítulo procura-se relacionar as diversas formas de ação do movimento *Madres de Plaza de Mayo* com as estratégias políticas das redes transnacionais de pressão, apresentadas por Margaret Keck e Kathryn Sikkink (1998). São também discutidos outros dois pontos importantes na descrição e compreensão do modo de ação e eficácia deste movimento, a saber, o papel que esta ação teve na transferência de carga emocional, relativamente aos *desaparecidos*, da Argentina para o contexto mais abrangente da América Latina e os efeitos de causalidade entre o desenvolvimento da causa dos *desaparecidos* e o percurso da Junta Militar argentina (sobre este assunto ver Navarro, 1989; Bouvard, 1994).

### 3.1 - *Política de informação*

A capacidade de mobilizar a informação é fundamental para que uma rede possa contribuir efetivamente para a transformação das práticas e do discurso em torno de determinada causa (Keck e Sikkink, 1998). Neste sentido, pretende-se contribuir para perceber de que forma o movimento das *Madres de Plaza de Mayo* fez uso da informação para colocar o assunto dos *desaparecidos* na agenda política argentina, assim como para reunir apoios no exterior, que poderão ter permitido pressionar o estado argentino e colocar em causa a legitimidade internacional da Junta Militar (Navarro, 1989; Bouvard, 1994; Keck e Sikkink, 1998).

Keck e Sikkink (1998) consideram que um dos recursos mais importantes das redes transnacionais de pressão são as trocas informais de informação entre os membros da rede, sendo que esta informação não circula pelos meios convencionais de difusão, podendo ser recolhida localmente ou difundida pelas próprias vítimas integrantes da rede.

As *Madres de Plaza de Mayo* reuniram a informação, primeiro através das relações que desenvolveram entre elas, uma vez que cada uma viveu uma experiência diferente, com processos de busca diferentes, junto do governo, da polícia, dos militares ou dos clérigos (Bouvard, 1994; Navarro, 1989; Bosco, 2001). Esta partilha de

experiências permitiu-lhes perceber que existiam mais mulheres na mesma situação, que os obstáculos encontrados eram semelhantes, e que só desenvolvendo uma base comum de atuação poderiam alargar a sua busca e encontrar informação sobre os seus filhos (Bouvard, 1994; Navarro, 1989; Bosco, 2001). Esta percepção permitiu que o movimento alargasse a sua base de apoio e se estendesse no espaço territorial argentino (Bouvard, 1994; Navarro, 1989; Bosco, 2001). A presença das *Madres de Plaza de Mayo* por toda a Argentina permitiu-lhes criar uma rede de comunicação territorialmente extensa e tomar conhecimento da existência de pessoas que, após serem raptadas e torturadas, foram libertadas pelos militares, os *ex-desaparecidos* (Bouvard, 1994; Bosco, 2001). Partindo do contato com os *ex-desaparecidos*, foram recolhendo informação sobre os seus filhos, onde se encontravam, quem os raptou e torturou, quais os métodos utilizados pelos militares e que tipos de torturas executavam (Bouvard, 1994). Recolhiam os nomes das pessoas libertadas, e entravam em contato com elas, por forma a obter o máximo de informação possível (Bouvard, 1994).

No caso dos *desaparecidos*, a informação advém, acima de tudo, dos testemunhos de quem viveu os acontecimentos, sejam *ex-desaparecidos* ou familiares dos *desaparecidos*, dado que as forças armadas terão eliminado quase todos os registos de pessoas detidas clandestinamente (Bouvard, 1994).

Tal como os militares reuniam informação detalhada sobre os *desaparecidos*, também as *Madres de Plaza de Mayo* reuniam os dados sobre os centros de detenção, sobre os métodos utilizados e sobre os nomes dos militares envolvidos (Bouvard, 1994).

É partir desta informação, recolhida por meios próprios, que as *Madres de Plaza de Mayo* sustentam o seu enquadramento discursivo e desenvolvem as suas estratégias de consciencialização (Keck e Sikkink, 1998; Bouvard, 1994).

O contexto político interno na Argentina impede o acesso das *Madres de Plaza de Mayo* aos canais de contato com os decisores políticos internos, neste caso, a Junta Militar (Bosco, 2001; Keck e Sikkink, 1998). Neste sentido, as *Madres* mobilizaram os seus contatos com os exilados argentinos na Europa e nos Estados Unidos (Bosco, 2001). Estes argentinos saíram do país por divergências políticas e ideológicas com a Junta Militar, e na sua maioria, possuíam relações de amizade ou eram familiares das *Madres de Plaza de Mayo* (Bosco, 2001; Bouvard, 1994). Os exilados vão tornar-se elos de ligação entre as *Madres* e os grupos e movimentos de defesa de direitos

humanos na Europa e, em menor escala, nos Estados Unidos (Bosco, 2001; Bouvard, 1994).

Ao mesmo tempo, iniciam viagens por diversos países da Europa e Estados Unidos, com o objetivo de comunicar aos decisores políticos e à opinião pública destes países que na Argentina desapareciam pessoas através da ação clandestina das forças armadas (Bouvard, 1994).

Durante estas viagens, as *Madres* visitavam organizações internacionais (Nações Unidas), intergovernamentais (Organização de Estados Americanos), contactavam com jornalistas dispostos a publicar e difundir os seus testemunhos, com membros de governos, de parlamentos e com ativistas de organizações de defesa de direitos humanos (Bouvard, 1994).

A mobilização do apoio no exterior vai permitir a formação de uma rede de contatos transnacional (Bosco, 2001). Uma rede que apesar da distância geográfica entre os seus membros, abriu uma via estratégica para a circulação recíproca de recursos fundamentais para o movimento das *Madres de Plaza de Mayo*, como as trocas de informação, apoios financeiros, acesso a meios para comunicar a sua causa de forma transnacional, ou mesmo para uma maior segurança relativamente à sua vida, que advém do mediatismo transnacional adquirido (Bosco, 2001; Bouvard, 1994). A transnacionalização dos contatos do movimento das *Madres de Plaza de Mayo* permitiu-lhes obter recurso que se tivessem ficado limitadas ao contexto nacional, não teria sido possível obter (Bosco, 2001).

### 3.2 – Política simbólica

As redes transnacionais de pressão partem da informação obtida e trabalhada no seio da rede para desenvolver as restantes estratégias políticas ao mesmo tempo que estas estratégias servem para difundir o enquadramento discursivo criado pela rede (Keck e Sikkink, 1998). Neste sentido, a política simbólica corresponde ao enquadramento de determinados eventos, atribuindo-lhes uma carga simbólica e emocional, de forma a gerar adesão do público-alvo (Keck e Sikkink, 1998). As redes realizam uma reinterpretação simbólica que é fundamental na forma como difundem a informação, atribuindo-lhe um cariz emocional (Keck e Sikkink, 1998).

Neste caso, a aplicação e desenvolvimento de estratégias de política simbólica por parte da rede das *Madres de Plaza de Mayo* é realizada a partir da informação obtida e não pode ser colocada em prática sem estar incluída no enquadramento discursivo que pretende promover (Keck e Sikkink, 1998; Bouvard, 1994; Bosco, 2001).

As *Madres de Plaza de Mayo* enquadram simbolicamente a questão dos *desaparecidos* de forma a transformar a perceção sobre as práticas repressivas da Junta Militar (Bosco, 2001; Keck e Sikkink, 1998; Bouvard, 1994). O combate à subversão, isto é, a tentativa de colocar fim a uma instabilidade interna originada pela ação de grupos de guerrilheiros e paramilitares, é uma matéria de política interna e de segurança do estado argentino (Bouvard, 1994; Keck e Sikkink, 1998; Bosco, 2001).

Ao tornarem a causa transnacional por ação da sua rede geograficamente extensa, ao definirem a política da Junta Militar como desaparecimento forçado de pessoas, isto é, rapto, tortura e assassinato, as *Madres* conseguiram modificar os termos em que a guerra à subversão é apresentada (Bouvard, 1994; Bosco, 2001; Navarro, 1989; Keck e Sikkink, 1998). A guerra à subversão passa a ser uma violação sistemática e concertada dos direitos humanos praticada pelas forças armadas argentinas (Bouvard, 1994; Bosco, 2001). Neste sentido, os desaparecimentos forçados tornam-se objeto da atenção e monitorização das organizações de defesa dos direitos humanos, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (I.A.C.H.R.) da Organização de Estados Americanos e a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas (Bouvard, 1994; Bosco, 2001).

A principal estratégia da política simbólica desenvolvida pelas *Madres de Plaza de Mayo* foram as marchas semanais na Plaza de Mayo (Bouvard, 1994; Keck e Sikkink, 1998; Bosco, 2001; Foss e Domenici, 2001). O percurso em círculo à volta da pirâmide central da *Plaza de Mayo* ficou conhecido como a sua imagem mais marcante (Bosco, 2001). Através da presença na *Plaza de Mayo*, o movimento consegue obter a visibilidade junto dos órgãos de comunicação social estrangeiros presentes em Buenos Aires (Bosco, 2001). A visibilidade obtida é fundamental para a mobilização dos apoios no exterior, e consequentemente, para a construção de uma rede de contatos transnacional (Bosco, 2001). Segundo Bosco (2001), as marchas ajudaram a construir os laços emocionais entre os membros da rede e a fortalecer o sentimento de pertença à rede, apesar da extensão geográfica da rede transnacional. Segundo o mesmo autor, a



ritualização dos encontros semanais permitiu construir uma proximidade geográfica simbólica que sustenta as relações e o fluxo recíproco de recursos entre os membros da rede transnacional das *Madres* (Bosco, 2001).

A comunicação simbólica das *Madres de Plaza de Mayo* passava, também, pela partilha dos testemunhos (Bouvard, 1994; Keck e Sikkink, 1998). Era através dos testemunhos que apresentavam o seu enquadramento discursivo (Bouvard, 1994; Keck e Sikkink, 1998). Optavam por não preparar discursos, limitando-se a contar as suas histórias e as histórias dos seus filhos *desaparecidos* (Bouvard, 1994). Os testemunhos permitiram-lhes apresentar uma leitura própria dos acontecimentos, enquadrando e credibilizando a informação que até aí foram recolhendo, ao mesmo tempo, gerando laços emocionais ainda que breves com o seu público-alvo, e consequentemente, a mobilizando os seus integrantes para a defesa dos *desaparecidos* (Bouvard, 1994; Keck e Sikkink, 1998).

Ao contar as suas histórias, de como os seus filhos desapareceram, quem eram e o que faziam, as *Madres de Plaza de Mayo* consciencializaram a sociedade argentina para a existência de pessoas que estavam a ser raptadas de suas casas, por vezes, famílias inteiras, não por pertencerem a guerrilhas, mas por defenderem os mais pobres ou ainda pelo simples facto de se relacionarem com pessoas consideradas subversivas (Bouvard, 1994; C.O.N.A.D.E.P., 1984).

Como refere Burchianti (2004), cada testemunho da noite do desaparecimento dos seus filhos, coloca em causa as tentativas do aparelho político-militar de esconder a verdade e contribui para subverter a perceção das forças armadas, enquanto protetoras da pátria argentina. Ao mesmo tempo, demonstram também, que é a sua experiência pessoal que conduz à ação e que vai servir de justificação para a ocupação da *Plaza de Mayo* (Burchianti, 2004). Burchianti (2004) refere, também, a importância dada aos pormenores nas histórias contadas pelas *Madres*, ao referirem detalhes pouco relevantes, mas que dão autenticidade aos testemunhos, como por exemplo, se estava a chover, ou ainda, dos tipos de tortura que os seus filhos sofreram. Grande parte das *Madres* não presenciou o rapto dos seus filhos, no entanto, contam a sua história como se lá estivessem estado, com base nas informações recolhidas junto dos vizinhos dos filhos, de algumas pessoas que presenciaram o ataque dos *patotas* ou relatos dos próprios *desaparecidos* que chegaram às *Madres* através da sua rede (Bouvard, 1994; Burchianti, 2004). Os seus testemunhos permitem-lhes combater o sofrimento, renovar

o seu compromisso com a presença na *Plaza de Mayo* e atribuem credibilidade à sua causa (Bouvard, 1994; Burchianti, 2004).

Os testemunhos baseados nas suas histórias pessoais e na informação recolhida pela rede de comunicação do movimento contribuíram para enquadrar o discurso de forma clara, credível, atual e dramática (Bouvard, 1994; Keck e Sikkink, 1998; Burchianti, 2004).

Também o uso de *slogans*, tanto nos cartazes como no discurso das *Madres*, como por exemplo, *Aparición con Vida*, *Juicio e Castigo aos Culpables* ou *Fuimos Paridas por Nuestros Hijos*, têm como objetivo apresentar a sua leitura dos acontecimentos, contestar o discurso oficial da Junta Militar e renovar permanentemente os motivos para permanecer na *Plaza de Mayo* (Bouvard, 1994). Os slogans reinterpretam os eventos políticos na Argentina, à luz da relação entre as *Madres de Plaza de Mayo* e os seus filhos (Bouvard, 1994; Bosco, 2001; Foss e Domenici, 2001).

### 3.3 – Política de influência

A capacidade dos membros das redes transnacionais de pressão de, efetivamente, aplicarem individualmente pressão sobre estados, organizações internacionais, entre outros, é reduzida (Keck e Sikkink, 1998). Para que uma causa possa ser bem-sucedida, Keck e Sikkink (1998) consideram ser fundamental atrair para a rede atores com influência ou prestígio junto do alvo que procura influenciar. Para um movimento de base local, sem possibilidade de acesso ao processo de tomada de decisão ao nível global e com os canais de contato com o seu estado bloqueados, a adesão de atores com capacidade para influenciar e introduzir o tema na agenda política permite abrir canais de comunicação e de difusão de informação com outros atores do sistema internacional (Keck e Sikkink, 1998; Della Porta e Diani, 2006). Este processo potencia uma expansão da rede ao nível transnacional, assente na estrutura e rede pré-existente, no sentido de reunir ligações com atores cada vez mais influentes, com canais de acesso abertos para as instâncias de debate internacionais e para os decisores políticos (Keck e Sikkink, 1998; Della Porta e Diani, 2006).

Neste sentido, a política de influência das *Madres de Plaza de Mayo* passou pela mobilização dos contatos desenvolvidos no seio da rede transnacional (Bosco, 2001; Bouvard, 1994; Keck e Sikkink, 1998). Para a política de influência foram fundamentais

os contatos desenvolvidos, numa primeira fase do movimento, com a Amnistia Internacional, através das cartas que escreveram nos encontros iniciais (Bouvard, 1994). É através das relações estabelecidas com a Amnistia Internacional que as *Madres* entram em contato com Liesbeth den Uyl, mulher do anterior primeiro-ministro holandês, Joop den Uyl (Bouvard, 1994). Estes contatos conduziram à formação de um grupo de apoio na Holanda, o S.A.A.M. (*Steun aan Argentijnse Moeders – Grupo de Apoio às Mães Argentinas*) (Bouvard, 1994). O S.A.A.M. reunia, entre outros, profissionais liberais, escritores, empresários, políticos e donas de casa, com um vasto espectro ideológico, desde democratas-cristãos a sociais-democratas, assim como de outros partidos de esquerda (Bouvard, 1994). Este grupo de apoio desenvolveu campanhas para consciencializar a população holandesa para os *desaparecidos*, colocou anúncios nos jornais, organizou conferências sobre os *desaparecidos* e angariou fundos, entre outras atividades (Bouvard, 1994). Os fundos provenientes do grupo de apoio holandês foram fundamentais para as *Madres* adquirirem a sua primeira sede (Bouvard, 1994).

Também recolheram o apoio do governo sueco, após o desaparecimento de uma adolescente sueca, Dagmar Hagelin (Bouvard, 1994; C.O.N.A.D.E.P., 1984). Os contatos entre os dois países relativamente ao desaparecimento de Dagmar Hagelin conduziram ao corte das respetivas relações diplomáticas (Bouvard, 1994).

Ao mesmo tempo, reuniram-se com Patricia Derian nas três visitas efetuadas pela subsecretária de Estado norte-americana à Argentina (Bouvard, 1994). Estes encontros permitiram o desenvolvimento de laços emocionais com as *Madres*, tornando Patricia Derian numa aliada na construção da rede transnacional das *Madres* (Bouvard, 1994). A partir destes encontros, Patricia Derian assume uma postura contrária aos interesses da Junta Militar argentina, tentando bloquear os apoios financeiros dos Estados Unidos à Argentina (Bouvard, 1994). Após as suas visitas, os Estados Unidos retiram, temporariamente, o financiamento às forças armadas argentinas, e suspendem o financiamento para a construção de infraestruturas, enquanto a Junta Militar não aceitava a visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Bouvard, 1994).

No início de 1979, reúnem-se, igualmente, com Theo van Boven, membro da Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos (Bouvard, 1994). Neste encontro, foram criados laços emocionais entre ambos que irão estar na base da formação do Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados das Nações Unidas

(Bouvard, 1994; O.H.C.H.R., 2012). Este grupo foi criado em fevereiro de 1980, com a missão de estabelecer um canal de comunicação entre as famílias de pessoas desaparecidas e as autoridades estatais, por forma a recolher informação sobre o paradeiro das vítimas (O.H.C.H.R., 2012). Até 2013, o Grupo de Trabalho tinha reportado aos governos nacionais dos países mais de cinquenta mil casos individuais (O.H.C.H.R., 2012).

As *Madres* mobilizam também contatos no Parlamento italiano que lhes permitem reunir, por três vezes, com o Presidente italiano Sandro Pertini (Bouvard, 1994).

A atenção mediática exercida sobre a Junta Militar da Argentina e sobre as suas políticas de violação dos direitos humanos rendeu maior prestígio ao movimento das *Madres de Plaza de Mayo* (Bouvard, 1994; O.H.C.H.R., 2012). Em 1980, Adolfo Pérez Esquivel, ativista dos direitos humanos na Argentina, recebeu o Prémio Nobel da Paz, e as *Madres* são convidadas a acompanhá-lo à cerimónia de entrega do prémio (Bouvard, 1994). Posteriormente recebem o *People's Peace Prize*, atribuído pelo governo norueguês a quem não ganhou o Prémio Nobel da Paz (Bouvard, 1994).

Segundo Bouvard (1994), este prémio conduziu a um conjunto de convites às *Madres* para visitarem diversas organizações e movimentos de defesa de direitos humanos, entre outros, na Europa.

Na mesma altura, reúnem o apoio de um grupo de figuras públicas francesas, entre elas, Danielle Mitterrand (futura primeira-dama francesa), Catherine Deneuve e Yves Montand, que dão início a um conjunto de manifestações em frente da embaixada da Argentina e mobilizam a formação de um grupo de apoio designado de Solima (Bouvard, 1994).

Bouvard (1994) refere que, no final de 1981, as *Madres de Plaza de Mayo* continuaram a aumentar o seu reconhecimento internacional, mantendo contatos com a Organização de Estados Americanos e com as Nações Unidas, e apresentando regularmente os seus casos perante o Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados.

Ao longo da atividade das *Madres de Plaza de Mayo* foram sendo criados grupos de apoio em diversos países (Bouvard, 1994). Por exemplo, formaram-se grupos de apoio na Alemanha, na Suíça, Suécia, Noruega e Dinamarca (Bouvard, 1994).

Os contatos desenvolvidos entre os membros da rede transnacional das *Madres de Plaza de Mayo* tornaram possível a um grupo de mulheres de meia-idade transformar a política do governo ditatorial da Argentina e, de alguma forma, responsabilizar os seus integrantes por violarem de forma concertada e sistemática os direitos humanos dos cidadãos argentinos, mas também de cidadãos de outros países (Bouvard, 1994; Bosco, 2001; O.H.C.H.R., 2012; Burchianti, 2004).

### 3.4 – Política de responsabilização

Segundo Keck e Sikkink (1998) as redes procuram responsabilizar continuamente os estados pelos compromissos assumidos, monitorizando e expondo a distância entre o discurso e a prática real e colocando a reputação do estado em causa.

A política de responsabilização desenvolvida pela rede transnacional *Madres de Plaza de Mayo* passou por exigir, primeiro, com base nas estratégias referidas anteriormente, a libertação de informação sobre os *desaparecidos* e o seu tratamento condigno (Navarro, 1989; Bouvard, 1994). Quando as *Madres de Plaza de Mayo* dirigiram a sua ação para o exterior, construindo uma rede transnacional que incluía organizações não-governamentais, governos e membros de governos, membros de parlamentos e de organizações internacionais, colocaram pressão sobre a Junta Militar (Bouvard, 1994). Segundo Bouvard (1994), entre 1976 e 1977, os embaixadores argentinos na Europa e nos Estados Unidos foram regularmente convocados pelos governos dos países onde se encontravam acreditados para prestarem esclarecimentos relativamente aos relatos sobre os *desaparecidos*.

Perante a pressão da rede transnacional das *Madres de Plaza de Mayo*, a Junta Militar admite a existência de excessos pontuais, no contexto da guerra à subversão, e posteriormente assume que as pessoas procuradas pelo movimento das *Madres de Plaza de Mayo* estavam todos mortos (Bouvard, 1994; Bombal, 1992).

A Junta Militar entrega o poder aos partidos políticos, após a derrota na Guerra das Malvinas/Falklands, contra o Reino Unido (Bouvard, 1994). O novo governo promove o julgamento das Juntas Militares que governaram o país entre 1976 e 1983, e constitui uma comissão, de carácter consultivo, para a investigação dos desaparecimentos forçados (Bouvard, 1994; Sikkink, 2008). Segundo Sikkink (2008), os processos iniciados após o fim da ditadura militar foram inovadores na

responsabilização dos anteriores líderes políticos. Os antigos elementos da Junta Militar são os primeiros chefes de estado a serem condenados, na América Latina, por violações dos direitos humanos (Sikkink, 2008). Segundo Sikkink (2008), a *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP) foi a primeira comissão de verdade e reconciliação implementada, e estabeleceu a tendência para outros casos semelhantes, noutros países.

No entanto, as leis de amnistia (*Punto Final* e *Obediencia Debida*) retiraram a possibilidade de continuarem a ser acusados os restantes militares envolvidos nos desaparecimentos de pessoas (Bouvard, 1994). O governo pretendia estabilizar o seu poder e proceder à reconciliação entre o povo e os militares (Bouvard, 1994). No entanto, para as *Madres* a reconciliação só poderia ser possível através do julgamento e condenação de todos os responsáveis pelos desaparecimentos de trinta mil argentinos (Bouvard, 1994). Em resposta à política de reconciliação nacional, as *Madres* mobilizam os seus apoiantes e a sua rede transnacional para consciencializar a opinião pública contra a impunidade dos militares, denunciam os nomes dos militares envolvidos nos desaparecimentos, retomam as viagens pela Europa, contactam membros de governos e mantêm sempre a sua ação na *Plaza de Mayo*, com o objetivo de pressionar o governo a recuar na aprovação das leis (Bouvard, 1994). A partir deste momento as *Madres de Plaza de Mayo* assumem uma postura cada vez mais política (Bouvard, 1994).

Em 1990, o Presidente argentino Carlos Menem, indulta todos os condenados pela sua participação nos desaparecimentos forçados na Argentina (Bouvard, 1994). No entanto, através da ação das *Abuelas de Plaza de Mayo* são encontrados meios legais para ultrapassar as leis de amnistia, através da responsabilização pelos raptos e roubos de identidade das crianças filhas de *desaparecidos* (Bouvard, 1994). Em países como Espanha e Itália, são apresentados processos judiciais contra os militares responsáveis pelo desaparecimento de pessoas na Argentina (Bonner, 2005). Entretanto no Tribunal Interamericano, diversos casos eram apresentados, por *ex-desaparecidos* e familiares de *desaparecidos* com o objetivo de obter compensações financeiras pelos danos morais causados pelos militares (Bonner, 2005). Segundo Bonner (2005), até 2000, foram apresentados doze mil e oitocentos pedidos de reparação ao Tribunal Interamericano.

Em 2003, Nestor Kirchner é eleito Presidente. O novo Presidente assume uma nova postura de compromisso com a proteção dos direitos humanos (Bonner, 2005). No

mesmo ano, Kirchner promoveu uma votação no Congresso argentino que conduziu à anulação as leis de amnistia (Bonner, 2005). Em 2005, o Supremo Tribunal da Argentina considera as leis de amnistia inconstitucionais e o crime do desaparecimento forçado como um crime contra a humanidade (Sikkink, 2008).

De acordo com a *Procuraduría de Crímenes contra la Humanidad* - organismo criado com o objetivo de acompanhar os julgamentos dos crimes cometidos durante a ditadura militar - até ao final do ano de 2013, tinham sido iniciados 1069 processos, foram realizados, desde 2004, 107 julgamentos e 520 pessoas foram condenadas ([www.fiscales.gob.ar](http://www.fiscales.gob.ar), 2013).

### 3.5 – A transferência de carga emocional para a questão dos “desaparecidos ”: os “desaparecidos ” no contexto sul-americano

O processo de desaparecimentos forçados não foi exclusivo da ditadura militar argentina (*Proyecto Desaparecidos*, 2013). Na mesma época, países como o Chile, Uruguai, El Salvador, Guatemala, Honduras, Brasil, Perú e Panamá, eram governados por regimes ditatoriais militares (*Proyecto Desaparecidos*, 2013). Outros países estavam envolvidos em conflitos internos que envolviam as forças armadas e grupo guerrilheiros como o caso do México e da Colômbia (Keck e Sikkink, 1998; *Proyecto Desaparecidos*, 2013). As forças armadas nestes países, assim como, grupos paramilitares, denominados “esquadrões da morte”, procediam reiteradamente ao rapto, detenção, tortura e assassinato de pessoas por razões de ordem política e ideológica (*Proyecto Desaparecidos*, 2013).

Neste contexto, surgiram diversos grupos de familiares de vítimas dos conflitos internos dos referidos países que reproduziam estratégias semelhantes ao movimento das *Madres de Plaza de Mayo* (Bouvard, 1994; Krause, 2004; Sikkink, 2008; Mooney, 2007). O papel da maternidade na mobilização de diversos grupos de familiares de *desaparecidos* na América Latina tem sido objeto de diversos estudos (Bonner, 2005; Mooney, 2007; Bouvard, 1994), entre os quais é possível encontrar referências sucintas relativas à existência de uma transferência das estratégias assentes nos laços emocionais, do movimento de mães de *desaparecidos* da Argentina para o contexto mais amplo da América Latina (Bosco, 2001). Segundo Krause (2004), as mulheres de outros países da América Latina, como a Guatemala, El Salvador, Nicarágua e

Honduras tomaram consciência do alcance das estratégias e da emancipação das mães argentinas, fazendo a ponte com as suas próprias circunstâncias. Também Mooney (2007) refere o papel do movimento das *Madres de Plaza de Mayo*, no estabelecimento do exemplo pioneiro a partir do qual os restantes movimentos de mães por toda a América Latina definiram a sua ação e as suas estratégias políticas. De acordo com Sikkink (2008), o modelo de ativismo baseado no papel maternal, iniciado pelas *Madres*, tem sido difundido em larga escala, através das organizações de direitos humanos e de determinadas redes feministas (Sikkink, 2008). Desde 1977, têm sido formados grupos de mães de *desaparecidos* por todo o mundo, tendo como base as estratégias de ação das *Madres de Plaza de Mayo* (Sikkink, 2008).

Segundo Bouvard (1994), as *Madres de Plaza de Mayo* inspiraram esforços similares por toda a América Latina. Surgiram grupos de mães de *desaparecidos* na Guatemala, El Salvador, Nicarágua e Honduras (Bouvard, 1994). Estes grupos visitavam regularmente as *Madres de Plaza de Mayo* com o objetivo de aprenderem as suas estratégias políticas e observarem a sua estrutura organizacional (Bouvard, 1994). Bouvard (1994) refere, também, a colaboração das *Madres de Plaza de Mayo* na formação de um grupo de mães de *desaparecidos* na Guatemala, o *Grupo de Apoyo Mutuo* (G.A.M.).

Tal como o movimento das *Madres de Plaza de Mayo*, Schirmer (1988) refere que os outros grupos de mães de *desaparecidos* na Guatemala, El Salvador e Chile defendem ações de protesto não violentas e recusaram associar-se a partidos ou ideologias políticas. Na Guatemala, os membros do *Grupo de Apoyo Mutuo* ocupam pacificamente locais públicos associados ao poder político como a Assembleia Nacional ou o Palácio Nacional, levando consigo velas ou flores e interrompem o tráfego todas as sextas-feiras, entre as três e as quatro horas da tarde, em frente do Ministério Público (Schirmer, 1989). Em El Salvador, o grupo *CoMadres* (*Comite de Madres Monseñor Romero*), no qual as mulheres se apresentam vestidas de preto e usando lenços brancos na cabeça, realizam marchas pelas ruas da capital San Salvador até à principal catedral da cidade (Schirmer, 1989; Shayne, 1999).

Tomando como exemplo, o movimento *CoMadres*, é possível perceber semelhanças no desenvolvimento das estratégias políticas praticadas pelas *Madres de Plaza de Mayo* e o movimento de mães de El Salvador (Schirmer, 1989; Stephen, 1995). Stephen (1995) refere que as primeiras ações do grupo *CoMadres* passaram pela



invasão do edifício da Cruz Vermelha salvadorenha, pela organização de uma greve de fome e pela ocupação do edifício das Nações Unidas em San Salvador. Ocuparam também igrejas e começaram a realizar demonstrações públicas nos parques públicos e praças da capital (Stephen, 1995). A partir de 1979, desenvolveram, tal como as *Madres de Plaza de Mayo*, contatos com movimentos e governos no exterior, tendo criado para tal um gabinete de relações externas (Stephen, 1995). Realizaram viagens a países da Europa, à Austrália, ao Canadá, aos Estados Unidos e a outros países da América Latina (Stephen, 1995). Os seus contatos com o exterior, permitiram-lhes construir, também, uma rede de grupos de apoio e solidariedade, particularmente nos Estados Unidos, onde se formaram nove grupos (Stephen, 1995).

Em 1981, os diversos grupos de mães de *desaparecidos* e outros grupos de familiares de *desaparecidos* formaram a *Federación Latinoamericana de Asociaciones de Familiares de Detenidos-Desaparecidos* (F.E.D.E.F.A.M.) (F.E.D.E.F.A.M., 2013). A F.E.D.E.F.A.M. é uma organização não-governamental, da qual fazem parte as associações de familiares de *desaparecidos* dos países da América Latina e das Caraíbas onde se realizaram os desaparecimentos forçados (F.E.D.E.F.A.M., 2013). A organização possui estatuto consultivo no Conselho Económico e Social das Nações Unidas (F.E.D.E.F.A.M., 2013). Possui como principais funções receber denúncias de desaparecimentos forçados, mobilizar os meios para proteger a vida e a integridade do *desaparecido*, enviar a denúncia aos diferentes órgãos internacionais de proteção dos direitos humanos, consciencializar a opinião pública global para a necessidade de eliminar a prática do desaparecimento forçado, e promover a produção e aprovação de instrumentos internacionais sobre os desaparecimentos forçados (F.E.D.E.F.A.M., 2013).

Sob a liderança dos movimentos *Madres de Plaza de Mayo - Línea Fundadora* e *CoMadres*, a F.E.D.E.F.A.M. tem vindo a assumir um papel importante na construção de um regime jurídico internacional relativamente aos desaparecimentos forçados (Stephen, 1995; Bosco, 2001). Esta organização é a principal impulsionadora, em conjunto com o Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados, de uma campanha transnacional que visava a implementação de uma convenção internacional relativamente a desaparecimentos forçados (O.H.C.H.R., 2012). Em Dezembro de 2010, entrou em vigor a Convenção Internacional para a Proteção de Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados (O.H.C.H.R., 2011).

### 3.6 – As relações de causalidade entre os “desaparecidos ” e o regime ditatorial argentino (1976 - 1983)

A campanha contra os desaparecimentos forçados na Argentina, liderada pelas *Madres de Plaza de Mayo*, em colaboração com a sua rede transnacional, provocou prejuízos diretos na imagem da Junta Militar da Argentina (Bouvard, 1994; Keck e Sikkink, 1998).

Numa época em que os direitos humanos estavam na agenda política de países como os Estados Unidos, a causa dos *desaparecidos* encontrou o espaço mediático necessário para colocar pressão sobre a Junta Militar (Bouvard, 1994; Keck e Sikkink, 1998). Após o golpe de estado no Chile que depôs *Salvador Allende*, ao qual foi associada a intervenção dos serviços secretos norte-americanos, os Estados Unidos modificaram a sua política externa, colocando as questões de direitos humanos nas negociações com países aliados (Bouvard, 1994). O Congresso começou a trabalhar em medidas que retiravam o apoio financeiro a regimes repressivos (Bouvard, 1994). Em 1977, os Estados Unidos reduziram o valor da ajuda militar à Argentina e no ano seguinte, o Congresso aprovou uma lei que cortava toda a ajuda militar à Argentina (Keck e Sikkink, 1998). Ao mesmo tempo, foram sendo realizados encontros regulares entre membros da Administração Carter e a Junta Militar sobre violação de direitos humanos na Argentina (Keck e Sikkink, 1998).

A retirada do apoio da Administração Carter enfraqueceu a posição da Junta Militar nas organizações internacionais, principalmente, em organismos de direitos humanos (Bouvard, 1994). Apesar do cariz militar do governo de Videla, a implementação do Processo de Reorganização Nacional e a prática das detenções clandestinas de dissidentes tinha como propósito apresentar a Argentina como um país desenvolvido, de valores cristãos e parte integrante da civilização ocidental (Bouvard, 1994). Segundo Keck e Sikkink (1998), a prática de desaparecimentos forçados, por parte da Junta Militar teve como objetivo manter uma imagem internacional moderada e facilitar a integração mais profunda da Argentina na ordem económica global liberal, reduzindo as possibilidades do aparecimento de focos de contestação. Neste sentido, a intenção de manter determinada imagem e prestígio tornou a Junta Militar mais vulnerável às ações da rede transnacional das *Madres de Plaza de Mayo* (Keck e

Sikkink, 1998). No mesmo sentido, a Junta Militar, através do seu embaixador nas Nações Unidas, procurou manter o estado argentino fora da lista de países violadores dos direitos humanos da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, e com o apoio da União Soviética conseguiu bloquear a análise do caso argentino por parte da mesma Comissão (Bouvard, 1994; Keck e Sikkink, 1998).

Este processo conduziu a Junta Militar ao isolamento internacional (Keck e Sikkink, 1998). Na tentativa de limitar os danos desse isolamento e recuperar a imagem internacional da Junta Militar perante os Estados Unidos e a Europa, a Junta Militar aceitou a visita de uma delegação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (I.A.C.H.R.) (Bouvard, 1994; Keck e Sikkink, 1998). A I.A.C.H.R. reuniu-se com os membros da Junta Militar, recolheu milhares de denúncias do desaparecimento de pessoas e visitou os espaços onde se localizavam os centros de detenção clandestinos (I.A.C.H.R., 1980; Bouvard, 1994).

Aquando da visita da I.A.C.H.R., as forças armadas já tinham eliminado os vestígios dos vários locais de detenção e reduzido o número de *desaparecidos* detidos nestes centros (Bouvard, 1994; Keck e Sikkink, 1998). Segundo Keck e Sikkink (1998), a referida visita levou a Junta Militar a terminar com a prática dos desaparecimentos. Durante o ano de 1978, a questão dos direitos humanos na Argentina, melhorou de forma significativa (Keck e Sikkink, 1998).

Em 1981, o General Videla é substituído pelo General Roberto Viola (Bouvard, 1994). Neste período, a política económica da Junta Militar, apesar da recuperação encetada nos primeiros anos, apresentava resultados negativos (Bouvard, 1994). A dívida externa aumentou de catorze para cerca de quarenta e dois por cento do Produto Nacional Bruto desde 1979 e vários bancos abriram falência, degradando rapidamente a imagem interna da Junta Militar, enquanto as marchas semanais das *Madres de Plaza de Mayo* reuniam um número cada vez maior de pessoas (Bouvard, 1994). Por forma a recuperar o apoio interno, a Junta Militar decide invadir as ilhas Malvinas/Falkland (Bouvard, 1994). Contra a expectativa da Junta Militar, os britânicos responderam ao ataque, e em pouco mais de oitenta dias as forças britânicas forçaram os militares argentinos a uma rendição incondicional (Bouvard, 1994). A derrota na guerra das Malvinas aumentou a contestação interna à Junta Militar e apressou o processo de transição democrática (Bouvard, 1994). Embora, a literatura não refira a existência de uma relação de causa e efeito direta entre a campanha em torno dos *desaparecidos* e a

queda da Junta Militar, é possível inferir que a questão dos *desaparecidos* possam ter contribuído para a crescente instabilidade no seio das forças armadas, assim como para a construção de uma imagem negativa do seu papel na sociedade argentina (Bouvard, 1994).

Por último, os efeitos da campanha transnacional em torno dos *desaparecidos* tornaram inevitável a investigação e o levantamento de processo judiciais contra os militares responsáveis pelos desaparecimentos forçados, particularmente, dos membros da primeira Junta Militar, o General Videla e o Almirante Massera (Bouvard, 1994). De entre os nove membros das Junta Militares julgados, cinco foram condenados por crimes contra a Humanidade (Sikkink, 2008). Videla e Massera receberam sentenças de prisão perpétua (Bouvard, 1994).

Segundo Sikkink (2008), os custos dos julgamentos e das investigações à ação das forças armadas argentinas foram fundamentais na subordinação dos militares ao poder constitucional, durante os primeiros vinte anos de democracia argentina.

Os efeitos da campanha sobre os *desaparecidos* também transformaram a política externa da Argentina (Sikkink, 2008). Segundo Sikkink (2008), a Argentina passou da prática sistemática de violações de direitos humanos, para um dos principais estados promotores dos direitos humanos no sistema internacional.

Adotaram diversas convenções e tratados relativos aos direitos humanos, como o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e a Convenção das Nações Unidas contra a Tortura, e aceitaram a jurisdição do Tribunal Interamericano de Direitos Humanos (Bouvard, 1994). Em 1994, durante uma revisão constitucional, os tratados internacionais relativos aos direitos humanos adquiriram um estatuto de lei constitucional (Sikkink, 2008). A Argentina colaborou na campanha para a criação de um Tribunal Penal Internacional, em conjunto com um pequeno grupo de estados (Canadá, Suécia, Noruega e Holanda) (Sikkink, 2008). Diplomatas, membros dos Ministérios da Justiça e da Defesa, e das forças armadas participaram nas negociações e na redação do texto final (Sikkink, 2008). Colaborou também com a campanha para a adoção de uma Convenção Internacional sobre Desaparecimentos Forçados (Sikkink, 2008). A mobilização em torno dos direitos humanos na Argentina permitiu a formação de uma geração de ativistas e profissionais associados à defesa dos direitos humanos, que tem assumido cargos de liderança em organizações não-governamentais internacionais (por exemplo, a Amnistia Internacional), em organizações relativas aos

Direitos Humanos do Sistema das Nações Unidas (Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados, Tribunal Penal Internacional e Comissões de Verdade e Reconciliação formadas pelas Nações Unidas) e na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Sikkink, 2008; Keck e Sikkink, 1998).

## Capítulo 4 – Conclusões: A Eficácia do Movimento *Madres de Plaza de Mayo*, enquanto Rede Transnacional de Pressão Organizada

Este estudo procurou compreender a atuação do movimento *Madres de Plaza de Mayo*, à luz da teoria sobre redes transnacionais de pressão organizada desenvolvida por Margaret Keck e Kathryn Sikkink (1998).

Neste sentido foram colocadas três questões de partida, que são agora retomadas de modo a sintetizar as conclusões deste trabalho:

- 1- Quais as estratégias discursivas e não discursivas utilizadas pelo movimento *Madres de Plaza de Mayo* na estruturação da sua ação política?
- 2- Qual a eficácia das estratégias políticas desenvolvidas pelo movimento *Madres de Plaza de Mayo* na prossecução da sua agenda de contestação política ao nível doméstico e transnacional?
- 3- Qual a influência do movimento de mães de *desaparecidos* na disseminação de práticas e estratégias similares na América Latina e restante sistema internacional?

Respondendo à primeira questão, é possível identificar um conjunto de estratégias desenvolvidas pela rede transnacional das *Madres de Plaza de Mayo*, que se enquadram nas estratégias políticas referidas por Keck e Sikkink como características das redes transnacionais de pressão (Keck e Sikkink, 1998).

No âmbito da política de informação (Keck e Sikkink, 1998), as *Madres de Plaza de Mayo*:

- criaram a sua própria rede informal de comunicação e informação, na qual se encontravam incluídos antigos detidos-desaparecidos, testemunhas dos raptos e outras mães a quem tinham tirado os filhos;
- mobilizaram contatos entre os exilados políticos argentinos, na Europa e Estados Unidos;
- enviaram cartas para a Amnistia Internacional e para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos;

- realizaram viagens por diversos países, contatando as organizações internacionais, realizando conferências, dando conta através do seu testemunho do que se estava a passar na Argentina.

Relativamente à política simbólica (Keck e Sikkink, 1998), as *Madres de Plaza de Mayo*:

- Desenvolveram demonstrações públicas nas praças por todo o país e também nos países que visitaram, as quais conferiram visibilidade ao movimento, e que também permitiram fortalecer os laços emocionais e de pertença entre os membros da rede transnacional;
- Comunicaram a sua mensagem através dos testemunhos, o que permitiu apresentar uma leitura pessoal dos acontecimentos, enquadrando e credibilizando a informação recolhida, e ao mesmo tempo gerar uma ligação emocional entre quem os comunica e quem os ouve.

Em relação à política de influência (Keck e Sikkink, 1998), as *Madres de Plaza de Mayo*:

- desenvolveram contatos com organizações não-governamentais e movimentos sociais, de defesa dos direitos humanos, com figuras públicas (Liesbeth den Uyl, Danielle Mitterrand, entre outros), políticos e chefes de estado (por exemplo, o Presidente italiano Pertini);
- recolheram apoios junto de membros da Administração Carter, fundamentais para exercer influência material, que colocou condições (por exemplo, a visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos) para manter aberto o fluxo de recursos financeiros importantes para a Junta Militar;
- recolheram apoios nas organizações internacionais, particularmente na Comissão de Direitos Humanos, os quais viriam a revelar-se fundamentais para exercer influência moral, denunciando as práticas dos desaparecimentos forçados na Argentina e forçar ao isolamento internacional da Junta Militar.

Finalmente, no âmbito da política de responsabilização, as *Madres de Plaza de Mayo*, através da sua rede transnacional de pressão:

- pressionaram no sentido da responsabilização criminal dos militares envolvidos nos desaparecimentos forçados;
- rejeitaram as leis de amnistia e mantiveram as demonstrações de protesto na *Plaza de Mayo*;
- divulgaram listas com os nomes dos repressores;
- rejeitaram a política de reconciliação nacional, enquanto os responsáveis não fossem julgados.

Neste sentido, é possível afirmar que o movimento *Madres de Plaza de Mayo*, ao transnacionalizar as suas estratégias de pressão sobre a Junta Militar da Argentina, construiu uma rede transnacional de pressão organizada, aplicando as quatro estratégias políticas referidas por Margaret Keck e Kathryn Sikkink (1998). O movimento das *Madres de Plaza de Mayo*:

- i. reuniu e mobilizou informação;
- ii. desenvolveu um discurso próprio reinterpretando permanentemente de forma simbólica os acontecimentos, através das suas marchas e de slogans;
- iii. mobilizou atores externos capazes de promover e expandir o apoio à sua causa;
- iv. procurou expor os repressores, perante a opinião pública global.

Respondendo à segunda questão, a importância das redes transnacionais de pressão advém da capacidade de influenciarem a transformação das práticas internacionais (Keck e Sikkink, 1998). Uma rede transnacional é eficaz quando consegue definir a agenda do debate político, influenciar a transformação do discurso dos atores, influenciar a transformação dos procedimentos institucionais, influenciar a mudança nas políticas dos atores, e influenciar a mudança dos comportamentos dos estados (Keck e Sikkink, 1998).

Neste sentido, é possível afirmar que a rede transnacional das *Madres de Plaza de Mayo* foi eficaz na sua ação porque foi responsável pela introdução da questão dos *desaparecidos* na agenda política da Junta Militar, nas discussões bilaterais com países como os Estados Unidos, a Itália, a Holanda ou a Suécia (Bouvard, 1994; Keck e Sikkink, 1998). Ao introduzir um novo ponto de vista sobre a política da Junta Militar, esta passou a ter de responder pelos desaparecimentos forçados (Keck e Sikkink, 1998). A mudança de perspetiva influenciou as relações com outros países (Bouvard, 1994;



Keck e Sikkink, 1998). Por exemplo, os Estados Unidos, outrora aliados, perante os relatos dos desaparecimentos forçados, reposiciona-se perante a Argentina, bloqueando o apoio e exigindo uma investigação externa às suas práticas repressivas (Bouvard, 1994; Keck e Sikkink, 1998). As mudanças nos procedimentos dos atores ocorreram quando, perante a necessidade de investigar e responsabilizar internacionalmente a Junta Militar, alguns canais foram bloqueados, tanto na Organização de Estados Americanos como na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, e é constituído o Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos (Bouvard, 1994; O.H.C.H.R., 2012). Este organismo permitiu o acesso da rede transnacional das *Madres* à Comissão de Direitos Humanos, através das denúncias apresentadas perante o organismo oriundas do movimento (Bouvard, 1994; O.H.C.H.R., 2012).

A rede transnacional das *Madres de Plaza de Mayo*, também influenciou a criação da comissão de investigação sobre os desaparecimentos de pessoas na Argentina, durante o início do período democrático. Apesar do carácter consultivo destes organismos, as denúncias realizadas permitiram manter o tema na agenda política e influenciar a adoção de novas políticas relativamente aos desaparecimentos forçados (C.O.N.A.D.E.P., 1984; Bouvard, 1994; Sikkink, 2008).

A rede contribuiu para a adoção por parte da Assembleia Geral das Nações Unidas de uma convenção sobre os desaparecimentos de pessoas e foi um dos principais impulsionadores da campanha para adoção, por parte dos estados, de uma convenção internacional sobre desaparecimentos forçados e involuntários (O.H.C.H.R., 2012; Sikkink, 2008).

A rede transnacional das *Madres de Plaza de Mayo* contribuiu ainda para a transformação do posicionamento do estado argentino relativamente aos direitos humanos (Sikkink, 2008). Na atualidade, a Argentina tornou-se um dos principais promotores da defesa dos direitos humanos, colaborando na campanha para a criação de um Tribunal Penal Internacional ou da Convenção sobre o Desaparecimentos Forçado de Pessoas (Sikkink, 2008). Tornou-se num dos principais exportadores de ativistas para as organizações internacionais e organizações não-governamentais globais (Sikkink, 2008).

Relativamente à influência do movimento de mães de *desaparecidos* na disseminação de práticas e estratégias similares na América Latina e restante sistema internacional, podemos depreender a influência do movimento das *Madres de Plaza de*

*Mayo* nas estratégias de outros movimentos por toda a América Latina, a partir das práticas semelhantes desenvolvidas pelos outros grupos de mulheres, mães de *desaparecidos* (Bouvard, 1994; Krause, 2004; Sikkink, 2008; Mooney, 2007; Bosco, 2001). Salienta-se, neste sentido, o movimento *CoMadres* que realizava demonstrações em locais públicos, usando lenços brancos na cabeça, e que desenvolveu uma estratégia internacional em tudo semelhante à das *Madres de Plaza de Mayo* constituindo grupos de apoio em diversos países (Schirmer, 1989; Stephen, 1995; Shayne, 1999). Também em países como o Sri Lanka, a Bósnia, o Líbano, grupos de mulheres que se viram privadas da presença dos seus filhos por ação do estado ou de organizações paramilitares violentas, foram constituindo grupos de mães de *desaparecidos*, inspiradas nas *Madres de Plaza de Mayo* (Bouvard, 1994; Sikkink, 2008).

Concluindo, o movimento *Madres de Plaza de Mayo* fracassou no seu objetivo inicial a libertação dos seus filhos desaparecidos, mas pelo caminho construiu uma rede transnacional de pressão que permitiu conduzir uma campanha de consciencialização da opinião pública global para o que estava a suceder na Argentina. Introduziram a questão dos *desaparecidos* na agenda doméstica e global, colocaram a Junta Militar sob o escrutínio das organizações de defesa de direitos humanos e comissões de direitos humanos, assim como, da opinião pública global (Keck e Sikkink, 1998; Bouvard, 1994).

Através das estratégias de informação, simbólica, de influência e de responsabilização despoletaram o processo que conduziu à queda da Junta Militar e aos julgamentos e condenação dos líderes das Juntas Militares da Argentina (Bouvard, 1994; Sikkink, 2008; Bonner, 2005). Estas estratégias servem de exemplo, ainda na atualidade, para a ação de movimentos sociais organizados por todo o mundo (Sikkink, 2008). A sua rede transnacional serviu de suporte para a construção de uma estrutura jurídica internacional para os desaparecimentos forçados (Sikkink, 2008; O.H.C.H.R., 2012).

A causa dos *desaparecidos* transformou a política externa da Argentina, que assume hoje um papel de liderança na promoção de campanhas de direitos humanos junto das organizações internacionais e de outros estados (Sikkink, 2008). Neste contexto, podemos afirmar que o movimento *Madres de Plaza de Mayo* é um caso de estudo fundamental na compreensão da agência global das forças de pressão organizadas.

## Referências Bibliográficas

- Bombal, I. G. (1992). De vítimas a sujeitos: as mães da Plaza de Mayo. *Revista de Ciências Humanas*, 8(11), 49-70.  
URL:<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/download/23524/21182>. Acesso através do Google Scholar a 4 de janeiro de 2013.
- Bonner, M. (2005). Defining rights in democratization: the Argentine government and human rights organizations, 1983–2003. *Latin American Politics and Society*, 47(4), 55-76. URL: <http://www.jstor.org/stable/4490433>. Acesso a 3 de janeiro de 2013.
- Bouvard, M. (1994). *Revolutionizing Motherhood: The Mothers of the Plaza de Mayo*. Wilmington: Scholarly Resources Inc.
- Bosco, F. J. (2001). Place, space, networks, and the sustainability of collective action: the Madres de Plaza de Mayo. *Global Networks*, 1(4), 307-329.
- Bosco, F. J. (2004). Human rights politics and scaled performances of memory: conflicts among the Madres de Plaza de Mayo in Argentina. *Social & Cultural Geography*, 5(3), 381-402.
- Bosco, F. J. (2006). The Madres de Plaza de Mayo and three decades of human rights' activism: Embeddedness, emotions, and social movements. *Annals of the Association of American Geographers*, 96(2), 342-365.
- Bosco, F. J. (2007). Emotions that build networks: Geographies of human rights movements in Argentina and beyond. *Tijdschrift voor economische en sociale geografie*, 98(5), 545-563. DOI: 10.1111/j.1467-9663.2007.00425.x
- Bryman, A. (2012). *Social research methods*. OUP Oxford.
- Burchianti, M. E. (2004). Building bridges of memory: the mothers of the Plaza de Mayo and the cultural politics of maternal memories. *History and anthropology*, 15(2), 133-150.  
<http://dx.doi.org/10.1080/02757200410001689954>.
- Carpenter, R. C. (2010). Governing the global agenda: 'gatekeepers' and 'issue adoption' in transnational advocacy networks. *Who governs the globe*, 202-37.

C.O.N.A.D.E.P.. (1984). *Nunca Más: Informe de la comisión nacional sobre desaparición de personas*.

URL: [www.desaparecidos.org/arg/conadep/nuncamas/nuncamas.html](http://www.desaparecidos.org/arg/conadep/nuncamas/nuncamas.html).

D'Alessandro, M. (1998). Los movimientos sociales en la transición democrática: el caso de las Madres de Plaza de Mayo: sentimiento y discurso. *América latina hoy: Revista de ciencias sociales*, (20), 41-46.

Della Porta, D., & Diani, M. (2006). *Social Movements: An introduction*. Blackwell Publishing.

Dorsey, E. (1993). Expanding the Foreign Policy discourse: Transnational Social Movements and the Globalization of Citizenship. In D.Skidmore, & V.M. Hudson (Eds.). *The limits of State Autonomy: Social Groups and Foreign Policy Formulation* (pp. 237-266). Boulder: Westview Press.

Entrevista realizada ao Professor Doutor António de Sousa Lara, no dia 28 novembro de 2013, nas instalações do Instituto Superior de Ciência Sociais e Políticas (I.S.C.S.P.).

Entrevista realizada ao Professor Doutor Marcos Farias Ferreira, no dia 5 de dezembro de 2013, nas instalações do Instituto Superior de Ciência Sociais e Políticas (I.S.C.S.P.).

Entrevista realizada ao Professor Doutor Victor Marques dos Santos, no dia 2 de dezembro de 2013, nas instalações do Instituto Superior de Ciência Sociais e Políticas (I.S.C.S.P.).

F.E.D.E.F.A.M. (sem data). URL: <http://www.desaparecidos.org/fedefam/> Acesso a 15 de outubro de 2013.

Flyvbjerg, B. (2006). Five misunderstandings about case-study research. *Qualitative inquiry*, 12(2), 219-245.

Foss, K. A., & Domenici, K. L. (2001). Haunting Argentina: Synecdoche in the Protests of the Mothers of the Plaza de Mayo. *Quarterly Journal of Speech*, 87(3), 237-258.

Howe, S. E. (2006). The Madres de la Plaza de Mayo: Asserting Motherhood; Rejecting Feminism?. *Journal of International Women's Studies*, 7(3), 43-50.

- I.A.C.H.R. (1980). *Report on the situation of human rights in Argentina*. URL: <http://www.cidh.org/countryrep/Argentina80eng/toc.htm>.
- Keck, M., & Sikkink, K. (1998). *Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Krause, W. C. (2004). The role and example of Chilean and Argentinian Mothers in democratisation. *Development in Practice*, 14(3), 366-380. <http://dx.doi.org/10.1080/0961452042000191204>
- Lara, A. S., (2011). *Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão* (6ª ed.). Lisboa: I.S.C.S.P..
- Lara, A. S., (2009). *Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão* (5ª ed.). Lisboa: I.S.C.S.P..
- Malomoud, M. (2010). *Asociación Madres de Plaza de Mayo: Group development from single-issue protest movement to permanent political organization*. URL: <http://www.brooklyn.cuny.edu/pub/departments/bcurj/pdf/MalomudMarinaART.pdf>. Acesso a 24 de janeiro de 2013.
- Mooney, J. E. P. (2007). Militant Motherhood Re-Visited: Women's Participation and Political Power in Argentina and Chile. *History Compass*, 5(3), 975-994. DOI: 10.1111/j.1478-0542.2007.00435.x
- Moreira, C.D. (2007). *Teorias e Práticas de Investigação*. Lisboa: I.S.C.S.P..
- Navarro, M. (1989). The personal is political: Las Madres de Plaza de Mayo. *Power and popular protest: Latin American social movements*, 241-58.
- New impetus to eradicate enforced disappearances. (2011). In *Office of the High Commissioner for Human Rights* (OHCHR). URL: <http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/EnforcedDisappearances.aspx>. Acesso a 15 de outubro de 2013.
- Nuestras Consignas. (sem data). In *Asociación Madres de Plaza de Mayo*. URL: <http://www.madres.org/navegar/nav.php?idsitio=5&idcat=32&idindex=173>. Acesso a 3 de janeiro de 2013.
- Olesen, T. (2005). Transnational publics: New spaces of social movement activism and the problem of global long-sightedness. *Current Sociology*, 53(3), 419-440.

- P.C.C.H. (2013). Informe sobre el estado de las causas por violaciones a los derechos humanos cometidas durante el terrorismo de Estado. URL:[http://www.fiscales.gob.ar/lesa-humanidad/wp-content/uploads/sites/4/2014/01/Informe\\_Lesa\\_Humanidad\\_20\\_diciembre\\_2013.pdf](http://www.fiscales.gob.ar/lesa-humanidad/wp-content/uploads/sites/4/2014/01/Informe_Lesa_Humanidad_20_diciembre_2013.pdf).
- Ponzio, M. F. G. A. (2009). Paisagens em câmbio: Pluralidades da Plaza de Mayo. *CADERNOS DO CNLF*, 11(15), 176-188.
- Proyecto Desaparecidos. (sem data). URL: <http://www.desaparecidos.org/main.html>. Acesso a 15 de outubro de 2013.
- Protecting women from the impact of enforced disappearances. (2012). In *Office of the High Commissioner for Human Rights* (O.H.C.H.R.). URL:<http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/ProtectingWomenFromImpactOfEnforcedDisappearances.aspx>. Acesso a 15 de outubro de 2013.
- Safa, H. I. (1990). Women's social movements in Latin America. *Gender & Society*, 4(3), 354-369.
- Santos, V.M. (2007). *Introdução à Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: I.S.C.S.P..
- Santos, V.M., & Ferreira, M.J.M. (2012). *Sociedade Civil Transnacional: Actores e Forças de Pressão nas Relações Internacionais*. Lisboa: I.S.C.S.P..
- Schirmer, J. G. (1989). 'Those Who Die for Life Cannot Be Called Dead:' Women and Human Rights Protest in Latin America. *Feminist Review*, 32(1), 3-29.
- Sikkink, K. (2008). From pariah state to global protagonist: Argentina and the struggle for international human rights. *Latin American Politics and Society*, 50(1), 1-29. URL: <http://www.jstor.org/stable/30130837>. Acesso a 3 de janeiro de 2013.
- Shayne, J. D. (1999). Gendered revolutionary bridges: Women in the Salvadoran resistance movement (1979-1992). *Latin American Perspectives*, 85-102.
- Sosa, V. A. (2010). Espacio y Política. Reflexiones sobre las formas de territorialización de la memoria: El caso de las Madres de Plaza de Mayo. *Aletheia: Revista de la Maestría en Historia y Memoria de la FaHCE*, 1(1). URL:

[http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art\\_revistas/pr.4276/pr.4276.pdf](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.4276/pr.4276.pdf). Acesso através do Google Scholar a 18 de Janeiro de 2013.

Stephen, L. (1995). women's rights are human rights: the merging of feminine and feminist interests among El Salvador's mothers of the disappeared (CO-MADRES). *American Ethnologist*, 22(4), 807-827.

Tarrow, S. (1998). *Power in movement: Social movements and contentious politics*. Cambridge University Press.

Tarrow, S. (2005). *The new transnational activism*. Cambridge University Press.

United Nations General Assembly. (1993). *Resolution 47/133: Declaration on the protection of all persons from enforced disappearance*.  
URL:[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/47/133](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/47/133).

Vásquez, M.O. (2012). Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora: Marta Ocampo Vásquez. *Revista Colombiana de Educación*, 62, 317-324.

Yin, R. K. (1981). The case study crisis: some answers. *Administrative science quarterly*, 58-65.

## Anexo 1

### **Guião de entrevistas a realizar junto dos docentes das áreas de Relações Internacionais e Ciência Política**

1 - Considera que a emergência de novos atores nas relações internacionais, entre os quais as forças transnacionais de pressão organizadas, tem contribuído para uma, cada vez maior, complexificação das relações no contexto internacional? Porquê?

2 – Qual a relevância das principais estratégias aplicadas pelas forças transnacionais de pressão organizadas para a sua crescente importância nas relações internacionais? Porquê?

3 – As forças transnacionais de pressão organizadas têm encontrado nas organizações internacionais canais de acesso que permitem chegar mais facilmente aos decisores políticos internacionais (Keck e Sikkink, 1998). De que forma analisa esta relação na crescente importância das forças transnacionais de pressão organizadas para as relações internacionais?

4 – Apesar do mediatismo destes movimentos, tem sido discutida a sua capacidade de gerar mudança efetiva. Como analisa a capacidade, das forças transnacionais de pressão organizadas, de efetivamente exercerem poder sobre os restantes atores do sistema internacional?



## Anexo 2

### **Guião de entrevistas a realizar junto das organizações integrantes do movimento**

***Madres de Plaza de Mayo: Asociación Madres de Plaza de Mayo e Asociación***

***Madres de Plaza de Mayo – Línea Fundadora***

- Que condições e motivações estiveram na base da formação do movimento?
- Quais os objetivos definidos à época da sua formação?
- De que forma decorreu a sua relação com o aparelho de poder na Argentina?
- Como percecionam o fenómeno dos *desaparecidos* na América Latina?
- De que forma a simbologia da maternidade influenciou a ação do movimento *Madres de Plaza de Mayo* contra os desaparecimentos forçados na Argentina?
- Que tipos de estratégias consideraram relevante utilizar nos vossos esforços de mobilização?
- Desenvolveram contactos/relações com outros movimentos de *desaparecidos* na América Latina e em outras regiões do mundo?
- De que forma desenvolveram estas relações?
- Qual a importância da partilha e mobilização de informação para a estratégia global do movimento?
- Qual a importância da política simbólica para a estratégia global do movimento?
- De que forma conseguiram responsabilizar o estado Argentino pelas violações aos direitos humanos?

## Anexo 3

### **Entrevistas presenciais realizadas junto dos docentes do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (I.S.C.S.P.)**

As entrevistas que se seguem foram realizadas nas instalações do I.S.C.S.P., tendo sido efetuados os registos áudio das mesmas com a autorização dos intervenientes. O que aqui se expõe é a transcrição desses mesmos registos.

**Professor Doutor António de Sousa Lara** (A.S.L.), entrevistado por Pedro Jerónimo (P.J.), no dia 28 de Novembro de 2013.

**1 - Considera que a emergência de novos atores nas relações internacionais, entre os quais as forças transnacionais de pressão organizadas, tem contribuído para uma, cada vez maior, complexificação das relações no contexto internacional? Porquê?**

**A.S.L.-** São o que nós chamamos de grupo de pressão. Grupos de pressão formais e informais. Um grupo de pressão existe como atividade, mais do que como instituição. Outros existem sobretudo como instituição, por exemplo, os grupos de pressão ambientais, que são organizados de forma clara como tal para impedir a caça à baleia, para impedir a exploração de um determinado poço de petróleo, para dificultar a ação ambientalmente perniciosa de um governo. A intenção é rigorosamente essa. Por exemplo, o Greenpeace pretende defender determinados pontos de vista, por essa via, às vezes, por meios quase violentos. Por conseguinte, é um grupo formal de pressão com o objetivo de atuar, por essa via, na cena internacional.

Coisa diferente é o grupo de pressão que resulta da utilização para esta finalidade, de instituições que não foram criadas com esse propósito. Por exemplo, diria que desde a 1ª Internacional que é assim. A 1ª Internacional Socialista que se criou concretamente, é um grupo de pressão, mas também é uma alavanca de uma instituição subversiva e também é uma instituição que propõe o assalto ao poder por via popular frentista, e nesse sentido é uma instituição proto política, proto governamental, porque

pretendia tomar conta do poder, por via da revolução naquela altura. Hoje em dia, as organizações sindicais, as organizações laborais, as organizações socioprofissionais e as organizações patronais, todas elas são grupos de pressão internacional, mas não se constituem com esse objetivo, o objetivo é defender os interesses dos seus associados, como é evidente. Neste sentido, atuam na qualidade de grupo de pressão (como se fossem um grupo de pressão), mas não se configuram necessariamente como tal.

Outras grandes organizações, que têm teoricamente um âmbito doméstico, acabam por ter expressão internacional como grupos de pressão. Por exemplo, as organizações que visam os chamados *dossiers* fraturantes, que visam por exemplo, a aprovação da eutanásia, a aprovação do aborto, a aprovação da igualdade das uniões do mesmo sexo, etc. Todas essas organizações que no fundo ultrapassam, claramente, a questão nacional, têm, apesar disso, uma ação nacional, funcionam como grupo de pressão à escala nacional, mas imediatamente se unem em rede – por causa da sociedade global da informação – no sentido de se transformarem também elas em grupo de pressão internacional. Até porque ocupam o ciberespaço, até porque organizam concertadamente, ações que são típicas dos grupos de pressão, em paralelo, nos vários países onde atuam.

E por conseguinte, a questão da expressão transnacional resulta da formatação dos nossos dias. Por definição, noutra época, algumas destas organizações teriam sido regionais ou locais, quando muito, nacionais e ficavam por aí. Hoje não, qualquer causa por causa da sociedade globalizada, em virtude dos média, dos meios de comunicação de massas e daquilo que chamamos de “multidões em rede”, todas as causas se transformam em causas transnacionais e acabam por assumir a forma de grupos de pressão. Se reparar no caso da senhora que foi baleada e ganhou o Prémio *Sakarov*, esta é uma questão que noutra época teria uma dimensão regional, um crime violento, sinistro, tenebroso, com certeza, racista, xenófobo, mas nunca poderia sair do âmbito regional. Crimes daqueles, infelizmente, há muitos e piores. Só que a natureza, a essência da matéria que trata daquela questão é de âmbito viral, e teve potencialidade viral.

Diria que os grupos transnacionais de pressão se transformam em tais, mais pela viralidade das causas que professam do que pela natureza da constituição prévia que eles implementam. É mais porque uma vez divulgada nos média e na internet, a essência da causa tem viralidade para se transformar numa causa – a viralidade é a característica

da comunicação de hoje – que imediatamente se transformam em grupos de pressão internacionais. Veja por exemplo, as *Pussy Riots*. É uma questão de âmbito local. Se quisermos ir muito longe, é de âmbito nacional. As senhoras estão descontentes com a administração russa, e resolveram protestar contra aquilo que acham que é a forma excessiva de exercer o poder, o que acontece em todos os países, em Portugal, em Espanha, na Austrália, e daí por diante. Por todo lado existe gente descontente a achar que o seu governo não presta e que é opressivo. Só que a idade das senhoras, a sua condição de cantoras, o seu arrojo, as suas características físicas, deram a potencialidade de viralidade à causa e não porque a causa tenha mérito para ser uma causa internacional. Se fossem quatro velhinhos ou pessoas de meia-idade feias, a causa não se teria tornado viral e se calhar estavam a dizer a mesma frase que elas disseram. No entanto, seriam olhados como quatro tontos que foram fazer ali umas cenas tristes numa catedral e se calhar muitos dos que apoiaram as *Pussy Riots*, iriam condenar os velhinhos.

A criação da causa não resulta da lógica voluntarista do promotor, mas resulta do mercado transnacional, que é autorregulado e não tem a ver com a lógica, porque se tivesse a ver com a lógica, o importante era essência do discurso, se tivesse a ver com a lógica, o importante era a razão da causa. Se a causa era justa, fossem quatro velhinhos ou quatro jovens, cançonetistas, que tiram partido das suas características físicas para chamarem a atenção, o eco tinha sido o mesmo. Porque que não? Não, porque o facto de serem como a rapariga baleada do Prémio *Sakarov*, novas, corajosas, intrépidas, que resolvem revoltar-se remete para a história do David e Golias, para o exótico de ser uma rapariga nova, para o *beautiful people*. Tudo isto tem importância, e é isto que de certa forma, transforma e seleciona a causa. Portanto, esse universo da pressão internacional, tem obviamente que ver com o promotor (Greenpeace, por ex.), tem obviamente que ver com causas que são planeadas e projetadas à maneira antiga, como era a 1ª Internacional ou a 2ª Internacional, como eram as outras organizações clássicas, laborais, políticas, de defesa de direitos, de ampliação de direitos, de causas fraturantes, mas depois tem o último *quid*, que é se são ou não adotadas pela multidão em rede. E aí, o mérito tem menos importância. Se a causa tiver potencialidades estéticas e bizarras para se poder tornar viral, torna-se viral e assume uma importância talvez excessiva, criando, assim, um problema, dado que a agenda já não é deliberada pelos promotores da pressão, mas é condicionada pelo “mercado”. É autocéfala, absurda, volátil... emerge naquele momento, mas depois se não tiver sustentação morre ali e tem de estar sempre a ser

reavivada, como por exemplo *Tiananmen*. Tem de ter um tratamento de sustentação *a posteriori*. Qual é o drama do mundo contemporâneo globalizado? Como há um excesso de informação e de ocorrências, a memória torna-se curta. É uma memória que tem um pico imediato, muito grande, de audição e logo a seguir, com a mesma velocidade, tomba na obscuridade. Se a causa tem promotor, o produtor tem um trabalho insano, que é o de estar quase *ad nauseum* a lembrar a bondade da causa. E isto vê-se que é artificial. O mercado já não a engole da mesma maneira. Já tem um aspeto meramente comemorativo. Torna-se necessário o remake, celebra-se *Tiananmen*, celebra-se *Pussy Riots*, e os nossos amigos israelitas, que muito prezo, porque sou parente deles, têm uma grande sabedoria sobre isso, atendendo a que o tempo do Holocausto e dos *pogroms* já se gastou, é preciso vir *O Pianista*, e depois *A Lista de Schindler*. É preciso constantemente retomar o *lead* da causa para manter a pressão em níveis aceitáveis, caso contrário, morre. Não olho tanto para isto como a bondade da estrutura, nem a bondade da iniciativa, mas a oportunidade do mercado aceitar e divulgar determinada causa, por mais mérito ou menos mérito que ela tenha. Nesta medida, encontramos-nos perante uma situação grave: há aqui uma falta de critério.

## **2 – Qual a relevância das principais estratégias aplicadas pelas forças transnacionais de pressão organizadas para a sua crescente importância nas relações internacionais? Porquê?**

**A.S.L.** – Há aqui uma parte que é arte. A arte no sentido, de pessoas que nascem com dotes de criação estética por exemplo, e pessoas que não os têm. E depois há uns que aperfeiçoam as técnicas da arte. Isto também é uma arte. Diria que tem parentesco com tudo o que é de consumo, a moda. Esta zona de pressão transnacional devia estudar a moda, a moda de massas, e não a moda de nichos. Falo aqui da estética de massas. Em termos de êxito ou inêxito. Lamentavelmente, para mim, que sou uma pessoa de causas, o mérito está na causa e não na eficácia do meio. Mas há causas injustas e dou-lhe um exemplo claro, a indignação seletiva perante os genocídios. No Congo, já morreram mais de 4 milhões de inocentes. Mas quem fala do genocídio no Congo? Só meia dúzia de organismos internacionais. Ninguém fala do Congo porque há ali cobre, há ali materiais nobres para os telemóveis, que não há em mais lado nenhum, portanto é um assunto no qual é melhor não se falar muito. De repente alguém que não acho que tenha sido o Assad largou gás *sarin* e morreram 150 mil pessoas na Síria. O que se faz? Aqui d’el-rei, é preciso acabar com o Assad. Formou-se um grupo de pressão internacional,

constituído por toda a gente, incluindo os russos, que criou uma onda de pressão de tal dimensão que o Assad percebeu que não tinha recuo e o melhor que tinha a fazer era ceder. No entanto, quanto ao mérito intrínseco da causa, é mais importante morrerem 150 mil pessoas ou 4 milhões? Acho que é mais importante morrerem 4 milhões, tenho muita pena dos Sírios, só que os outros morrem discretamente, morrem em violações *low key*, e como os assuntos estratégicos são comuns dos dois lados, e os relativos ao Congo são menos relevantes, então importa deixar a coisa como está, não dando lugar à indignação. A indignação seletiva é a prova de que o mérito não está na causa. Custa-me muito dizer isto porque sou uma pessoa de causas, mas o mérito não está na causa. O mérito está na capacidade de divulgação e na estética holística da causa. E esta causa tinha uma estética, era um ato de um ditador arrogante, era um ato indiscriminado, que matou crianças, as vítimas foram vistas na televisão, e portanto, foi fácil construir um grupo de pressão que foi eficiente. Um grupo de pressão informal – a Rússia não tem nenhum grupo formal com os Estados Unidos, a China, o Reino Unido e a França. Mas de facto funcionou. (Pouco tempo depois o mesmo Assad já era acarinhado na luta contra o ISIS. Memória curta de novo?)

Portanto isto tem a ver com uma espécie de oportunidade estética. Acho que a estética está aqui metida e vocês nunca falam da estética. A estética, não no sentido de ser belo, mas de ser irracional, de cair no gosto das pessoas, no tempo certo, como as modas. “Pegou nos saldos, estes sapatos de senhora de tacão e sola alta. Aquilo é bom para os pés? Não. Dá equilíbrio? Não, tira equilíbrio. É mais barato? Não. É bonito? Eu acho que não”. Já assisti a quatro vezes este tipo de sapatos. A primeira no tempo da minha mãe. Isto é recorrente. Não interessa se é lógico, bom, barato, eficaz, prático... porque não é! As pessoas andam ali, parece que andam numas andas, mas caiu no tempo certo. Esta geração que não tem memória disto. Eu que já sou velho é que já vi quatro vezes, mas eles não. É novidade, é diferente, etc. É isto que chamo de estética da causa.

**P.J.** - Esta capacidade de se mostrar, o papel de quem está associado à causa, como falou dos sírios. Por exemplo, os sírios, dado a sua diáspora, terão uma maior capacidade de chegar a um número maior de poderes para promoverem a causa...

**A.S.L.** - Não penso que seja por aí. Penso que a causa síria tem implicações de curto prazo mais relevantes que a causa congoleza. Os russos têm uma base na Síria e a Síria fica ao lado daquele turbilhão no Médio Oriente. Israel tem interesse em que tudo

se passe de outra forma, o Líbano é ali ao lado, Israel é ao lado do Líbano e da Síria, nisto tudo a urgência é um aliado irrecusável dos Estados Unidos e por mais retrativo que o Obama queira ser, se Israel for atacado envolve-o num conflito, esse sim muito complicado, a França não pode ficar de fora, porque está tudo a pressionar o Hollande, que está com uma popularidade subterrânea. Todos estes fatores relacionados com visibilidade e com urgência ajudam a catapultar a causa, mas a causa tem uma estética, e não interprete mal aqui a palavra estética, causa tem uma estética que permite a viralidade – que foi tão intensa que resultou.

É esta equação, uma equação gelatinosa, que inclui o voluntarismo de quem promove, a oportunidade no tempo, a estética da causa e os meios que vai permitir o sucesso ou insucesso.

**P.J.** – E a associação de personalidades mediáticas...

**A.S.L.** – Pode fazer ou não. Por exemplo, este Papa Francisco, não está a dizer nada de novo, o Papa João Paulo II já disse exatamente a mesma coisa. O Papa tem tido algum palco, mas não passa do palco. Tirando aquele fogo-fátuo, a causa não se torna viral. Por isso é que fiz o vaticínio de que ele não morre na cama, porque já se meteu com gente que não devia, e como não teve viralidade, provavelmente quando houver o refluxo disto, acaba por pagar a conta. E aquilo que ele diz está cheio de razão e não é por ser o Papa. A causa em si tem sentido. Nós vivemos aqui no cinismo, com crianças a morrer à fome no nosso lado, e ninguém faz nada. Tudo isto são questões de bom senso. Mas isto não interessa, não se esqueça, tente esqueletizar aquilo que é a minha intervenção – o mérito da causa é um fator secundário para a funcionalidade das forças transnacionais de pressão, lamentavelmente. Para que fique bem claro, sou uma pessoa de causas e as causas tem de ser combatidas com inteligência, mas se forem inoportunas devem ser combatidas na mesma. Não estou à espera de ganhar, mas tenho de marcar uma posição – alguém que grite, se não o Galileu não tinha dito o que disse, ficou a falar sozinho, mas disse. Agora o que está a estudar é outra coisa, a funcionalidade destas organizações de pressão internacional e aí a causa tem um mérito muito secundário. Estamos a falar sobretudo de meios e a oportunidade dos meios. O meio é um instrumento. A causa atingir o clímax é que já não tem lógica. Tem que ver com uma equação que, por vezes, não se controla. O porquê da viralidade é que não é lógico, não se percebe o porquê.

Hoje em dia, a viralidade é estética. Veja as coisas que se tornam virais na internet, é por aí que tem de ver a estética. Por exemplo, nasceram dois gémeos e a mãe dos gémeos pô-los em água no lavatório, isto teve uns quantos milhões de *clicks*. Mas o que é isto? É a primeira vez que vêm gémeos? Também tenho filhos gémeos, mas justifica-se a histeria em torno do vídeo. Porquê? Porque é uma vida nova, num mundo incerto. Num mundo em que de repente está tudo a envelhecer, o mundo deixou de querer ter filhos. O nascimento passou a ser mais raro, nascerem gémeos é ainda mais raro, gémeos lindos agarrados um ao outro, acabados de nascer, é ainda é mais raro. Isto é uma espécie de elogio do raro, que é económico, a economia anda atrás dos raros. Por conseguinte, a viralidade tem a ver com esta estética, por que o resto é um absurdo. Não sabiam que havia gémeos, não sabiam que os gémeos vinham agarrados um ao outro desde que a humanidade é humanidade? Há milhões de anos que isto é assim, não há novidade nenhuma. Porquê isto? Tem a ver com o tempo e com o modo. Há aqui dois fatores, a estética em si e a estética no tempo. A estética, que tem de ter virtualidades, e com o tempo, tem de estar adequada. Como é que isto se faz? Não se faz. Não há ciência que ensine isto. Isto é arte. Acho que a senhora não fez aquilo para ter o efeito que teve.

Como se chama aquela cantora, que foi a um concurso e que esteve até aos 50 anos sem cantar, de cabelo curtinho, e que agora vão fazer um filme sobre ela? A Susan Boyle. Tem uma voz linda, mas há muita gente com uma voz linda. Porque é que agora vão fazer um filme sobre Susan Boyle. É uma *zé-ninguém*, é uma mártir, é feia, começou a ficar velha, passou a vida inteira obscura sacrificada pela mãezinha em casa e de repente vai a um concurso, com *beautiful people*. Há ali um início de – e nisto, os estrangeiros são mais simpáticos do que nós – de quase troça. “Bem, temos que aturar isto!” E de repente, sai uma voz linda, que não condiz com o resto. A estética em si – a voz é linda – mas se a senhora tem cantado aquilo quando tinha 20 anos se calhar era mais uma voz. Há uma estética da história que é adequada ao tempo, porque nós hoje em dia temos o povo protagonista de si próprio. Já não é a elite como espetáculo para o povo O que são os *soap operas*, as novelas, os concursos ou os *talk-shows*? É o povo, com todas as suas insuficiências, com todas as suas invirtudes, até os gordos fazem concursos para ver quem perde peso. Eu também sou gordo, mas aquilo é obsceno. É a população como protagonista de si próprio. E isto é a Susan Boyle, o *zé-ninguém*, o *lumpen* da sociedade, o imprestável, que afinal tem ali um diamante, e aquele diamante contrasta mais porque a senhora é tão feia e com uma história tão ridícula que aquilo



ainda é melhor. Ela não tem tanta voz como o Frank Sinatra, mas o contraste é tão grande que estamos à espera que o Sinatra cante. Estamos à espera de grandes vozes parecidas com a Amália Rodrigues, mas que não são a Amália Rodrigues porque a Amália Rodrigues é um contínuo, é uma pessoa que sai das massas e deixa de ser das massas. A. Susan Boyle não. É o inesperado, é o absurdo. Na Amália Rodrigues há uma tônica de continuidade, de autenticidade, foi a estética no momento certo, naquele momento foi gerada a apetência do consumidor transnacional para aquela história e isto pode ser alcançado com marketing, mas o voluntarismo se esbarra contra uma parede, não vai a lado nenhum. Por isso, é que digo que isto não se consegue estudar, consegue-se estudar *a posteriori*, consegue-se tentar explicar. Mas pode tentar fazer uma Susan Boyle, que não vai conseguir porque depois falta o resto, por isso, é que digo que isto dá para estudar, mas não dá para operacionalizar. Agora, dá para manter a viralidade da Susan Boyle? Já se está a fazer o mesmo. Um filme da Susan Boyle, um souvenir da Susan Boyle, um disco da Susan Boyle. Já estamos como os judeus, a *Lista de Schindler*, o *Pianista*, todos os anos vai sair uma coisa sobre o Holocausto. E quem é que fala dos outros que não eram judeus e que foram mortos ao mesmo tempo pelo Hitler? Não existe. “Em política, aquilo que parece é” - frase do Doutor Salazar.

**3 – As forças transnacionais de pressão organizadas têm encontrado nas organizações internacionais canais de acesso que permitem chegar mais facilmente aos decisores políticos internacionais (Keck e Sikkink, 1998). De que forma analisa esta relação na crescente importância das forças transnacionais de pressão organizadas para as relações internacionais?**

**A.S.L.** – Esta questão está relacionada com a legitimação. Estamos numa época de relativismo moral e de incultura que é acompanhada pelo excesso de informação disponível. O excesso de informação disponível é acompanhado por uma incultura que se sente contente a achar que “se for preciso chego lá”, mas se não souber que existe, já não interessa. Isto está relacionado com uma ausência de referência moral, em que as pessoas abandonaram padrões predefinidos de uma ortodoxia que não é necessariamente religiosa. Por exemplo, a ortodoxia comunista tem uma legitimidade – isto é legítimo e aquilo não é - a ortodoxia religiosa, tem uma legitimidade, e é preconcebida. Eu posso aceitar a legitimidade, integro-a na minha moral e aceito-a.

Isto é, existe uma moral que pode ser socialista ou republicana ou o que mais for. No entanto, hoje em dia não há moral, porque eu quando me liberto das ortodoxias,

entro no mundo do relativismo moral. O que é o relativismo moral? É que tudo é permitido, não há bem nem mal, portanto, o que eu tenho é de respeitar e ser tolerante. E isto atingiu as massas, não atingiu só as elites. Hoje em dia, as massas conservadoras dizem “O que a minha filha faz? Faz o que quer, ela é livre”. Na base está uma ideia boa (a liberdade e o respeito pelos demais), mas deixa de haver valores absolutos, verdades eternas. E neste momento não há sonhos. O que é legal, não é o que é legítimo. O legal é o que está na lei, mas eu preciso de alguém que me diga o que é legítimo. Preciso do Tribunal Constitucional que me diga, isto é legítimo, preciso da ONU que me diga, este ataque é legítimo. Porque deixei de pensar pelo meu padrão preconcebido. Há 1 bilhão de católicos, e há não sei quantos protestantes, há não sei quantos milhões de muçulmanos praticantes e esses têm um padrão moral, mas depois o resto da sociedade civil, ao nível desta sociedade ocidentalizada, vive num processo de total relativismo moral, e então transfere o seu julgamento de justo e injusto, que é a moralidade...”é legítimo fazer isto ou não é”, para uma entidade, que ela acha que é certificadora, é idónea, uma espécie de agência *Moody's* para a ação concreta. No fundo é o que se passa cá com o Tribunal Constitucional, que está a fazer de agência *Moody's* para a política: “Isto é ilegítimo. Ai é? É, porque eu no fundo não acho bem, que isto seja... Vê? Bem lhe disse que é”. Eu já não penso por mim, porque tenho ali um certificador. Portanto, o acesso às instâncias formais por parte dos grupos de pressão tem esta particularidade. Não é uma função de canal, é uma função legitimadora. Tenho aqui o certificado da ONU a dizer que posso fazer estas coisas, porque isto é legítimo. Porque disseram que é. Tenho aqui isto a dizer que o Conselho Mundial para a Paz, diz que é legítimo. Tenho aqui o Congresso... Portanto, hoje em dia, como se entrou no relativismo moral, tudo é permitido. Então, tenho de ter alguém que diz que isto é bom por mim, ou não sei. Somos agnósticos até surgir alguém que me diga como é que deve ser.

Portanto, criaram-se estereótipos de uma moralidade fragmentária. “Pedofilia? Mau! Porquê? Porque sim.” No outro dia, estive com um grupo de pessoas que eram *Vegan*, não comem carne, não comem peixe, não comem animais, porque não os querem fazer sofrer. E alguns não comem ovos, porque ovos é a vida, mas são a favor do aborto. E eu disse, é pá, não estou a perceber bem, mas vocês são *Vegan* e são a favor do aborto. Quer dizer não comem uma ostra, porque coitadinha da ostra, que nem sequer tem sistema sensitivo, está viva e eu estou a comê-la. Mas aquilo que é um ser vivo. Não estou a falar de moral, estou só a falar de coerência. Como é que é isto? Ah,

não, mas isso é outra coisa. Um aborto não é para comer. “Doesn’t make sense”. Então quer dizer, vocês acham bem que eu mate animais, se não for para comer. Vou à caça, assassino, e deixo apodrecer. “Não, não!” “Então não estou a perceber!”

Está a ver? Há uma lógica fragmentária. A moral deixou de ter uma lógica integrada. Posso não concordar com a moral comunista, mas aquilo tem uma lógica integrada, eu não posso fazer isto, porque favorece a reação, não posso fazer isto, porque é contrarrevolucionário, não posso fazer isto, porque é pequeno-burguês... Eu sei o que posso fazer e o que não posso, porque há um diapasão e o que funciona contra o diapasão é mau e pelo diapasão é bom e o que é indiferente, é indiferente. Aqui não, eu tenho uma lógica fragmentária que por modas, por aceitação transnacional também, convencionou-se que pedofilia é mau, (também acho que é, mas a questão não é essa). A questão é, e o resto? É só pedofilia? Olhe, dou-lhe um exemplo. Acho quase que escandaloso, a condenação do Berlusconi, que é um político muito condenável, ter sido feita por queixa daquela menina de vida fácil, que já o era quando ele alegadamente andou metido com ela. Aquela senhora não é vítima de um crime de pedofilia. Crime de pedofilia é outra coisa. A senhora ainda não tinha 18 anos, tinha 17. Basta olhar para a pose e aspeto da mesma. Está bem, era menor. Mas estavam a querer enganar quem? A questão política é a de que era preciso apanhar este tipo, porque se não, não havia maneira de o prender. Foi um subterfúgio para rebentar com o edifício *berlusconiano*. Ora aquela foi a falta grave que faz com que o Berlusconi seja um pulha? Não, isso não. Mas está ver, é isto que acho que tem a ver com a falta de uma ética estruturante. Não existe. Portanto, a legitimação tem a ver com isto. Ah, mas o parlamento decidiu. O parlamento decidiu, não quer dizer que tenha razão, portanto, formalmente, já tenho a minha a legitimidade aqui, as pessoas andam à procura de um certificado. Claro, que o parlamento decidiu por causa do trabalho de sapa que foi feito à volta. Cá está o grupo de pressão! Mas o efeito que se procura tirar é efeito de certificado legitimador, não tanto como eficácia do meio, a eficácia do meio é de outro tipo.

**4 – Apesar do mediatismo destes movimentos, tem sido discutida a sua capacidade de gerar mudança efetiva. Como analisa a capacidade, das forças transnacionais de pressão organizadas, de efetivamente exercerem poder sobre os restantes atores do sistema internacional?**

**A.S.L.** – Acho que já respondi. Isto é, a efetiva mudança está relacionada com uma visão apriorística da “efetiva mudança”. Mas, a conceção dessa pseudo causa justa

é uma conceção apriorística. Eu entendo que salvar baleias é uma causa justa, e portanto a minha ação para salvar baleias não resultou. Quem define se a minha matriz está certa? Não sei se está, é minha. O facto de ser causa justa, é quase irrelevante, porque aquilo que é selecionado, é selecionado pela rede e pelo mercado, e não tanto pela origem. E volto ao princípio, está a perceber? Portanto, há uma ineficácia em relação com o voluntarismo da produção das causas. Aí há uma ineficácia relativa. “- Porque é que não ligaram nenhuma ao Congo?” - Porque a seleção da eficácia, não é feita a partir do mérito da causa, mas é feita pela oportunidade da estética. Portanto, se for analisar *a posteriori* a eficácia das causas justas vai encontrar uma data delas que não tiveram eco.

**P.J.** – Há um grupo de pressão pode colocar na agenda um tema que estava na ordem do dia, criando um discurso na sociedade que não existiria antes. Esta transformação do discurso pode levar a considerar determinado movimento como eficaz na sua ação?

**A.S.L.** – Não. Vamos lá ver. Colocando em termos organicistas. Nós temos, todos, células cancerígenas. Porque é que elas não se desencadeiam? Não se desencadeiam, porque o organismo tem meios de as combater que as reduzem e anulam, e aquilo dá em nada. Vão continuar connosco até morrermos, mas não morremos dessas células. Porquê? Porque nunca houve as condições ambientais, nem de saúde para se desenvolverem. Ficámos com micro cancros. Nunca deram nada. Da mesma forma, todos os ingredientes já estão na sociedade, as causas estão cá todas, até as causas mais absurdas. Não há novidades. É como os sapatos. Já não há praticamente mais nada de novo. Estão como as células cancerígenas, latentes e volta e meia, há um remake, até que pega. O que me está a dizer, uma espécie de dialética da causa gerar uma contra causa que a anula, está relacionado, do meu ponto de vista, com a ausência de oportunidade. Nós já estamos a assistir e vamos assistir a muito mais, a uma emergência da extrema-direita. Os analistas estúpidos que há em grande profusão nos órgãos de comunicação social chegam apenas à conclusão que “- O Hitler é mau!” Esquecem-se que o Hitler foi eleito, e é este pequeno pormenor que muda tudo. Toda a vida houve Hitler's, só que nem toda a vida houve oportunidade para os Hitlers serem eleitos. É a mesma coisa agora. “Não há direito, o *Aurora Dourada* vai em primeiro lugar nas sondagens na Grécia e a seguir é que vem o *Siriza*!” - Mas a culpa é do *Aurora Dourada*? “Não há direito! A filha do Le Pen vai ganhar em França, as Europeias.” A culpa é da Le Pen? Isto significa uma distorção de análise. Nós todos temos células

cancerígenas, que vão continuar connosco. Mas nem todos vamos morrer de cancro. Porquê? Porque não nos debilitamos, porque dormimos, porque nos alimentámos propriamente, porque fizemos o mínimo de exercício, tomámos antioxidantes, porque não demos condições de oportunidade para o seu desenvolvimento. Ora, se dermos, posso garantir que se desenvolve mesmo. As condições da conjuntura fazem com que o cancro se desenvolva ou não. Portanto, quando vê o efeito de feedback ou de anulação, isso são outros lóbis contraditórios. Outro exemplo, o lóbi das armas que nos Estados Unidos, controla a direita do Partido Republicano. “Não há direito. Estes malandros não deixam que as pessoas possam ter armas.” A situação de instabilidade em que os Estados Unidos vivem, alimenta e retroalimenta a apetência por armas. Isto é um ciclo vicioso, estamos metidos numa causalidade circular. “Há não sei quantos assaltos por dia! Vou comprar uma arma.” E depois, a seguir aparecem os pacifistas a propor“- o senhor não tem direito a andar armado?” Era só o que faltava. É preciso, primeiro, resolver a causa do medo. Mas isso, não o consegue fazer numa sociedade aberta e liberal. Então a questão do recurso às armas é inexorável. É como cá, neste momento. Há uma lei estúpida, pela qual praticamente ninguém pode ter armas, tem de ser caçador, ter um armário com cadeado, etc. Se a situação social se degradar, não é o facto de haver um impedimento destes que vai. Vão recorrer às armas clandestinas! Porque o mercado está lá. Em vez de ser o senhor Montez, a vender armas passa a ser um cigano qualquer. Isto tem a ver com o que disse há pouco. Se criar as condições circunstanciais para o cancro se desenvolver, ele desenvolve-se. Se criar condições sociais para aquilo se desenvolver, aquilo desenvolve-se. O mercado negro é isso. Vamos acabar com o mercado negro? Tal não vai acontecer por causa da economia. Combatam as causas que dão origem ao mercado negro, não combatam o mercado negro. Estão a matar um agente, mas a seguir vem outro. Nós temos a mania de apagar incêndios e de não resolver o problema da floresta. Isto é a humanidade, não é Portugal, é a humanidade. Apagar os incêndios e não resolver o problema da floresta. E o que vai acontecer é que vamos continuar a apagar incêndios. Acho que lhe respondi, é nisto que eu acredito. O problema é um problema de enfoque. Vire o polvo ao contrário. O raciocínio é ao contrário. Como lhe digo, neste momento, criámos um monstro designado sociedade de informação global, instantânea, analfabeta, porque a gente só procura na net aquilo de que gosta e não quer ver mais nada. Vejo pelos meus alunos, volta e meia, faço uma sondagem aos meus alunos. “Quem é que já viu a *Guerra das Estrelas*?” Em 150, 3...4...5. “Quem é que já viu o *Casablanca*?” “Professor, mas isso,

não são filmes do nosso tempo”. “O *Pátio das Cantigas* também não é do meu tempo, ou o *Pai Tirano*. Vi-o vinte vezes”! Mas dizem que não têm tempo. Quantas horas tem o seu dia? 24? O meu também. Como é que não têm tempo, se eu tenho. Agora, não dá é para dormir, ver o *Pátio das Cantigas*, andar na *curte*! Isso é que já não dá. São opções. E ou vocês optam ou alienam-se todos e alguém opta por vocês, e normalmente, vocês optam pela alienação. Vocês são os consumidores ideais. Num estado que tende a ser totalitário, ou melhor, numa organização da sociedade que tende para o totalitarismo, vocês são os clientes ideais, uns *memes* que só querem é divertir-se. Não querem saber de nada, não querem responsabilidades, não querem chatices, não querem saber. A submissão geral tem aqui um terreno ideal.

**Professor Doutor Marcos Farias Ferreira** (M.F.F.), entrevistado por Pedro Jerónimo (P.J.), no dia 2 de Dezembro de 2013.

**1 - Considera que a emergência de novos atores nas relações internacionais, entre os quais as forças transnacionais de pressão organizadas, tem contribuído para uma, cada vez maior, complexificação das relações no contexto internacional? Porquê?**

**M.F.F.** – Pois, com certeza que sim. É um elemento fundamental da complexificação das Relações Internacionais, não só pelo aparecimento desses novos atores, mas pela forma como eles atuam em rede. A ideia de complexidade crescente das Relações Internacionais está muito associada a isso. Está muito associada à globalização, às novas formas de agir, mas também à capacidade que determinados grupos locais têm de se associar a outros grupos locais. Porque o global, não é apenas aquilo que afeta toda a gente, não é apenas um conjunto de fenómenos que atravessam as fronteiras e que se situam para lá das fronteiras. Também, tem que ver com, o funcionamento em rede, de grupos locais a tratar de questões locais. Essa também é uma dimensão da globalização. E claro que, aproveitando as possibilidades das tecnologias da informação e comunicação, grupos que têm uma agenda muito local, entram em contacto com outros grupos. Não só aprendem, num processo de aprendizagem social - as técnicas, as estratégias de outros grupos, mas têm também uma ação concertada. E recorrem a um mesmo tipo de estratégias de pressão, recorrem a um mesmo tipo de

instituições internacionais, supranacionais, para fazerem ouvir a sua voz e procurarem atingir os seus objetivos. Claramente, um elemento da complexidade das Relações Internacionais.

## **2 – Qual a relevância das principais estratégias aplicadas pelas forças transnacionais de pressão organizadas, para a sua crescente importância nas relações internacionais? Porquê?**

**M.F.F.** – Há uma parte importante que tem a ver com as estratégias de comunicação e informação. Isso é fundamental não só para a eficácia desses grupos, para a sua visibilidade e para a sua coordenação com outros grupos, é importante. Isso é, o que dá novidade a esses grupos. Sempre existiram, e tiveram alguma relação com outros grupos, com quem partilhavam – mais ao nível das suas preocupações, mesmo que as questões fossem locais. Portanto, essas estratégias, que assentam em tirar partido das tecnologias da informação e comunicação, são um elemento muito importante. Depois, há um outro tipo de estratégias que não dependem tanto, pelo menos, para a sua organização dessas tecnologias, como a manifestação. Se bem que hoje em dia, a eficácia das manifestações não pode ser vista sem o outro lado, que é o da sua visibilidade, e aí entram outra vez, as tecnologias de informação e comunicação. Até porque, se é verdade, que a audiência das ações e das estratégias desses grupos, são governos, o poder político, que se procura pressionar, não é menos verdade que há outra audiência fundamental que também se procura influenciar, que são outras opiniões públicas, não só as locais, como opiniões públicas para lá do ambiente local. Portanto, há como que, estratégias de dominó, que essas ações procuram fazer desencadear. No sentido de que a ação junto de um público, possa motivar uma reação por parte de outros públicos, isto pode ser visto como uma reação em cadeia ou dominó. Portanto, quer as estratégias sejam mais ou menos tradicionais, há sempre uma dimensão de visibilidade, que não dispensa aproveitar as tecnologias de informação e comunicação. Mesmo que a estratégia seja a mais tradicional, a manifestação ou até o uso de alguma força, mas estes movimentos não podem dispensar a sua maior visibilidade, através dessas tecnologias de informação e comunicação. A relevância dessas estratégias, é precisamente saberem tirar partido dos reflexos, que essas questões têm, em opiniões públicas mais vastas, do que aquela que procuram influenciar. É um pouco essa a estratégia, que hoje, todos esses movimentos procuram fazer e que não era essencialmente a mesma estratégia desses grupos dos anos 1970, por exemplo. Acho,

que na Argentina, apesar, desse movimento (*Madres de Plaza de Mayo*) ter tido uma grande visibilidade fora da Argentina, por causa da importância que se dava à ditadura na Argentina. Mas, apesar dessa visibilidade, as pessoas que começaram esse movimento não tinham essa noção e não consideravam fundamental que a sua causa fosse vista de fora, fosse conhecida, ou originasse algum tipo de reação de fora, porque a sua audiência era iminentemente interna, procuravam, com certeza, falar para o poder político, pressionar o poder político e a opinião pública argentina, mas tinham muito pouca noção dos reflexos que estas questões poderiam ter fora, e até na eficácia que uma coisa dessas poderia ter. Hoje isso já não acontece. Qualquer movimento está muito mais consciente, para a importância de influenciar outras opiniões públicas e para estes movimentos cruzados de influência que acontecem em todo mundo.

**3 – As forças transnacionais de pressão organizadas têm encontrado nas organizações internacionais, canais de acesso que permitem chegar mais facilmente aos decisores políticos internacionais (Keck e Sikkink, 1998). De que forma analisa esta relação na crescente importância das forças transnacionais de pressão organizadas para as relações internacionais?**

**M.F.F.** – Não sei. Tenho dificuldade em avaliar se isso é mesmo assim. Provavelmente, é assim ou isso é capaz de ser mais verdadeiro, quando temos num determinado país, um conjunto de forças, de instituições internacionais, locais, que cooperam para a reconstrução pós-conflito. Aí provavelmente acontece que nessa reconstrução pós-conflito ou pós-crise, haja mais margem para que as organizações locais comuniquem a sua agenda às organizações internacionais, aí há uma maior atenção, claro que são situações específicas, há missões bastante grandes da ONU, das várias agências da ONU e há uma estratégia que procura melhorar essa reconstrução pós-crise, pós-conflito. E portanto, uma crescente sensibilização para a agenda local, para de facto essa reconstrução não ser imposta de fora para dentro, e ser construída em colaboração com as organizações locais, mas mesmo aí, não tenho condições para avaliar até que ponto está a ser ou não eficaz. Acho que na generalidade dos casos, e quando não existe esse foco sobre um determinado país, julgo que não é muito fácil, essas organizações terem acesso às organizações internacionais e conseguirem até através delas, colocarem a sua agenda em cima da mesa. Acho que o meio privilegiado continua a ser o outro, continua a ser através da sociedade civil, continua a ser o da colaboração com outras organizações dos países a nível regional, por exemplo. E não



só, nesta colaboração entre ONG's do terceiro mundo e do primeiro mundo. Acho que os canais privilegiados continuam a ser esses. Era um estudo interessante. Saber até que ponto, essas organizações da sociedade civil, essas redes, mais ou menos transnacionais de pressão conseguem impor ou fazer introduzir a sua agenda, nas organizações internacionais. Não estou assim muito otimista em relação a isso.

**P.J.** – Coloco esta questão, porque na altura em que surgiu o movimento das *Madres de Plaza de Mayo*, surgiu um grupo de trabalho nas Nações Unidas para abordar a questão dos Desaparecidos. No qual as *Madres de Plaza de Mayo* colaboraram e ainda colaboram...

**M.F.F.** – Pois, mas não consigo dizer, se isso é a regra ou a exceção. Não estudei isso a ponto de ter uma posição muito definitiva. Mesmo assim, acho que é mais a exceção do que a regra. Como disse há pouco, através do maior envolvimento nesse tipo de casos, como as missões de construção da paz e reconstrução pós-conflito, aí parece-me que é uma metodologia mais eficaz. No sentido, em que há uma presença no terreno, e há uma colaboração real com as organizações locais. Provavelmente, hoje em dia, com a complexificação dessas missões da ONU - missões de paz - é capaz de ser mais essa a via privilegiada para fazer isso.

**4 – Apesar do mediatismo destes movimentos, tem sido discutida a sua capacidade de gerar mudança efetiva. Como analisa a capacidade, das forças transnacionais de pressão organizadas, de efetivamente exercerem poder sobre os restantes atores do sistema internacional?**

**M.F.F.** – Uma parte foi o que já estive a dizer na pergunta anterior. Acho que há uma capacidade limitada. Os estados têm uma tendência para reagir contra, para resistir a esse tipo de pressões, claro, que quanto mais moralistas são os estados, mais facilidade têm de encaixar essas questões ou reivindicações. Agora, quanto mais monolíticos, mais autoritários são os estados, mais resistência criam a esses grupos. Há alguma capacidade por via das tais missões quando em contextos de reconstrução pós-crise, pós-conflito. Criam-se muitas coligações, entre ONG's, estados e organizações internacionais. Eu aí acho que tem havido alguns casos de sucesso. E que essas reivindicações são vistas como a agenda local, portanto as várias agências na ONU, estão cada vez mais sensíveis a essa definição de baixo para cima, que vem de baixo das *grass roots*. Portanto, há cada vez maior probabilidade para que a visão da sociedade civil não seja tomada a partir do Norte, dos países desenvolvidos, mas seja feita a partir do Sul. Não sei até que

ponto é possível caracterizar quantitativamente a eficácia desses movimentos. Acho que em cenários pós-crise e de reconstrução, é cada vez maior essa influência, sobretudo porque, nessas circunstâncias, o poder político está muito frágil.

O tema que está subjacente ao que estamos a falar, tem sempre que ver com uma pressão que é resistida pelo poder, ou seja, estados autoritários, que têm uma noção do poder muito exclusiva. E neste sentido é que digo que, em circunstâncias em que os estados caem na fragilidade quase extrema, aí há uma oportunidade para essas organizações se estabelecerem como interlocutores, não só com as novas autoridades, mas também com as organizações internacionais que protagonizam essa reconstrução. Portanto, há aí uma janela de oportunidade que nós poderíamos ver como possibilidade de construção da sociedade civil ou de intervenção...de construção e de intervenção de uma sociedade civil. Essas várias coligações (ONG's, organizações internacionais, novas autoridades), que surgem num momento de completa queda na anarquia interna.

**Professor Doutor Victor Marques dos Santos** (V.M.S.), entrevistado por Pedro Jerónimo (P.J.), no dia 5 de Dezembro de 2013.

**1 - Considera que a emergência de novos atores nas relações internacionais, entre os quais as forças transnacionais de pressão organizadas, tem contribuído para uma, cada vez maior, complexificação das relações no contexto internacional? Porquê?**

**V.M.S.** – Sim. Porque são atores que têm uma natureza muito diversificada, entre si, em primeiro lugar, e muito diferente da natureza dos outros atores. Têm, para além da diferença de natureza, uma diferença de conceitos e perspetivas sobre o mundo, têm uma diferença de objetivos e têm uma diferença de formas de atuação. Porque têm capacidades próprias muito diferenciadas das capacidades dos atores tradicionais clássicos, designadamente, os estados. Portanto, essa forma de estar na sociedade internacional *lato senso*, faz com que tenham formas de atuação muito próprias para a quais, eventualmente, os atores clássicos não estão preparados, em termos de panóplia de instrumentos para responder ou gerir, e portanto, isso complexifica as relações internacionais. Longe vai o tempo em que as relações internacionais eram relações bilaterais entre estados. Isso acabou, há muitos anos...há décadas! E portanto, todo este

aparecimento modifica a estrutura do sistema global, por causa disto. E ainda por cima, há outras razões que são: - os atores clássicos estão, neste momento, no seu relacionamento, numa fase de interdependência complexificante. Já não é a interdependência complexa. Já ultrapassa isso. É uma interdependência que gera mudança transformacional, isto é, tem a ver com a globalização, e portanto, eles não podem responder unilateralmente. Nenhum facto...nenhuma notícia, em que um ator estatal atue contra uma força transnacional, deste género, de que estamos a falar, fica circunscrita ao âmbito físico e territorial do acontecimento. Os acontecimentos na Chechénia - estou-me a lembrar - correm mundo, os acontecimentos na Síria correm mundo, portanto, isso alerta as pessoas, que têm outras expectativas sobre os relacionamentos e sobre o desenvolvimento da sociedade em que vivemos.

## **2 – Qual a relevância das principais estratégias aplicadas pelas forças transnacionais de pressão organizadas, para a sua crescente importância nas relações internacionais? Porquê?**

**V.M.S.** – A importância dessas estratégias, parece-me que, é evidente. Uma coisa para qual gostava de, talvez, chamar a atenção, é que essas estratégias não nasceram necessariamente pela mão das forças transnacionais. São estratégias pré-existentes que são adaptadas à função, perante os objetivos e a natureza dos atores. Para lhe dar um pequeno exemplo, nós hoje vemos que há manifestações, a que inocente e ingenuamente, chamamos de inorgânicas das populações, das massas, das multidões e elas não são minimamente inorgânicas. Há empresas no mundo que vendem os seus serviços no sentido de provocar essas manifestações que aparentemente são inorgânicas, mas de facto não são. Podem ser inorgânicas na aparência, mas no conteúdo elas são encomendadas para que assim aconteça. E portanto, as estratégias não são tão inovadoras, a estratégia de pôr as massas na rua, é muito velha, basta dar-lhes pão e circo, para eles fazerem aquilo que os dirigentes querem. E portanto, isso aí não difere.

Aliás, há uma situação paralela a essa muito interessante, que é, volta e meia, nós temos notícias, comentários, apreciações e ensaios, sobre o progresso da mulher nos cargos de chefia, nas empresas, no estado, nos parlamentos, as percentagens, as quotas, etc... O que se passa? O que passa é que esse aumento de capacidade, do aumento de presença feminina nesses contextos, nomeadamente nas forças armadas, não se deve à introdução nesses mesmos contextos de uma perspetiva própria do feminino, mas de uma imitação feminina do masculino, no sentido de ocuparem o seu lugar num tabuleiro

de xadrez, cujas regras não foram elas que ditaram. E portanto, isto aqui, é um paralelo, isto é, nós não encontramos um movimento que diga assim, nós agora vamos fazer as coisas de outra maneira, vamos dar flores às pessoas, vamos subir os monumentos e ficar quietinhos, e não vamos fazer nada. Isso, serve para chamar a atenção e para os *media*, mas as estratégias de influência exercidas por estes grupos sobre os planos decisórios difere muito disto. Para já, há uma coisa...e a Helen Dorsey fala disso, que é o facto de muitas vezes as direções políticas serem surpreendidas pelo acontecimento. Elas só são surpreendidas pelo acontecimento, se não tiverem um bom serviço de informações. Porque podem traçar o futuro de um movimento que está embrionário e que pretende fazer uma campanha a favor de determinado *advocacy issue* e portanto eles podem fazer isso. Agora, e isto passa-se normalmente nos estados democráticos, tem que cuidar de quê? Eles não vão atuar até ao momento, ou até à véspera do momento em que esse tipo de ruído se torne prejudicial aos seus interesses e daqui, desde o início até lá, podem ir fazendo várias coisas, podem ir colmatando, os pedidos, as solicitações, podem abrir diálogo, podem reconhecer a existência de..., e a partir daí, isto é um outro aspeto de eficácia, mas é uma eficácia que está associada intrinsecamente ao que disse no primeiro momento, às capacidades, à natureza e aos objetivos.

**P.J.**- Quando um movimento procura a intervenção dos seus atores mais influentes, por exemplo, personalidades mediáticas, que colocam o tema na agenda. Poderá isso ser relevante para a capacidade de um movimento...

**V.M.S.** – Repare...não é relevante para a capacidade, é relevante para o efeito. Porque o que acontece é o seguinte – estamos a falar em abstrato, porque não sabemos que problemática é – mas normalmente, esse tipo de *advocacy networks*, que se preocupam com determinados temas e querem fazer progredir a sua agenda...qual é o caminho? O caminho são vários, isso está estudado, até naquele livro Sociedade Civil Transnacional, nas partes em como esses movimentos atuam. Uma delas é os movimentos dirigirem-se à população e a população pressionar os políticos, outra é os movimentos dirigirem-se aos dirigentes políticos, outra é ignorarem os dirigentes políticos e dirigirem-se às instâncias internacionais, onde os países estão representados, e outra é irem através da opinião pública pressionar os *media*, para melhorias na agenda mediática, e da agenda social passa para a mediática, e, uma vez, na agenda mediática, a agenda política tem que a abarcar. Há vários trajetos para chegar a um mesmo fim, e

nenhum trajeto é melhor que outro, têm que ser adaptados às circunstâncias e àquilo que se pretende no momento.

**3 – As forças transnacionais de pressão organizadas têm encontrado nas organizações internacionais, canais de acesso que permitem chegar mais facilmente aos decisores políticos internacionais (Keck e Sikkink, 1998). De que forma analisa esta relação na crescente importância das forças transnacionais de pressão organizadas para as relações internacionais?**

**V.M.S.** – Isso é muito importante. Porque isso vai no fundo, não ingenuamente, nem inocentemente,... Perguntemos porque é que uma organização transnacional...como é que pode influenciar um estado, não se dirigindo diretamente à direção política desse estado, mas utilizando organizações internacionais? De uma forma muito simples, as organizações internacionais - e estamos a falar da ONU, em princípio – têm as suas comissões, os seus centros, os seus programas de desenvolvimento, que são preenchidos ou são protagonizados por representantes dos estados. Portanto, se eu quiser fazer entrar na agenda um assunto que o meu estado nega na prática a possibilidade de o fazer, eu vou pressionar os outros estados, que têm interesse em incomodar o meu estado – dizendo, “olhe aqueles senhores em casa, bem pregam eles, mas em casa tratam assim as pessoas.” E portanto, é através de terceiros e não é a organização em si. Quando nós dizemos assim, o programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento tem aqueles indicadores todos de desenvolvimento...liberdade religiosa,...alguns países estão cá em baixo, outros estão lá em cima, mesmo que sejam técnicos que selecionam os indicadores, que fazem as medidas e organizam as estatísticas, portanto, tecnicamente por aí nós não temos nada a dizer, o facto é que, os representantes, só de alguns estados, é que fazem parte daquele programa. E portanto, posso contactá-los no sentido de dizer olhe que isto está a acontecer. Mas, posso não fazer isso. Depende se tiver audiência interna, se calhar posso dizer aos meus dirigentes políticos - “vocês vejam lá! Porque se nós não obtivermos resposta vossa a estas nossas pretensões, a próxima instância que temos, é ir para o PNUD das Nações Unidas - isto é um exemplo - para dizer o que está aqui a acontecer.” É por causa de coisas como estas, que nós assistimos, a certa altura, há uns bons anos atrás...meia dúzia...não assim tantos como isso, que a Líbia presidiu à Comissão de Direitos Humanos, parece, visto de fora, um bocado anacrónico, estranho, mas aconteceu. Está a ver capacidade que há, de influenciar, e depois há uns interesses ligados a isso.

**P.J.** – Neste caso, o objetivo da questão, está relacionado com o movimento das *Madres de Plaza de Mayo*, que colabora ativamente com o grupo de trabalho sobre desaparecimentos forçados, na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas...

**V.M.S.** – Seria bom se pudesse entrevistar alguém do movimento, porque a autoavaliação da eficácia é muito importante, porque é ela que determina a manutenção ou a alteração das estratégias e das táticas. No entanto, a minha opinião geral sobre o assunto é que o trabalho desenvolvido, sem dúvida nenhuma, que é positivo. Mas os resultados alcançados são sempre muito modestos, porque há uma série de forças e interesses instalados, que têm as máquinas preparadas para amortecer os efeitos, eventualmente, “nocivos” desses movimentos, desse empenhamento das *advocacy networks*, em interesses, que muitas vezes, elas nem sabem que existem, nem estão a contar – não queremos prejudicar nem A, B ou C, queremos é isto resolvido, mas o “isto” resolvido, vai ter um efeito em cadeia que pode prejudicar A, B ou C, e isso não está... Não conheço o movimento, poderá eventualmente existir alguém no movimento com essa visão holística do sistema. Porque quanto mais rasteira for a atuação, quanto mais ao nível das bases, menos perceção há, dos efeitos, e portanto, menos perceção há, da necessidade de adaptar estratégias a interesses comuns tão claros.

**4 – Apesar do mediatismo destes movimentos, tem sido discutida a sua capacidade de gerar mudança efetiva. Como analisa a capacidade, das forças transnacionais de pressão organizadas, de efetivamente exercerem poder sobre os restantes atores do sistema internacional?**

**V.M.S.** – Ainda recentemente, tivemos uns relatórios da OCDE, os relatórios do PISA, os relatórios da Amnistia Internacional, e os resultados da Transparency International. Portanto, são áreas muito diversificadas de atuação de organizações transnacionais, organizações não-governamentais. E para que servem esses relatórios? Servem para termos uma ideia do que se está a passar no mundo, concreta, medida, e são divulgados simultaneamente às opiniões públicas e aos governos. Portanto, a esperança das organizações não-governamentais é que as opiniões públicas, e elas próprias (ONG's), consigam forçar as mãos aos governos, no sentido, de caminharem ao encontro da realização dos seus interesses. Agora, em que medida é que isso se passa ou não? Não sei. Para lhe dar um exemplo paroquial, eu não acredito que o facto de nós, Portugal, termos subido no ranking dos países mais corruptos, vá diminuir a corrupção em Portugal. Esse seria o objetivo, seria pôr alguma parcimónia no que se faz, para ver

se conseguia diminuir os efeitos da corrupção, etc. Esse seria o efeito desejado, mas não acredito que isso venha a acontecer.

São assuntos diferentes, as Mães da Praça de Maio querem saber das pessoas que desapareceram, o que lhes aconteceu, o que lhes fizeram, onde estão, se sobrou alguma coisa. Não sei até este momento o que elas conseguiram...

**P.J.** – A importância do desenvolvimento tecnológico da comunicação e informação para a capacidade destes movimentos difundirem a sua mensagem?

**V.M.S.** – É óbvio que estes movimentos não são exceção nenhuma e que usufruem desses progressos científicos e tecnológicos aplicados à área da informação e da comunicação. Agora, nós temos de perceber, que estes novos meios de comunicação servem para tudo o que quisermos. Não é pelo feedback das coisas. A estratégia não muda, o meio é que muda...o *medium*, não é a estratégia. Portanto, posso utilizar isso para o que me apetece, em favor do meu objetivo. E a favor do meu objetivo, dizer “olhe mande aí umas contribuições para esta conta bancária, para nós podermos continuar a nossa ação”. Outra é dizer que tivemos imenso êxito e não tivemos. Portanto, isso, pode ser perfeitamente contrariado, essa capacidade acrescida de comunicação e de acesso à informação, pela utilização abusiva e negativa dos meios de comunicação. Muitas vezes, até por...não quero ser maquiavélico...mas, por elementos infiltrados nos próprios movimentos. É assim que me parece que funciona.

**Professor Doutor José Adelino Maltez** (J.A.M.), entrevistado por Pedro Jerónimo (P.J.), no dia 5 de Dezembro de 2013.

**1 - Considera que a emergência de novos atores nas relações internacionais, entre os quais as forças transnacionais de pressão organizadas, tem contribuído para uma, cada vez maior, complexificação das relações no contexto internacional? Porquê?**

**J.A.M.** – É natural. Portanto, utilizando o conceito do Alexander Boulding e que aqui foi adaptado por Teilhard de Chardin, a complexidade das relações internacionais, tem ao mesmo tempo a ver com convergências e divergências, umas que apontam para a unidade do mundo e outras que apontam para uma fragmentação das organizações

instaladas em termos políticos. O que é que nós assistimos? Assistimos a que as forças que produzem uma convergência mundialista, não são apenas organizações interestaduais, mas formas dificilmente quantificáveis, que já não são internacionais, mas que apontam para convergências transnacionais. Apontam para expectativas de grupos e lealdades de grupos que vão para além dos quadros tradicionais interestaduais. Entre esses grupos, estão naturalmente várias forças de pressão transnacionais. Ainda há pouco estava a dizer que, já aqui houve, estudos de Mestrado, precisamente sobre grupos de pressão transnacionais. Já lá vão duas décadas. Tomando como paradigma, o caso das organizações sionistas, que são um bom exemplo do que é a complexificação das relações internacionais. O movimento sionista nasceu de um assunto interno de um estado europeu, o caso Dreyfuss. E que depois foi polarizado pelos vários grupos suscetíveis de serem mobilizados pelo Sionismo, nomeadamente, os judeus que estavam repartidos por vários estados, no sentido de um projeto transnacional, no âmbito da complexidade, virou um estado como os outros, e portanto, deixaram de ser transnacionais e passaram a ser nacionalistas, no sentido de construção do estado de Israel. Aconteceu isso, como acontecem muitas outras coisas, dentro daquela coisa que continua a ser muito vaga que é a existência de uma comunidade internacional, que alguns dizem que é só sociedade internacional e outros não sabem bem o que é, e qualificam como objeto político não identificado. Porquê? Porque a existência de uma comunidade internacional implica, a existência de um polo mundial de poder, implica a criação daquilo, que se diz, a república universal, portanto, há forças que caminham nesse sentido, podem ficar pelo caminho é evidente. Mas que é inequívoca, a existência de redes transnacionais, que antes de chegar à constituição de um poder político organizado, em termos cosmopolitas, passa por aquela fase clássica do poder, que é a influência, a pressão, o interesse, até constituírem-se em organização política. É natural, está aí em força, e são atores internacionais, embora dificilmente qualificados. É o que se me oferece dizer sobre essa matéria. Antes de chegar ao poder político transnacional, há fases anteriores. A primeira fase, é a fase de organização de interesses, podem ser morais ou materiais. A segunda fase, quando têm suficiente capacidade de agregação, passa para a fase de grupo de pressão internacional. Uns são efémeros, outros tem mais durabilidade, uns são clássicos, outros são novas formas de pressão internacional. Faz parte de uma das regras, ao longo da vida, do poder, que é aquele poder que não sucumbe ao poder doméstico, que é o poder internacional. Até porque nem há distinção entre poder internacional e o poder nacional ou estadual, e ainda o poder transestadual,



hoje jogam todos no mesmo tabuleiro. A complexidade é muito simples, há uma dialética, sempre e em qualquer momento da história, entre forças que apontam para a convergência, e luta com forças que apontam para a divergência - estou a citar Teilhard de Chardin ou a ideia fundamental de Teilhard de Chardin - da luta da convergência com a divergência, acontece a chamada emergência. A emergência, o que é, segundo Teilhard de Chardin? É não eliminar as anteriores lutas de convergência e divergência, mas assumi-las de uma forma complexa, fazendo com que haja novas convergências e novas divergências, sempre numa dialética circular, que é o que chamam o progresso. Os grupos transnacionais de pressão são uma das formas de progresso, de civilização, que ultrapassam o velho quadro estadual, que nunca foi dominante, nem há de ser.

## **2 – Qual a relevância das principais estratégias aplicadas pelas forças transnacionais de pressão organizadas, para a sua crescente importância nas relações internacionais? Porquê?**

**J.A.M.** – Querem conquistar poder. E antes de lá chegarem passam pela identificação dos interesses, a fase dois. Quando têm já interesses agregados, passam ter poder. Portanto a zona da pressão junto dos vários poderes internacionais é sempre clássico – fase 1, 2, 3 – identificação de interesses, agregação de interesses, influência, incluindo a pressão. Portanto, os meios são claros ao nível da luta pelo poder internamente, num espaço doméstico, que já não há propriamente espaços exclusivamente domésticos. Ao nível da República Portuguesa, hoje, a maior parte dos fatores de poder já não são controlados nacionalmente. Isto é um jogo transnacional, que às vezes não se identifica. Porque, ainda hoje, se fala muito aqui, da dialética da política interna, mercados contra o estado. O problema é que não os sei identificar. Posso olhar para a gravata, para o tipo de curso que têm, de escolas, e pouco a pouco, vamos percebendo...olha ali está um agente dos mercados...vê-se pela gravata, pelo tipo de fato e pelo tipo de discurso ideológico que foi inculcado nos mestrados que fizeram, nos primeiros ciclos que tiraram, na formatação que, a nível global, vai sendo dada a um jogo de pressões transnacionais.

## **3 – As forças transnacionais de pressão organizadas têm encontrado nas organizações internacionais, canais de acesso que permitem chegar mais facilmente aos decisores políticos internacionais (Keck e Sikkink, 1998). De que forma analisa esta relação na crescente importância das forças transnacionais de pressão organizadas para as relações internacionais?**

**J.A.M.** – Não concordo com os termos. Por exemplo, nós temos, desde que se começou a teorizar a globalização, uma entidade vaga e difusa, chamada geofinança. Portanto, eles não as utilizam, eles transformam os próprios estados das relações internacionais, em agentes da sua perspectiva global de poder. Isso tem sido uma das dificuldades de entendimento, porque quando refiro geofinança, parece que estamos a falar de uma metáfora, mas estamos a falar de uma realidade perfeitamente identificável, desde que se teorizou a globalização, a partir de 1995. Sobretudo, passou a existir um polo de poder que escapa ao poder dos estados, que têm uma soberania, não é uma soberania pública...mas é uma soberania privada, e que utilizam estados das relações internacionais como agentes e como dependentes, e não ao contrário. A geofinança, e de certa maneira, a geoeconomia, são os principais atores das relações internacionais. A geofinança e os seus agentes, e a geoeconomia e os seus agentes. E andamos com literaturas das multinacionais que estão totalmente ultrapassadas, face à realidade visível, porque controlam as organizações globais, como é o caso do Fundo Monetário Internacional, até que, eventualmente, controlam a própria União Europeia. Pobres dos estados, metidos neste baralho, sobretudo, quando não se tem teoria capaz de explicar uma situação dessas. Já não estão na fase de grupo de pressão, são poder instaladíssimo, mais importante que a maior parte dos estados.

**P.J.** – Sobre as redes de *advocacy*, relativamente a grupos transnacionais, como os movimentos sociais transnacionais...

**J.A.M.** – São muito fraquinhos. Comparados com algumas destas estruturas, são como uma formiga ao pé de um elefante. Nem as grandes religiões universais, por exemplo, a Igreja Católica, as igrejas protestantes, as estruturas islâmicas...sequer têm poder de pressão e de agregação de interesses, que têm, por exemplo, a geofinança.

**P.J.** – Mas estes movimentos, por vezes, conseguem obter maior relevância através da participação em organizações transnacionais...

**J.A.M.** – Sim, claro. Encostam-se em termos federativos. Veja por exemplo, o que alguns estão a fazer sobre os discursos dos Papas. Agora com este, como já fizeram com Bento XVI, como já fizeram Papas anteriores, nomeadamente João Paulo II. Portanto, porque ele está a ser federador, identifica, claramente, que há soberanias clandestinas - é mais ou menos este o termo - redes de corrupção global, que são formas já desestruturantes dos poderes institucionais, e o terceiro, até redes globais de evasão fiscal. Foram as três categorias que o Papa Francisco enumerou, utilizando uma

linguagem de análise de forças transnacionais de pressão, que é clássica na Igreja Católica, julgo que, desde 1891, se diz mais ou menos isto, conforme a linguagem do tempo. Os termos foram muito duros, em termos analíticos. Ele utilizou, claramente, estas três expressões, dando forças àqueles que ainda hoje falam que o pior dos soberanos e o mais terrível dos soberanos é um soberano clandestino, que não é público, que é privado, e que se estrutura sem identificação, isto é, não mete o periscópio de fora, mas, efetivamente, tem poder. E daqui a uns tempos vai-se fazer uma análise, encontrando-se quem eram os regimes, como funcionavam, qual era o tipo de discurso, qual era a intenção do discurso... Claramente, um discurso de conquista do poder global. Há um processo de conquista do poder e sempre houve em grandes forças organizadas deste género, têm missionários, têm os mestrados, têm as fabricações, e depois até se vê... agora ando a fazer um estudo para ver que tipo de gravata é que usam, que tipo de camisa, desligo o som da televisão quando eles falam e já os identifico, já consigo ter a intuição de perceber quem eles eram...veja o fenómeno da privatização dos CTT, e veja que discurso é que foi emitido no fim, qual foi a diferença entre um discurso de um ministro e o discurso de um destes agentes da globalização à procura de emprego.

#### **4 – Apesar do mediatismo destes movimentos...**

**J.A.M.** – ...Depois há uns velhos movimentos, que nós agora classificamos como movimentos sociais, como o grupo que está a estudar, que tiveram de uma forma efémera, uma certa visibilidade, em flutuações...que de vez em quando se encontram com o povo global, numa espécie de adesão, mas que não têm um mínimo de estrutura para combater aqueles três inimigos qualificados pelo Papa. E que não é só do Papa, nem sou cristão, muito menos católico, e me identifico com aquela denúncia de quem foi o instrumentalizador da realidade da globalização. E o instrumentalizador foi, pura e simplesmente, aqueles que admitiram a geofinança, admitiram a geoeconomia e não admitiram formas políticas transnacionais, que deveriam ter acompanhado o bem que é a geofinança, o bem que é a geoeconomia. Falta a georepública ou geopolítica, no sentido de haver uma autoridade universal capaz de sustentar os avanços em termos de planetarização das forças das finanças e das forças da economia. O que há é uma ausência de política, e mais nada, não é necessariamente mau o discurso da geofinança, deveria é ter uma resposta no plano político, com a mesma equivalência, com a mesma qualificação e com a mesma força. Portanto, o grande mal da globalização...pode ser

que isto...estoire, em termos de desequilíbrio...porque há demasiada globalização(?) organizada a nível da finança, não tanto ao nível da economia, mas também lá vai, mas não ao nível de organizações políticas universais. As organizações políticas, quer regionais, quer globais, falham muito. Por exemplo, a existência de uma falha total em termos de Tribunal Penal Internacional falhou, a existência de falta de forças das organizações políticas globais como a ONU, para efeitos de paz, controlo de armamento, felizmente, parece que ao nível do nuclear ainda existe qualquer coisa, mas o que nos falta são organizações, que na senda do que foi a Sociedade das Nações e a Organização das Nações Unidas, responda aos desafios desse tipo. É um problema claro da política.

**P.J. - Apesar do mediatismo destes movimentos, tem sido discutida a sua capacidade de gerar mudança efetiva. Como analisa a capacidade, das forças transnacionais de pressão organizadas, de efetivamente exercerem poder sobre os restantes atores do sistema internacional?**

**J.A.M.** - A nível mediático, costuma dizer-se e muito bem, a complexidade crescente das relações internacionais...a certa altura parecia que só havia uma televisão global, que só havia uma agência de notícias global. Curiosamente, estamos a assistir a uma luta também pelo acesso à contra-notícia com concorrência a nível global, e hoje, já ninguém pode dizer que o mundo, só fala através da *CNN* ou de repórteres que aterravam no *Sheraton* para fazer uma reportagem na guerra. Portanto, há novas formas, lentas...porque isto é tudo um processo...relativamente lento no mundo, que vão emergir, que vão assinalando, mas o inventário é difícil de fazer, para este tipo de forças transnacionais. Quer incluir a maçonaria nisso? Quer incluir as religiões? Quer incluir grupos políticos globais, os chamados movimentos sociais?...Há muitos, quer dizer, há muitos, com uma geometria muito variável e com dinamismo, e aquilo que se diz hoje, daqui a 5 anos pode ser completamente diferente, porque eles estão em bolhas concorrenciais.

Sobretudo, por vezes, há um certo ocidentalismo de perspetiva, chamo a atenção para isso, porque a maior parte da humanidade não acredita no conceito de indivíduo, como os ocidentais, que geraram o cristianismo, com base grega, com o iluminismo, com revoluções atlânticas, como a revolução inglesa, a norte-americana, a francesa e a sul-americana. Não me parece, que a China tenha aderido, alguma vez, na sua cultura a este conceito. Não me parece, que os países, como a Índia, o Paquistão, a Indonésia, as

forças de outras grandes religiões universais acreditem, tenham ou pratiquem o conceito de indivíduo, e os ocidentais ainda pensam que o mundo é visto de acordo com a nossa perspectiva. Mesmo este conceito, é um conceito que só é admissível pela nossa cultura que não é majoritária no mundo. Portanto, como o mundo é uma bola, há pouco tempo...há muito pouco tempo, há um quarto de século...nós ainda não somos capazes de analisar, nem ver o que efetivamente está a acontecer, porque forçamos o mundo de acordo com os nossos conceitos, como se calhar alguns teóricos políticos utilizam os mesmos conceitos, nomeadamente alguns internacionalistas, mas nem todos têm o mesmo conceito, e nós continuamos, impávidos e serenos, a fazer exportação de conceitos, que é uma espécie de colonização cultural. Um chinês ouvia isto e ria-se, porque tem outra maneira de analisar o mundo, e com certeza, outro tipo de cultura que não a que a ocidental, demoliberal, cristã, judaico-cristã utiliza nas suas universidades e depois exporta estes modelos, porque um dos defeitos da globalização é a colonização de conceitos.

Mesmo o seu conceito é difícil de traduzir. Nem o subscrevo totalmente, embora perceba o que está a dizer e a que grupo se está a referir, mas andamos à procura de um caso particular e depois não vamos para o caso genérico. É muito difícil nos dias que correm, fazer uma leitura, até, do fenómeno da globalização, porque entrou no discurso como se fosse uma vulgata, sem percebermos que ele tem uma qualificação técnica, a nível da teoria das Relações Internacionais, bastante determinada e bastante ousada, na sua composição, mas como é muito novo, não temos literatura suficiente para o analisar. É um problema de falta de teoria.

**Professora Doutora Isabel David**, entrevista respondida por escrito, em janeiro de 2014.

**1 - Considera que a emergência de novos atores nas relações internacionais, entre os quais as forças transnacionais de pressão organizadas, tem contribuído para uma, cada vez maior, complexificação das relações no contexto internacional? Porquê?**

**2 – Qual a relevância das principais estratégias aplicadas pelas forças transnacionais de pressão organizadas para a sua crescente importância nas relações internacionais? Porquê?**

**3 – As forças transnacionais de pressão organizadas têm encontrado nas organizações internacionais, canais de acesso que permitem chegar mais facilmente aos decisores políticos internacionais (Keck e Sikkink, 1998). De que forma analisa esta relação na crescente importância das forças transnacionais de pressão organizadas para as relações internacionais?**

**4 – Apesar do mediatismo destes movimentos, tem sido discutida a sua capacidade de gerar mudança efetiva. Como analisa a capacidade, das forças transnacionais de pressão organizadas, de efetivamente exercerem poder sobre os restantes atores do sistema internacional?**

Resposta global às perguntas:

Sem dúvida que a emergência e multiplicação destas forças acrescentou um actor de peso assinalável nas relações internacionais. O tradicional actor Estado tem-se visto cada vez mais confrontado com a pressão exercida por estes actores, tanto ao nível nacional como internacional. É certo que os líderes políticos nacionais olham com cada vez maior atenção para estas forças e, em vários casos, ouvem e incorporam as suas exigências em decisões políticas.

A difusão transnacional das exigências destes grupos e das suas formas de actuação é outro dado adquirido. Na literatura, esta difusão está normalmente confinada à proximidade cultural ou geográfica. Contudo, essa percepção tem sido desafiada com as novas tecnologias, que permitem o contágio entre culturas bem diferentes. A acessibilidade imediata da informação limita bastante a eficácia das restrições que um governo tenta colocar. Não há como impedir a transmissão de informação, sobretudo numa economia globalizada. Fechar os canais comunicativos implicaria perdas económicas de milhões. Isso foi visível nas chamadas Primaveras Árabes, nomeadamente no Egipto: o governo tentou fechar a internet durante dois ou três dias. O que aconteceu foi, por um lado, a perda de milhões e, por outro, a incapacidade em efectivar esse corte, uma vez que os egípcios continuaram a manter o acesso à internet.

São mais flexíveis em termos de actuação e essa capacidade de mobilização é uma vantagem sobre as estruturas burocráticas tradicionais, que são um obstáculo efectivo à resolução célere de problemas. Estas forças sabem que o Estado não consegue resolver todos os problemas. Por outro lado, a originalidade das suas formas de actuação

visa captar a atenção, do público e dos media, dos quais dependem as hipóteses de sucesso destas forças. Na ausência de recursos, a criatividade tem de compensar. A internet, os blogs, o twitter têm sido fundamentais para organizar e dinamizar a sua actuação. Estes instrumentos permitem organizar acções e difundir informação de uma forma célere e fácil.

Estas forças têm sido frequentemente integradas em organizações internacionais como a UE e a ONU, prestando consultoria, por exemplo. Estas organizações internacionais governamentais consultam frequentemente estes grupos, quer como forma de aproximar a decisão dos cidadãos, mas também para contornar o poder dos Estados. Por outro lado, a emergência destas forças significa que muitos cidadãos não reconhecem legitimidade aos seus governos, que vêem como corruptos ou não respondendo às suas questões. Isto significa, da parte de quem se integra nestas forças, uma descrença nas formas tradicionais de fazer política. E reflecte também um factor sociológico extremamente relevante: arcada vez menos distância cultural, educativa ou intelectual entre quem governa e os cidadãos. A política há muito que deixou de ser uma actividade reservada a elites, quer económicas, quer culturais, quer intelectuais.

Também o facto de estas forças transnacionais ultrapassarem fronteiras ideológicas, não se incluindo numa ideologia rígida, contribui para a sua aceitação social – não são movimentos facilmente catalogáveis ideologicamente. Por outro lado, a participação em grupos destes confere um sentido de empoderamento aos participantes, que numa democracia convencional não teriam.

Os actores tradicionais, nomeadamente os Estados e as organizações internacionais governamentais perceberam a exigência de democratização destas forças transnacionais, as quais têm conseguido pequenas vitórias. A mudança é gradual. Não nos podemos esquecer disto. Muitas vezes a maior vitória é contribuir para a transformação das mentalidades, essa sim, a grande mudança. Estas forças introduziram mecanismos de democracia directa, por exemplo, ou estão na vanguarda dos direitos de minorias. Think globally, act locally é um slogan sempre presente. Também é importar ver que, em muitos casos, estas forças encontram abertura institucional, sobretudo em partidos de esquerda, tradicionalmente mais abertos aos seus inputs.

